



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

**“Nós fizemos uma eleição...”: regularidades e lembranças
de erros pela lente da *Rede Globo***

SÃO CARLOS
2019



Universidade Federal de São Carlos

Duílio Fabbri Júnior

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**“NÓS FIZEMOS UMA ELEIÇÃO...”: REGULARIDADES E REMEMORAÇÕES DE
ERROS PELA LENTE DA *REDE GLOBO***

DUÍLIO FABBRI JÚNIOR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Doutor em Linguística.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Vanice Maria Oliveira Sargentini

São Carlos – São Paulo - Brasil

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Duilio Fabbri Junior, realizada em 24/06/2019:

Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini
UFSCar

Prof. Dr. Pedro Henrique Varoni de Carvalho
USP

Profa. Dra. Mônica Graciela Zoppi Fontana
UNICAMP

Profa. Dra. Luzmara Curcino Ferreira
UFSCar

Prof. Dr. Laan Mendes de Barros
UNESP

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Laan Mendes de Barros e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini

Aos meus pais, Duílio e Zenaide (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que é meu pastor e nada me deixou faltar.

À minha orientadora que, com sua paciência, sabedoria e carinho, conseguiu extrair meu melhor e me fez chegar aqui. Minha gratidão eterna.

Ao meu irmão de sangue, Maurício Fabbri, que sempre esteve presente em bons e maus momentos.

Ao meu amigo Lázaro. Esse irmão de vida, que sempre me ensinou muito, mesmo nos momentos que eu não quis aprender.

Ao Adriano, companheiro de lutas e vidas, que sempre cuidou de mim com muito amor.

Ao Reberson e à Fabiana, minha outra família.

Finalmente, ao Fabiano Ormaneze, um ser iluminado, que, muitas vezes, com seu carinho, me acalmou, me iluminou e me ajudou a chegar até aqui. Amor eterno.

Aos muitos amigos, que tenho e que não caberiam em poucas páginas, mas sempre estão no meu coração.

RESUMO

Este trabalho traz como gesto analítico um olhar sobre os erros e as regularidades do discurso da *Rede Globo*, um dos maiores veículos de comunicação do mundo. O *corpus* de análise é a série comemorativa pelos 50 anos da emissora, exibida no *Jornal Nacional* em abril de 2015, com extensão para o site *Memória Globo*. Os objetivos gerais foram investigar como os erros em coberturas na área de política foram constituídos durante a veiculação da série, bem como identificar e problematizar as características discursivas da rememoração, da comemoração e da memória na história oficial construída pela emissora. Para isso, buscou-se traçar um panorama dos processos discursivos que sustentam supostos pedidos de desculpas sobre dois fatos: a cobertura do comício por Diretas Já, em 1984, e a edição do debate entre Fernando Collor de Melo e Luiz Inácio Lula da Silva, em 1989. Em busca de regularidades e dispersões, foram investigados os discursos da emissora sobre o erro em plataformas *on* e *off-line*. Tais abordagens foram comparadas com coberturas da emissora em 2018, durante as eleições majoritárias nacionais. O corpo teórico-metodológico é a Análise de Discurso, a partir da ordem discursiva de Michel Foucault, em diálogo com Michel Pêcheux e autores franco-brasileiros. A análise demonstrou que a *Rede Globo* usa as mesmas estratégias no passado e no presente, embora com efeitos distintos, em função das condições de produção e dos suportes materiais, repetindo formas de escusar-se dos erros, considerando os efeitos políticos e sociais de sua atuação e discursos colocados em circulação.

Palavras-chave: Discurso; Erro; *Rede Globo*; Memória; *Jornal Nacional*.

ABSTRACT

This thesis brings as an analytical gesture a look at the errors and regularities of the discourse of *Rede Globo*, one of the largest communication media in the world. The corpus of analysis is the commemorative series for the 50 years of the broadcasting, exhibited in the *Jornal Nacional* in April 2015, with extension to the site *Memória Globo*. The general objectives were to investigate how the errors in coverage in the area of politics were constituted during the series' placement, as well as to identify and problematize the discursive characteristics of remembrance, celebration and memory in the official history constructed by the broadcaster. We sought to outline the discursive processes that support supposed apologies for two facts: the coverage of the manifestation by Diretas Já in 1984 and the edition of the debate between Fernando Collor de Melo and Luiz Inácio Lula da Silva, in 1989. In search of regularities and dispersions, the discourses of the *Rede Globo* about the error in on-line and off-line platforms were investigated. Such approaches were compared with coverage of the broadcaster in 2018, during the national majority elections. The theoretical-methodological body is Discourse Analysis, based on the discursive order of Michel Foucault, in dialogue with Michel Pêcheux and Franco-Brazilian authors. The analysis showed that *Rede Globo* uses the same strategies in the past and the present, though with different effects, depending on the conditions of production and the material supports, repeating ways to excuse errors, considering the political and social effects of its performance and discourses put into circulation.

Key-words: Discourse; Error; *Rede Globo*; Memory; *Jornal Nacional*.

RÉSUMÉ

Ce travail propose, dans un geste analytique, un regard sur les erreurs et la régularité du discours de la *Rede Globo*, l'un des plus grands médias au monde. Le corpus d'analyse est la série commémorative du cinquantième anniversaire de la chaîne de télévision, diffusée dans le *Jornal Nacional* en avril 2015, avec extension au site *Memória Globo*, sur l'internet. Les objectifs généraux étaient d'étudier comment se constituaient les erreurs de couverture dans le domaine de la politique lors du placement de la série, ainsi que d'identifier et de problématiser les caractéristiques discursives de la mémoire, de la célébration et de la mémoire dans l'histoire officielle construite par la chaîne. À cette fin, nous avons cherché à décrire les processus discursifs qui sous-tendent les excuses supposées pour deux faits: la couverture journalistique des manifestations par élections directes, en 1984, et l'édition du débat entre Fernando Collor de Melo et Luiz Inácio Lula da Silva, en 1989. À la recherche de régularités et de dispersions, les discours de la chaîne sur l'erreur sur les plateformes en ligne et hors ligne ont été examinés. Ces approches ont été comparées à la couverture de la chaîne, en 2018, lors des élections nationales. Le corps théorico-méthodologique est l'Analyse du Discours, basée sur l'ordre discursif de Michel Foucault, en dialogue avec Michel Pêcheux et des auteurs franco-brésiliens. L'analyse a montré que *Rede Globo* utilise les mêmes stratégies au passé et au présent, bien que leurs effets soient différents, en fonction des conditions de production et des supports matériels, en répétant les moyens d'excuser les erreurs, en tenant compte des effets politiques et sociaux des discours mis en circulation.

Mots-clés: Discours; Erreur; *Rede Globo*; Mémoire; *Jornal Nacional*.

SUMÁRIO

Introdução	11
Objeto	12
Objetivos	13
Justificativa	13
Breve exposição dos capítulos.....	15
Capítulo 1: Televisão e poder - o jogo das relações simbólicas	18
1.1 Estado, poder e discurso jornalístico	19
1.2 Televisão e democracia.....	23
1.3 Televisão, <i>Rede Globo</i> e redemocratização	31
1.4 Televisão, série e efeitos	35
1.5 Erro: do conceito à mácula do jornalismo.....	47
Capítulo 2: História e memória na série comemorativa	54
2.1 Memória, comemoração e efeitos de verdade.....	55
2.2 O ritual de apresentação da série comemorativa	62
2.3 Comemoração e efeito de unidade	81
Capítulo 3: Naturalização e regularidade sobre erros nos enunciados da série comemorativa	86
3.1 Uma manifestação que vira comemoração	90
3.2 As eleições de 1989 e o trabalho eclipsado	102
3.3 Outra plataforma e um deslizamento.....	113
Capítulo 4: Considerações discursivas sobre o erro	117
4.1 Um primeiro caso, 20 anos depois.....	118
4.2 Um segundo caso, 20 anos depois.....	122
4.3 Das regularidades do erro aos processos de rememoração	132
Considerações Finais: Ausências, amnésias, memórias... o passado (e)ditado	135
Referências Bibliográficas	141

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Apresentação de Luis Fernando Silva Pinto.....	72
Figura 2 - Apresentação de Tino Marcos.....	72
Figura 3 - Apresentação de Pedro Bial.....	73
Figura 4 - Apresentação de Fátima Bernardes.....	73
Figura 5 - Apresentação de Ernesto Paglia.....	73
Figura 6 - Apresentação de Galvão Bueno.....	74
Figura 7 - Apresentação da Sandra Passarinho.....	76
Figura 8 - Apresentação de Orlando Loureiro.....	77
Figura 9 - Apresentação de Francisco José.....	78
Figura 10 - Apresentação de Ilze Scamparini.....	78
Figura 11 - Apresentação de Heraldo Pereira.....	78
Figura 12 - Apresentação de Marcelo Canelas.....	79
Figura 13 - Apresentação de Glória Maria.....	80
Figura 14 - Cenário da série comemorativa.....	90
Figura 15 - Passagem de Ernesto Paglia (1984)	92
Figura 16 - Franco Montoro em comício pelas Diretas Já (1984).....	92
Figura 17 - Ernesto Paglia revê cena das Diretas Já (2015).....	93
Figura 18 - Bonner após reportagem sobre Diretas Já.....	94
Figura 19 - Apresentador na cobertura das Diretas Já (1984).....	96
Figura 20 - Perfil de telespectador do <i>Jornal Nacional</i> (2019).....	100
Figura 21 - Cenário da série com modalizações.....	112
Figura 22 - Bonner em close.....	112
Figura 23 - Bonner em close com efeitos de grafismo.....	113
Figura 24 - Alto da tela do site <i>Memória Globo</i>	114
Figura 25 - Abertura do segundo bloco Eleições 2018.....	118
Figura 26 - Infográfico <i>DataFolha</i> de intenção de votos.....	119
Figura 27 - Reportagens da <i>Folha S. Paulo</i>	127
Figura 28 - Nota coberta do <i>Jornal Nacional</i> - Parte 1.....	129
Figura 29 - Nota coberta do <i>Jornal Nacional</i> - Parte 2.....	130

Introdução

As tecnologias de informação e comunicação dão os contornos das sociedades modernas e é nessa arena que se confrontam homogeneidade e diversidade. Assim, é prudente evitar, nas análises do fenômeno do crescimento das empresas de comunicação, encará-las de forma simplista, já que as indústrias culturais se relacionam com o próprio funcionamento do mercado, desempenhando a tarefa de diferenciação do produto e direcionamento das escolhas de consumo, bem como exercem papel central na produção de sentidos sobre o mundo.

No atual cenário histórico, tecnológico e econômico brasileiro e mundial, muitos pesquisadores da área de Comunicação têm colocado em relevo a falta de identidades que dariam suporte à noção de pertencimento do sujeito (gênero, classe, nacionalidade etc.), já que os deslocamentos, a desterritorialização e o hibridismo tentam dar conta de uma pressuposta instabilidade e inúmeras rupturas que se inscrevem no meio social. A Comunicação e o Jornalismo, mais especificamente, tornam-se uma arena de debates e definições sobre essas narrativas que apresentam as fragmentações das “velhas” e novas construções identitárias. Nessa arena, Foucault ([1971] 2005), em *A ordem do Discurso*, alerta para a capacidade que os discursos têm para estabelecer verdades próprias. Considerando os três grandes sistemas de exclusão aos quais os discursos estão suscetíveis – a interdição, a segregação pela razão e a vontade de verdade – é sobre esse último que se vê atravessar o poder na construção do discurso verdadeiro.

O Jornalismo opera na formulação de discursos que passam a produzir, na circulação, efeitos de credibilidade, como relatos sobre fatos, acontecimentos, pessoas e momentos históricos. Opera, então, na produção de sentidos sobre o presente, construindo uma maneira própria de fazer memória e história.

O discurso jornalístico pauta-se no efeito de “cobertura do presente”. Em alguns momentos, como são as efemérides e as datas comemorativas, há um trabalho de retomada do passado, que passa a constituir o discurso sobre o presente. Por outro lado, o discurso jornalístico, ao se propor como objetivo e referencialista, produz um efeito de verdade e, portanto, torna-se também fonte

para uma abordagem sobre a história e para a história. Mariani (1993) também pesquisou sobre a questão do discurso jornalístico na sociedade brasileira:

O discurso jornalístico toma parte no processo histórico de seleção dos acontecimentos que serão recordados no futuro. E mais ainda: uma vez que ao selecionar está engendrando e fixando sentido para estes acontecimentos, a imprensa acaba por constituir no discurso um modo (possível) de recordação do passado. (MARIANI, 1993, p. 33)

Neste trabalho, nosso propósito é problematizar os efeitos da rememoração, suas regularidades e sentidos, especialmente, pela principal emissora de TV do Brasil, a *Rede Globo*, no que diz respeito a como são retomados fatos em sua cobertura, a partir de uma posição ideológica e minimizando a importância social de fatos ou impactos em decisões políticas.

Objeto

Tomamos como objeto a série especial, conforme designação da própria emissora, produzida para comemorar os 50 anos de história da *Rede Globo*, exibida entre os dias 20 e 24 de abril de 2015. Ela foi composta por cinco partes, cada uma representando uma década de história. O material foi ao ar ao final do *Jornal Nacional*. William Bonner, editor-chefe do telejornal, foi o apresentador da série, que reuniu 16 jornalistas que participaram de grandes coberturas e foram pioneiros nessa função na *Rede Globo*. São eles: Renato Machado, Luís Fernando Silva Pinto, Glória Maria, Tino Marcos, Ilze Scamparini, Galvão Bueno, Ernesto Paglia, André Luiz Azevedo, Caco Barcellos, Francisco José, Pedro Bial, Sandra Passarinho, Orlando Moreira, Fátima Bernardes, Heraldo Pereira e Marcelo Canellas. Toda a série foi permeada por testemunhos, imagens de arquivo e elementos gráficos inseridos na tela.

A divisão por cinco décadas mostrou coberturas jornalísticas sobre fatos nacionais e internacionais, a queda e ascensão de governos, o fim da Ditadura Civil-Militar no Brasil e o processo de redemocratização. Discutiu acertos e erros do ponto de vista do que se espera do Jornalismo. Em dois episódios, sobre os quais a análise aqui proposta centra-se, houve menções sobre coberturas controversas da emissora, ocorridas na editoria de política, a saber: as

manifestações pelas Diretas-já (1984), incluídas como atividade de agenda de aniversário da cidade de São Paulo, e a edição desequilibrada do debate entre Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Melo, no segundo turno das eleições para a Presidência (1989), exibida nos telejornais da emissora.

Objetivos

O objetivo geral desta tese é identificar e problematizar as características discursivas da rememoração, da comemoração e da memória, considerando os efeitos produzidos pelos enunciados colocados em circulação pela linha histórica construída pela emissora. Para isso, buscamos traçar um panorama dos processos discursivos que sustentam supostos pedidos de desculpas.

Assim, os objetivos específicos deste trabalho concentram-se em:

- Apontar regularidade na enunciação e no fazer jornalístico concernentes às questões políticas mostradas na série e atualmente;
- Identificar os processos de constituição, formulação e circulação dos erros em coberturas jornalísticas, nas estratégias de rememoração e na atualidade, no campo da influência política da emissora.

Justificativa

A *Rede Globo* alcança 99,59% do território brasileiro, cobrindo 5.477 municípios, o que representa cerca de 206.810.504 da população brasileira. Apenas 93 municípios do País não recebem o sinal da emissora¹. A sede fica no Rio de Janeiro (RJ) e se trata da segunda maior rede de televisão comercial aberta do mundo, atrás apenas da estadunidense American Broadcasting Company² (ABC). Faz parte das *Organizações Globo*, um dos maiores conglomerados de mídia do planeta, com canais internacionais, internet, canais

¹ Dados disponíveis em: <http://negocios8.redeglobo.com.br/Paginas/Brasil.aspx>. Acesso em 17 nov. 2018.

² Dados disponíveis em: <http://www.otvfoco.com.br/confira-as-maiores-emissoras-do-mundo-atualmente-globo-vence-poderosas-emissoras-americanas/#ixzz4F3CzAV12>. Acesso em 21 jul. 2018.

fechados, editora, gravadora, produtora de filmes, além de portal de classificados de imóveis.

A emissora começou a funcionar em 26 de abril de 1965, fundada pelo jornalista Roberto Marinho (1904-2003). Atualmente, são, ao todo, cinco emissoras próprias e 117 afiliadas, além da transmissão no Exterior pela *TV Globo Internacional* e de serviço mediante assinatura no País. O sinal da *Globo* também é disponibilizado na internet pelo serviço de vídeo sob demanda *Globo Play*.

Com todos esses dados, a emissora tem condições de influenciar a cultura, a política e a opinião pública no País. Quase do tamanho dessa importância também estão registradas uma série de controvérsias que vão desde seu apoio à Ditadura Civil-Militar (1964-1985) até a influência em eleições presidenciais do período democrático, como o debate político presidencial em 1989. Esses tópicos serão retomados com detalhes nos capítulos deste trabalho.

Em 2017 (últimos dados disponíveis), a audiência³ da *Globo* ficou na casa dos 13,9 pontos nas 24h corridas⁴. O *SBT* ficou em segundo, com 5,3; a *Record*, em terceiro, com 5,2. A *Globo* é líder desde sua criação. Desde 2017, cada ponto de audiência passou a corresponder, para efeito de medição, a 245.702 domicílios e a 688.211 espectadores.

Outro fato que torna relevante nosso estudo é a questão da admissão do erro, algo que se pratica pouco no cenário jornalístico brasileiro. O erro é um ponto de reflexão que está na convergência entre ética, técnica e qualidade. Ele pode ser construído desde a apuração das informações, passando pela produção de notícias, edição das reportagens, apresentação de telejornais e circulação. Pode estar ligado tanto a uma falta de técnica e de eficiência dos jornalistas envolvidos, como por pressões externas, por atendimento a interesses de caráter ideológico ou ainda por falha na gestão na cadeia informativa.

³ Dados acessados do Kantar Ibope Média apud *Portal Terra*, de 24 mar. 2018. Disponível em: <https://rd1.com.br/emissoras-fecham-2017-com-faturamento-perto-do-vermelho-globo-segue-bilionaria/>. Acesso em: 17 nov. 2018.

⁴ Segundo o Kantar Ibope Média, apud G1, de 04 jan. 2017. Disponível: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/kantar-ibope-atualiza-representatividade-de-cada-ponto-de-audiencia-de-tv.ghtml>. Acesso em: 17 nov. 2018.

A palavra “erro”, segundo Japiassú e Marcondes (2001), vem do latim “*errare*” e se caracteriza “por uma afirmação tida por verdadeira, mas que não se conforma com as regras lógicas da verdade quanto à afirmação que considera verdadeiro aquilo que não existe na realidade ou que não lhe é conforme” (p. 89). Bachelard (apud JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001) acrescenta que, psicologicamente, somos tentados a acusar de estar “no erro” aquele que discorda de nosso ponto de vista. Assim, não há condições de se qualificar um erro sem uma avaliação criteriosa desse que pressupõe advir de um fato e um conceito do que seja a verdade, amparada por um paradigma estabelecido. Além disso, discursivamente – como discutiremos nesta tese – o erro só é produzido a partir dos efeitos e de uma posição ocupada pelo sujeito na enunciação.

Os filósofos sempre se preocuparam com a origem dos erros - como eles eram possíveis. Para a filosofia clássica, o erro consiste, na maioria das vezes no efeito de nossos sentidos: a Terra me aparece plana, o Sol parece girar em torno da Terra. O entendimento propriamente dito não deve cometer erro. mas “a influência oculta da sensibilidade sobre o entendimento” (Kant) leva o espírito a cometer erros. Contudo, muitos filósofos atuais veem no erro não algo a ser sumariamente proscrito, mas uma primeira etapa do conhecimento, uma condição da verdade: o erro descoberto nos leva a procurar uma solução melhor: a verdade científica pressupõe, de direito, um erro retificado. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 89)

As consequências podem ainda produzir efeitos sobre a imagem de empresas e pessoas, disseminar falsos julgamentos ou *fake-news*, além de provocar inseguranças e danos sociais. As empresas jornalísticas - se comparadas a de outros ramos de atividade - parecem fazer muito pouco para criar mecanismos efetivos de identificação de erros, retificação, controle e redução de danos. São discussões que traremos mais à frente e que ajudam a justificar a importância de um trabalho que aborde a enunciação dos erros.

Breve exposição dos capítulos

Esta tese é composta por quatro capítulos. No primeiro, problematizamos o papel da televisão e as regulações em relação à política de concessões e investimento de capital estrangeiro, no contexto político da Ditadura Civil-Militar, em que a *Rede Globo* surgiu e ajudou a consolidar o interesse político de

integração nacional. Na sequência, abordamos o papel da televisão no que se refere à redemocratização do País, trazendo à tona as condições de produção nas quais a *Globo* foi fundada e conseguiu se destacar no cenário brasileiro, deixando assim a primeira controvérsia de sua história registrada, o caso da *Time Life*, como explicaremos. Além disso, discutimos a criação do *Jornal Nacional*, que ajudou a consolidar a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Finalizamos o capítulo discutindo a série especial para comemorar os 50 anos, exibida no *Jornal Nacional*. Abordaremos o projeto da produção, seu desenvolvimento e a participação dos 16 jornalistas que compartilharam com Willian Bonner a “missão” de contar os 50 anos da *Globo*. Procuramos também discutir os efeitos da designação pelo termo “especial”, já que a série se diferencia de uma reportagem, por apresentar-se em episódio e conter elementos outros daqueles presentes numa cobertura diária.

No segundo capítulo, debatemos como presente, passado, fatos e história requerem, de forma incontornável, que se acesse um lugar de memória, que por sua vez vem a produzir sentidos nos discursos, no caso, aqueles referentes aos 50 anos da *Rede Globo*. Além disso, analisamos o funcionamento das práticas discursivas em suas regularidades. Para isso, abordamos conceitos, que auxiliam essa reflexão, vindos de campos interdisciplinares como a História e a Linguística, e mais especificamente os estudos da Análise de Discurso. Essa contextualização é importante para compreender de que maneira os enunciadores assumem um compromisso, com o efeito de verdade, diante dos interlocutores. Trata-se, no Jornalismo, de um compromisso de que os enunciados sejam considerados como verdadeiros.

No terceiro capítulo, pautados na noção de discurso como lugar de tensões, contradições, disputas, analisamos os discursos que emergem sobre a memória jornalística dos últimos 50 anos do Brasil (1965-2015). É assim, no campo discursivo, que, para Foucault ([1971] 2005), estabelecem-se as possibilidades de verdade do que se enuncia em um dado momento histórico. Tal fato nos é ainda mais interessante e importante quando o relacionamos à credibilidade e ao discurso de verdade atribuídos ao Jornalismo, constituindo-se, um por efeito do outro, dois de seus pilares fundamentais.

A constituição de um imaginário de “verdade”, “objetividade” e “credibilidade”, efeitos de sentido construídos historicamente pelo Jornalismo

desde a transição dos séculos XIX e XX, a partir da relação estabelecida pela área com os princípios da ciência positivista, mostra que, conforme explicita Foucault ([1969] 2002), os discursos estão sempre moldados a partir de regras e condições de determinado momento histórico. Do ponto de vista dos estudos do discurso, então, cabe ao pesquisador buscar regularidades e dispersões que permitam compreender as formações discursivas.

Procedemos à análise do modo como a *Rede Globo*, nessa série, recorre a discursos para validar o que, no senso comum, circulou como admissão de erros e pedido de desculpas. Com a análise dessas condições e da materialidade linguística, vislumbra-se compreender o posicionamento da *Rede Globo* sobre erro e o que ela admite como tal, a partir de uma constante rede de significados. Isso porque, nos dias seguintes à exibição dos episódios analisados nesta tese, vários veículos de comunicação digital produziram reportagens dizendo que a emissora havia pedido de desculpas aos telespectadores por ocorridos nos anos 1980⁵.

No quarto capítulo, em que realizamos nossas considerações e análises finais, discutimos as regularidades no processo discursivo de rememoração do erro pela *Rede Globo*. Também pudemos perceber a complexidade que envolve a enunciação dos fatos, seja por sua forma de expor a constituição do sujeito ao enunciar, seja pelos enunciados, ou ainda pelas formas de circulação, imbricadas numa teia de poder nas instâncias econômica, ideológica e política. Apresentamos, por fim, uma síntese dos processos discursivos de rememoração e de menção ao erro, fruto do percurso desta pesquisa.

⁵ Apenas para citar duas dessas produções, o site *Carta Maior*, trouxe como manchete: “Globo mata e pede desculpas. Patético” (25.04.2015, disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Globo-mata-e-pede-desculpas-Patetico-/12/33343>. Acesso em: 18 abr. 2017). Já o site *Pragmatismo Político*, trouxe “Luciana Genro ironiza ‘mea-culpa’ do *Jornal Nacional* sobre debate Collor x Lula” (24.04.2015, disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/luciana-genro-ironiza-mea-culpa-do-jornal-nacional-sobre-debate-collor-x-lula.html>. Acesso em: 18 abr. 2017).

Capítulo 1: Televisão e poder - o jogo das relações simbólicas

“A verdade é um conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros, não havendo ‘instâncias supremas’.” (FOUCAULT, [1978] 2003, p. 273)

De acordo com dados da "Pesquisa Brasileira de Mídia - Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira" (2016), pela Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal⁶, quase 90% dos brasileiros se informam pela televisão, dos quais 63% têm na TV o principal meio de informação. A internet fica em segundo lugar, como meio preferido de 26% dos entrevistados e citada como uma das duas principais fontes de informação por 49%. Se abrirmos a pesquisa, podemos nos deparar com um dado que pode fragilizar a democracia e demonstrar o perigo da ausência de uma educação formal de qualidade: a maior parte dos brasileiros disse que confia sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas por esse meio. A *TV Globo* continua sendo a mais vista pelo público, tendo sido mencionada por 73% dos entrevistados.

Segundo Coudry e Popper (1999), o poder político deveria ter um controle e a televisão não poderia estar fora dele:

A proposta que aventei não tem apenas um caráter de urgência, corresponde também a uma necessidade absoluta do ponto de vista da democracia. Eis, resumidamente, a razão: a democracia consiste em submeter o poder político a um controle. É essa a sua característica essencial. Numa democracia, não deveria existir nenhum poder político incontrolado. Ora, a televisão tornou-se hoje em dia um poder colossal; pode mesmo dizer-se que é potencialmente o mais importante de todos, como se tivesse substituído a voz de Deus. E será assim enquanto continuarmos a suportar os seus abusos. [...] É agora que devemos tomar consciência desse risco [...] (COUDRY; POPPER 1999, *passim ou passim*, p. 29-30).

As colocações de Popper (1999) põem em reflexão as questões que envolvem essas estratégias de poder, ponderando que, se esse regime

⁶ Disponível em: <http://pesquisademidia.gov.br/#/Geral/details-917>. Acesso em: 10 mar. 2017.

democrático precisa da liberdade para estancar o poderio do estado, essa liberdade deveria ser regulamentada também. O poder político deveria ter formas de regulamentação, uma vez que a economia de mercado anda de braços dados com esse poder. A falta de mecanismos regulatórios da TV permite atrelamentos políticos e a descaracteriza como serviço público, tornando-a uma ferramenta de manipulação e um instrumento de poder econômico.

É importante ressaltar que, com base em Althusser ([1970] 2010), a mídia atua como um Aparelho Ideológico do Estado (AIE). Por esse conceito, o autor considera que ela, ao lado da Igreja, da escola e dos partidos políticos, opera na perpetuação da ideologia dominante. Para este autor, o processo de sujeição se dá também por meio de instituições e não apenas nas relações de trabalho. Como uma das materialidades mais influentes, “o jornalismo torna-se assim um dos principais atores deste AIE [o midiático], à medida que oferece um discurso que se apresenta como aparente, evidente, como o próprio fato, embora o que esteja fazendo é instaurar um gesto de interpretação” (ORMANEZE, 2019, p. 100).

Nessa perspectiva, a falta de regulação dos meios de comunicação torna-se mais uma das estratégias de manutenção da hegemonia e do estabelecimento de relações entre os poderes instituídos política e economicamente.

1.1 Estado, poder e discurso jornalístico

O conjunto dos poderes existentes não são apenas os conhecidos e classificados de forma ordenada sob as raias do Estado. Hospedados sob o Estado ou não, esses poderes acabam se imbricando com o sistema efetivamente instaurado, que, por sua vez, tende a usá-los como extensão das práticas e estratégias de dominação e poder, numa relação simbiótica e que se retroalimenta. Face a isso, podemos ter uma compreensão foucaultiana, segundo a qual é necessário entender “que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam abaixo, fora, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível

muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados” (FOUCAULT, [1979] 2015a, p. 148-149).

Parte dessas discussões já foi feita por teóricos da Escola de Frankfurt, como Adorno, Marcuse, Benjamin e Horkheimer, que se debruçaram para entender as formas de relação entre o processo de racionalização e do exercício do poder. Procurava-se entender a centralização do Estado, a burocracia entre outras práticas de funcionamento. Para Foucault ([1975] 1999), à diferença da escola de Frankfurt, não se trata de pensar numa estrutura da razão, mas de refletir sobre “racionalidades” específicas, de determinadas disciplinas.

Foucault ([1979] 2015a) avalia que os “discursos de verdade” da sociedade, por meio da linguagem, comportamento e valores, são suscetíveis às relações constituídas de poder e, portanto, aprisionam os sujeitos. Cada sociedade tem que lidar com sua “política” de verdade, com os tipos de discurso que produz, consome e faz funcionar como verdadeiros, com as formas com que são sancionados, validados e valorizados e com o status daqueles que estão autorizados a dizer. Podemos afirmar que os pilares da democracia passam pelo Estado, num complexo relacional que busca mediar as relações sociais. Esse é, no entanto, um movimento vazio se não passar pela mídia, parte de uma rede que, como qualquer outra, atua como lugar de memória, abrigo e reforço de poderes.

O poder é visível e invisível, com a aglutinação dos aspectos da política e economia. Segundo Foucault ([1982] 2009a), não se possui o poder, ele é exercido. O Estado é o lugar onde manifestações diluídas e expressões muito identificáveis, através de decisões públicas, entrelaçam-se, para as quais podemos pensar que o papel da mídia é vínculo fundamental.

Navarro-Barbosa (2003, p. 115-116), explica que o “objeto da prática midiática é também o presente, transmutado em acontecimento jornalístico e, muitas vezes, em espetáculo”. Podemos pensar que, na realidade social contemporânea, essa transmutação é oferecida num lugar de estatuto histórico, imbuído de poder, pois, isso posto, reproduz o fato de que a historicidade não nega a possibilidade de ele ter acontecido, mas é determinado pela forma como é contado. O autor acrescenta ainda que o “lugar, por excelência, de produção do acontecimento não é mais o do discurso da história, mas sim o da mídia” (p. 116).

Nesse sentido, podemos pensar na linha proposta por Foucault: o que está em questão são os “jogos de relações”, ou seja, conexões exteriores ao discurso que “determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc.” (FOUCAULT, [1969] 2002, p. 52).

Pensar que o acontecimento jornalístico⁷, assim como o acontecimento discursivo, não se dá no tempo do enunciador, mas numa linha temporal em que tudo que está no passado pode ser memorável, amalgamado pelo próprio fato, coloca a perspectiva do futuro numa latência para se inserir também de forma histórica. Nesse sentido, Sargentini (2004) afirma a respeito do acontecimento que:

Dessa forma, é preciso renunciar à crença de que seja possível chegar à irrupção de um acontecimento verdadeiro, pois jamais seria possível ao homem dele reapoderar-se integralmente – e, conseqüentemente, de si mesmo. Nessa concepção passa-se a tratar o acontecimento no jogo de sua instância na pontualidade em que aparece em sua dispersão temporal. (p. 86)

São essas circunstâncias discursivas que, por extrapolarem o plano da textualidade jornalística, produzem o “algo mais dos discursos”. Segundo Foucault, “é esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” ([1969] 2002, p.60). Sobre esse “mais”, Charaudeau (2015, p. 16) lembra que,

Sem exagerar a complexidade das relações de força que se instauram nesse campo, parece que é possível determinar quando são tratadas simultaneamente e em interação, as questões da ação política, de sua finalidade e de sua organização; as instâncias que são partes interessadas nessa ação; os valores em nome dos quais é realizada essa ação.

Pôr em relevo, à luz da reflexão, o universo de constituição do acontecimento jornalístico, tendo a memória como fio condutor do processo narrativo, justifica-se pelo fato de que lançamos sobre o Jornalismo um olhar que busca compreender não só o que está manifesto nessa prática, mas, especialmente, procura identificar marcas discursivas que dizem respeito a suas

⁷ Segundo Wolf (1999), o acontecimento jornalístico é um fato que tem importância para o indivíduo, influência sobre o interesse nacional, considerável número de pessoas envolvidas e relevância quanto à evolução futura. Nossa posição sugere que levemos em conta também a influência ideológica do sujeito jornalista.

estratégias de produção e de validação. Além disso, procura dar a ver possíveis correlações de seus enunciados com os outros enunciados do interdiscurso⁸, assim como apreender o encadeamento narrativo do jornal “como horizonte para a busca das unidades que aí se formam” (FOUCAULT [1969] 2002, p. 32-33).

Podemos pensar ainda no questionamento de Foucault (op. cit.): como surgiu um determinado enunciado e não outro em seu lugar? O autor nos faz estar diante da estreiteza e particularidade de sua situação; de determinar as condições de emergência da existência de um enunciado; mostrar quais outras formas de enunciação são apagadas e por que não poderia ser outro; em um lugar que nenhum outro poderia ocupar. Para Foucault, o que intriga é em que momento e só o momento. “Que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (idem, p. 34).

Ora, dessa forma, podemos resgatar os conceitos do próprio Foucault, em *A Ordem do Discurso* ([1971] 2005), o qual pode nos levar a pensar em determinadas matérias jornalísticas como sendo acontecimentos discursivos, se considerarmos a forma como elas irrompem na linha histórica, no momento em que muitas constituem-se em vestígios materiais das condições sócio-político-econômica-históricas, para a emergência de determinados enunciados e discursos sobre poder e democracia.

Ainda a respeito da distinção entre as práticas de análise linguística e de acontecimentos discursivos, Foucault ([1969] 2002, p. 33) afirma:

O campo dos acontecimentos discursivos, em compensação, é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas; elas bem podem ser enumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda a capacidade de registro, de memória, de leitura: elas constituem, entretanto, um conjunto finito.

Do ponto de vista da Comunicação, Cabral (2013) aponta que há uma existência de proximidade temporal com os acontecimentos narrados. As reportagens jornalísticas acabam sempre corrigindo-se e reiterando-se umas às outras, incorporando a elas sujeitos e fatos além do espaço formal do jornal em que se insere. Assim, os enunciados correlacionam-se a um “campo subjacente”

⁸ Tomamos aqui a noção de interdiscurso de M. Pêcheux para quem trata-se “do todo complexo com dominância que sustenta o saber atual” ([1975], 2010 p.163).

ou “campo associado” (FOUCAULT, [1969] 2002) para fazer sentido, onde se travam relações com formulações num espaço delimitado historicamente.

Nesse sentido, devemos observar que o enunciado se constitui, simultaneamente, enquanto singularidade e repetição, e sua análise deve levar em conta a dispersão e a regularidade dos sentidos produzidos. (p. 4)

Na atividade jornalística, há constituição de um espaço de destaque na produção de memória. A mídia tende a construir e encadear esses fatos, por meio de estratégias, em um conjunto de enunciados e acontecimentos, de forma que apenas a sua versão seja memorável.

Podemos ainda levar em consideração que o conhecimento histórico produzido pelo jornalismo, conforme Navarro-Barbosa (2016), não se confunde com o acontecimento como ocorre na atualidade, pois é construído num tempo diferente do tempo real.

1.2 Televisão e democracia

Pensar em mídia nos dias de hoje ainda é pensar em televisão e, no Brasil, por conseguinte, na *Rede Globo*, que detém o maior número de telespectadores em relação às outras emissoras do País, conforme demonstrado na Introdução deste trabalho. Além disso, faz-se necessário pensar como esse veículo se torna um grande agente de produção de memórias. Refletindo sobre a plataforma que dá suporte à materialidade da nossa análise, a televisão, e, no caso, a série, chama-nos a atenção pelo esforço de constituição de uma narrativa que também se pretende nacional, isenta, produtora de memória e capaz de produzir interesse e identificação em todo o País. Mas essa idealização não simboliza, necessariamente, de maneira mais fidedigna, as aspirações, identidades e diferenças dos cidadãos de todo o Brasil.

A televisão chegou ao País nos anos 1950, como extensão do rádio, se pensarmos em termos de conteúdo, mas fundamentalmente como uma extensão dos negócios das empresas jornalísticas da época, sem necessariamente, nesses anos todos, ter tido um ideal de serviço público, sempre balizada por um poder econômico e privado dos homens e políticos, que vislumbravam possibilidade de extensão e manutenção de seus poderes (DELA-SILVA, 2008).

A TV chegou afrontando a Constituição vigente. O idealizador do projeto brasileiro foi o empresário Assis Chateaubriand (1892-1968), dono dos *Diários Associados*, grupo de comunicação que incluía dezenas de jornais, revistas e emissoras de rádios. Ele importou equipamentos e técnicos dos Estados Unidos e instalou duas antenas em São Paulo: uma delas num dos prédios mais altos no centro da cidade, que pertencia a um banco estatal, e outra na sede da empresa, no bairro Sumaré, zona Sul. Como não havia televisores no País, o empresário “contrabandeou” 200 aparelhos, sem que ninguém da alfândega e da Polícia Federal o detivesse. Esses equipamentos foram ofertados como presentes a amigos e financiadores da televisão brasileira. Outros 22 receptores foram colocados em vitrines de 17 lojas do centro de São Paulo, para que as pessoas pudessem assistir da rua.

Dela-Silva (2008) explica que, com essas transmissões realizadas em 18 de setembro de 1950, data de inauguração da *TV Tupi* em São Paulo, a televisão passa a assumir um papel importante no cenário da mídia brasileira, pois altera as formas de comunicação midiática, com o acréscimo do não-verbal à formulação discursiva, o que fez, aos poucos, a sociedade sair da combinação ler, ver e ouvir a informação, para vê-la e senti-la em movimento:

A presença do não-verbal, com a possibilidade de “ver” na TV o que antes seria somente ouvido pelo rádio e/ou lido nas revistas e nos jornais, promove significativas alterações na mídia impressa e, posteriormente, também na radiofônica, que perderia muito de seu alcance inicial com o desenvolvimento da televisão. No caso da imprensa, a necessidade de sobrevivência dos jornais e das revistas após a consolidação da TV resulta em alterações nos projetos gráficos e editoriais: as publicações passam a trazer mais fotos, a usar mais cores em suas páginas e mais espaços em branco, elementos que conferem leveza à diagramação; os impressos também passam a priorizar textos mais curtos e, conforme o caso, reportagens de aprofundamento dos assuntos já divulgados pela televisão e pelo rádio. (DELA-SILVA, 2008, p. 2)

Portanto, a implantação da TV na sociedade brasileira se torna um acontecimento discursivo, que vai além do simples fato histórico. O acontecimento se constrói pela própria mídia, posto em circulação por outros meios que noticiavam o surgimento da televisão nesse momento histórico-jornalístico, principalmente pelos outros veículos do próprio Chateaubriand. Arelado a essas publicações, ainda nessa fase pós-inaugural da televisão, o

grupo do empresário coloca em circulação um discurso de desenvolvimento capitalista e da transformação brasileira em um país moderno, que logo se une aos interesses do Estado junto às perspectivas empresariais. Todas essas publicações se constituíram em arquivo e passam a fazer parte ou se apresentar como uma memória. Por arquivo, aqui, consideramos a posição de Foucault, ou seja, não se trata de um conjunto de documentos ou a soma de textos sobre um determinado assunto, mas é a “lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, [1969] 2002, p. 158). O arquivo, nessa posição, não garante que um enunciado não desapareça, não seja esquecido, mas os organiza segundo regularidades específicas.

1.2.1 Televisão e democracia nas políticas de concessões

Desde o início da história da televisão no Brasil, as concessões⁹ passaram a ser distribuídas ao largo dos interesses públicos, mas também ao sabor dos interesses econômicos. Elas se tornaram fontes não só de poder econômico, mas também político e até religioso, numa vertente que compreende política, negócios e fé. Algo que se parece muito instável para um regime em transição democrática, como nos anos 1960.

A mais recente mudança realizada na lei de outorga das concessões de rádio e TV foi feita pela presidenta Dilma Rousseff, através de um decreto no dia 16 de janeiro de 2012 e publicado no *Diário Oficial* no dia seguinte. A medida muda as regras anteriores, principalmente, ao que tange a parte de licitações, com exigência de garantias financeiras para participar dos leilões¹⁰. Outra alteração foi quanto às outorgas de rádio que passaram a ser assinadas pelo Ministério das Comunicações. As concessões de TV, por outro lado, permaneceram com a Presidência. As mudanças foram articuladas depois que

⁹ A Lei das Concessões de Radiodifusão no Brasil, n. 4117, de 27 de agosto de 1962, dizia que: “Quanto ao seu âmbito, os serviços de telecomunicações se classificam em: a) serviço interior, estabelecido entre estações brasileiras, fixas ou móveis, dentro dos limites da jurisdição territorial da União; b) serviço internacional, estabelecido entre estações brasileiras, fixas ou móveis, e estações estrangeiras, ou estações brasileiras móveis, que se achem fora dos limites da jurisdição territorial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm. Acesso em: 12 jan. 2017.

¹⁰ Para participar da distribuição de concessões, o Ministério faz um leilão em que os proprietários precisam demonstrar condições para manter uma emissora e pagar as outorgas ao Governo.

o Ministério das Comunicações recebeu uma série de denúncias contra pessoas e empresas que tinham ganhado as licitações de concessões e não tinham suporte financeiro para manter as emissoras.

Depois desse decreto de 2012, os interessados em obter uma concessão teriam que comprovar capacidade técnica e financeira de manter a emissora no ato da inscrição no processo licitatório, além de ser obrigatória a comprovação de origem dos investimentos e a apresentação de balanço patrimonial e contábil. O pagamento da outorga, que antes era parcelado em duas vezes, depois do novo texto passou a ser feito à vista. A caução exigida pode chegar até 10%. Na regra anterior, o valor não passava de 1%. O decreto também alterou questões de conteúdo.

Outra grande mudança foi com relação ao tempo de produção e veiculação destinados aos programas. As produções locais, feitas na sede da cidade onde a concessão foi dada, e as produções independentes passaram a ser critérios para decidir os vencedores dos leilões. Até aquele momento, essa avaliação levava em conta o tempo destinado a programas jornalísticos, educativos, culturais e informativos. A nova exigência seguiu uma diretriz da Constituição, que prevê a valorização de produções locais e independentes.

Sobre as concessões, Santos e Sargentini (2017), a partir de uma análise sobre como o assunto era tratado pelos candidatos às eleições de 2010, identificam dois posicionamentos, que levam a pensar sobre a relação com regulações e poder. De um lado, os autores identificam uma relação entre regulação e censura, já que os projetos de lei nessa direção podem ser entendidos como interdições aos dizeres. De outro, está a relação entre regulação e democracia, uma vez que ela seria compreendida como uma maneira de possibilitar a multiplicidade dos dizeres, de diferentes grupos que, de algum modo, estariam respaldos pela legislação. Os autores, por fim, defendem:

O desejo de *democratização* materializado nos pedidos de regulação pela *democratização da mídia*, então, apareceria como um dos gestos que reconfiguraria a desigualdade histórica presente quando se fala de veiculação de informações e de concessões de mídia no Brasil, o que não pode e não deve ser comparado à *censura* e ao *controle*. O mesmo ocorre com o *controle social da mídia*, mas ele é deixado pelos que defendem a regulação depois dos efeitos de sua circulação. (SANTOS; SARGENTINI, 2017, p. 311)

O assunto nunca foi bem definido e a participação da sociedade sempre foi pífia. Os órgãos de imprensa, principalmente a televisão, tem papel relevante na condução e discussão do tema pela presença clara dos interesses relativos ao poder econômico, social e político.

Mesmo sem as regulações no modelo ideal, com os decretos e emendas na lei definidos nos últimos anos, seria quase impossível o episódio das relações político-financeiras entre Roberto Marinho e o grupo de comunicação americano *Time Life*¹¹, no início da história da *Rede Globo*. Conforme detalhado em outro trabalho (FABBRI JUNIOR, 2006), Roberto Marinho, dono do já consolidado jornal impresso *O Globo*, no Rio de Janeiro (RJ), e de emissoras de rádio, fez uma associação com a empresa estadunidense *Time Life*¹², que investia em emissoras de televisão na América Latina. O grupo investiu um montante e a *Rede Globo* foi ao ar. Porém, o investimento aberto do grupo dos EUA contrariava o artigo 160 da Constituição Brasileira da época, pois uma empresa estrangeira não poderia participar da orientação intelectual e administrativa da sociedade concessionária de televisão.

Pelo contrato assinado, a *Time Life* passou a irrigar as áreas de administração, com informações, e prestando assistência relacionada com a modernização da empresa, com técnicas e processos ligados à programação, ao noticiário e às atividades de interesse público, no controle financeiro, orçamentário e contábil, além de informações técnicas na área de engenharia, construção civil, retransmissão e, principalmente, na venda e produção de comerciais. O contrato previa também um treinamento de brasileiros nos Estados Unidos e vice-versa.

Dessa forma, podemos novamente pensar como Foucault ([1975]1999), no que tange ao conceito de uma sociedade disciplinar, a qual se fundamentava em grandes meios de controle, como a família, a igreja, a escola, a fábrica, o hospital e a prisão. Segundo o autor, o poder se instalava nessas diferentes instituições de controle, o que nos leva a refletir que ele não está mesmo apenas nos aparatos do Estado, como observamos anteriormente. A mídia e a televisão

¹¹ *Time Life* é uma empresa norte-americana, sediada em Fairfax, Virgínia. Foi fundada em 1961 pela Time Incorporated, como companhia especializada em marketing direto de música e livros. É controlada desde 2003 pela Direct Direct Holdings Worldwide. Sua sede fica em Nova York. Informação disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Time-Life>. Acesso em: 12 jan. 2017.

¹² O contrato entre as duas empresas foi assinado em 24 de julho de 1962.

não fugiam a essa classificação. Esses eram ambientes para se impedir a visibilidade das opiniões contraditórias, em que se cessavam, cada vez mais, a opinião e a participação política do cidadão, vigiando-os em determinados espaços, a fim de conter uma explosão de pensamentos e atitudes revolucionárias, o que os grupos de poder não queriam de forma nenhuma.

Mas, assim que a sociedade entre os dois grupos econômicos, *Globo* e *Time Life*, foi exposta, deu-se início a uma primeira “guerra” entre concorrentes. O grupo *Diários Associados*, proprietário da *Rede Tupi*, liderado pelo então deputado e presidente da Aberj (Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão) João Calmon, começou uma campanha contra a associação. A denúncia foi levada ao conhecimento do Contel (Conselho Nacional de Telecomunicações), que, em junho de 1965, abriu um processo para investigar o caso. Paralelamente, em outubro do mesmo ano, o deputado Eurico de Oliveira apresentou um requerimento à Câmara pedindo a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

No dia 20 de abril de 1966, o próprio Roberto Marinho depôs. As investigações da CPI, presidida pelo então deputado Roberto Saturnino Braga, e que teve como relator o deputado Djalma Marinho, terminaram em setembro de 1966, com um parecer desfavorável à *Globo*. Os parlamentares consideraram que os contratos firmados com o *Time Life* feriam a Constituição, alegando que a empresa estadunidense estaria participando da orientação intelectual e administrativa da emissora, que, então, desfez o contrato com empresa dos EUA¹³.

Essa pode ser considerada uma das poucas “batalhas” que a *TV Globo* tenha perdido, pois a parceria teve que ser desfeita. Enquanto Calmon, durante todo o processo na CPI, até o desfecho, bradava com documentos cartoriais, a *Globo* exibia programas de televisão, difundindo o “milagre brasileiro”, anunciado pelos militares e fortalecendo seu chamado “padrão de qualidade”. Segundo Borgerth (2013), a campanha impressionou os militares, resultando num decreto-lei segundo o qual os *Diários Associados*, embora já tivesse fracassado no intento, ficava definitivamente impedido de adotar esquema semelhante ao da *Globo*:

¹³ *Memória Globo*, site da *Globo.com*, que pertence as *Organizações Globo*. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/acusacoes-falsas/caso-time-life.htm>. Acesso em: 12 jan. 2017.

O decreto 236 de fevereiro de 1967 limitava a propriedade de rádio e televisão, em virtude da qual os *Diários Associados* teriam que se desvencilhar de parte de suas emissoras e abandonar o regime de propriedade de ações em condomínio, o que nunca fizeram, é claro, vivendo e prosperando, na mais tranquila ilegalidade. (p. 30)

As consequências do decreto também atingiram a *Rede Globo*, que não podia mais “repetir” a operação da *Time Life*. Entretanto, com a parceria da empresa, a emissora carioca conseguiu se firmar no mercado, sendo um diferencial, mesmo com a atuação da *Rede Tupi*, que tinha emissoras em várias regiões do País. Com a estrutura que conseguiu montar e com as empresas carioca e paulista, a *Globo* leva ao ar, em 1969, o primeiro telejornal em rede: o *Jornal Nacional*, um jornalístico que inauguraria padrões vigentes até os dias de hoje. Para exemplificar ainda o fascínio que o programa causava nos militares, em 1973, o então presidente do Brasil, o General Emílio Garrastazu Médici¹⁴, disse:

“Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranquilizante, após um dia de trabalho” (*apud* LINS DA SILVA, 1985, p. 38)

Nesse aspecto, em que uma informação em circulação age como ferramenta de controle social, ela é utilizada pelo poder do capital. Como veículo de comunicação em massa, a TV pode construir discursos a fim de marginalizar aqueles que são indesejáveis pelo poder do Estado e, assim, favorecer ou desfavorecer pessoas, grupos, instituições.

Percebe-se, então, que o perfil econômico estava consolidado, pois, na literatura econômica, pode ser encontrada descrição de empresas que operam em rede, capazes de gerar concentração. Se os setores políticos dispensavam aos concessionários um tratamento de cuidado, como se pisavam em ovos, foi a partir do processo político de redemocratização do Estado que a situação pareceu perder o controle. O Governo abdicou do seu papel fiscalizador,

¹⁴ General do Exército, nascido em 1905, governou o Brasil entre 30.10.1969 e 15.03.1974, substituindo Costa e Silva. Este é considerado o período mais duro do Regime Militar. Médici morreu em 1985.

amparado em lemas próprios do regime democrático, como o direito à liberdade de expressão e de opinião. Acabou-se, então, por confundir a liberdade de “imprensa” com liberdade de “empresa”, um trocadilho que colocou em xeque os limites do poder, da televisão e da democracia.

Nessa época, além disso, a sociedade estava sob a Ditadura Civil-Militar, com imposição de censura, em que os meios de comunicação eram sistematicamente vigiados e as notícias eram restritas aos interesses do governo. A maior parte dos noticiários era abastecida por agências internacionais num contraponto explícito à ordem e ao progresso do Brasil.

O poder econômico privado disputava o poder com o Estado, que, refém das regras de mercado, transferia para a população o poder de fiscalizar e boicotar o que lhe era agressivo. Assim, os grupos econômicos ocupavam os canais públicos, sem prestar qualquer serviço e se comprometer com uma programação de qualidade.

Essas características acabaram por colocar na rua não só uma vigilância do poder militar, mas também individual, pois a delação de grupos comunistas que, de acordo com os militares, ameaçavam a tranquilidade do País não era só feita por agentes nacionais, mas pelo próprio povo, empoderado do resguardo de seus direitos e da qualidade de suas vidas.

Foucault ([1975] 1999) já havia dado pistas de que haveria características da sociedade de controle, na qual poderia se dar uma incorporação da disciplina, de forma que os indivíduos ficassem à mercê dos efeitos de dispositivos disciplinares, independentemente de ter ou não autoridade, mas capaz de impor os procedimentos de poder e de saber, redimensionando, assim, os suportes constituintes da sociedade disciplinar. O controle, diferentemente da disciplina, não reside nas fronteiras entre o público e o privado. Aqui se alicerça um aspecto importante da passagem da sociedade disciplinar para a de controle: o conceito da lógica do confinamento social, sem que haja necessidade da existência de cercas para separar o lado de dentro e de fora das instituições. Na sociedade contemporânea, a visibilidade passa a ter importância, a vida cotidiana se tornou visível, há uma valorização do homem comum, em que os próprios indivíduos passam a exercer uma autovigilância permanente, realizada 24 horas por dia. As novas tecnologias dão uma visibilidade à vida social, propiciando a história do homem comum.

Ainda num período de desenvolvimento dos meios de comunicação anterior ao que vivemos hoje, Condry e Popper (1999) mostram que a democracia estava sempre em risco, enquanto os grupos econômicos, que se sentiam donos das concessões, não estivessem sob controle de uma lei de regulamentação e fiscalização:

Não pode haver democracia se não submetemos a televisão a um controle, ou, para falar com mais precisão, a democracia não pode subsistir de uma forma duradoura enquanto o poder da televisão não for totalmente esclarecido. De facto, os próprios inimigos da democracia apenas possuem uma débil consciência desse poder. Quando tiverem compreendido verdadeiramente o que podem fazer com ele, utilizá-lo-ão de todas as formas, inclusivamente nas situações mais perigosas. Mas então será tarde demais. (p. 29-30)

Isso posto, refletimos como esse atrelamento das concessões ao poder econômico e político se torna pernicioso, pois deixa imbricados os grupos econômicos e políticos ao Estado, formando uma complexa teia de compromissos e reciprocidades. Kehl (1986) afirma que, no jogo de interesses, o Estado se põe como um dos principais “investidores” publicitários da televisão. Ele se vê compelido a isso, pois a televisão se vale do argumento de deter a sociedade sob seu domínio. A contrapartida dessa relação de negócios é a perpetuação de certas ideologias, via TV, transformando-a num poderoso aparelho de poder do Estado.

1.3 Televisão, *Rede Globo* e redemocratização

As sociedades precisam de um dispositivo capaz de atuar como mediador social, de um sistema de valores mais ou menos mitificados e que deve ser compartilhado e legitimado pelos membros dessa comunidade. Se tomarmos a televisão como exemplo de mídia nesse campo político, podemos pensar num aparelho capaz de exercer uma influência sobre a opinião e o discurso dos cidadãos. Claro que não há como medir o nível dessa interferência, até porque a televisão não é a “entidade” única desse processo. Há, no entanto, de se levar em conta a internet, o rádio, as revistas, os jornais etc., ainda que a televisão detenha a audiência acima dos outros veículos no que tange aos seus noticiários.

Se considerarmos os noticiários, como fontes de informações que gozam do efeito de credibilidade e desempenham papel de mediação social, temos o *Jornal Nacional (JN)*, da *Rede Globo*, como o mais antigo ainda em veiculação¹⁵. Como dito anteriormente, o *JN* foi o principal projeto do grupo para transformar a emissora na primeira rede de televisão do Brasil. Ele só tomou forma, porque, no mesmo ano, o Governo havia inaugurado uma rede de transmissão conhecida como Tronco Sul, que possibilitava a integração de Rio, São Paulo, Porto Alegre e Curitiba. A *Globo* precisou apenas de micro-ondas para transmitir por sinais do estúdio à torre de transmissão da emissora, gerando uma programação uniforme para vários estados, além de diminuir os custos de produção. Uma “integração nacional”, muito apreciada pelo governo militar.

Mais uma vez ficam claras as relações de poder. O Estado banca troncos de transmissão, enquanto um grupo privado, com um sistema de transmissão, faz a integração entre Norte e Sul do País, além da uniformização do sinal, com o pretexto de baixar custos, estar concretizada. Para exemplificar, as primeiras notícias nacionais são os nomes dos integrantes da Junta Militar Nacional, além do ministro da Fazenda, Delfim Neto, falando da aparente estabilidade financeira do País: “A televisão tornou-se, a partir da década de 1960, o suporte dos discursos que identificam o Brasil para o Brasil [...] Sem a televisão, a integração nacional pretendida pelo regime militar jamais teria se cumprido” (BUCCI; KEHL 2004, p. 32 apud NEVES, 2008).

Não é por acaso que essa ideia de integração permeia o imaginário da população brasileira. Um dos estudiosos da área de comunicação, Priolli (2006) afirma que a televisão é um instrumento poderoso, que ajuda a difundir e perpetuar esse sentimento de “nacional”, forjando uma comunidade onde existiriam incluídos e excluídos.

Há, assim, um empenho discursivo, partindo de um ponto de vista estreito de poder, no qual esse conceito de unidade, estagnado culturalmente, poria a diversidade cultural submetida a ele. A linha adotada pelo telejornal, nos primórdios, apontava para essa visão oficialista e, em suas coberturas, não existiam torturas, desaparecimentos ou mortes de estudantes, mas sim uma

¹⁵ O *Jornal Nacional* estreou no dia 1º de setembro de 1969 para competir com o *Repórter Esso*, da *TV Tupi*. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/jornal-nacional/evolucao.htm>. Acesso em: 13 jan. 2017.

ampla cobertura internacional, contrapondo-a ao “milagre brasileiro”. As informações veiculadas pelo *Jornal Nacional* sofriam procedimentos de interdição pela censura e por interesses próprios. Por meio desses mecanismos, as instituições ditam o que pode e o que não pode ser dito, exercendo um controle dos discursos. Como afirma Foucault ([1969] 2002), “não se tem o direito de dizer tudo, (...) não se pode falar de tudo em qualquer circunstância” (p. 9). O discurso, no caso das reportagens veiculadas, não reflete apenas o controle do poder, mas é de forma indelével também o próprio poder, havendo assim, uma disputa.

Esse sentimento de “brasilidade”, já discutido por Coutinho e Musse (2010), é, enfim, uma criação da elite política e econômica, para instituir vínculos com o objetivo explícito de ordenação do espaço público. Paralelamente, nesse mesmo período, organizava-se no país o movimento intitulado Tropicalismo, também focado nas referências da cultura *brasilis*¹⁶. O *Jornal Nacional* assume, então, nesse processo de construção simbólica, uma posição de centralidade, para não ferir nem a ordem política, tampouco a ordem econômica empresarial:

A construção dessa “identidade cultural” vai funcionar como um “cordão umbilical”, que possibilita estar “em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. (HALL, 2003, p. 29)

Desde os primórdios, o *Jornal Nacional* usa essa estratégia de integrador, principalmente, nas séries de reportagem, nas quais passa a pretender dar um panorama nacional a respeito de um determinado tema, mas sem necessariamente determinar um local, apenas uma região, o que para Marc Augé (1994) poderia ser denominado de não-lugar. Para o autor, “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não-lugar” (p. 73).

Essa concepção de Marc Augé tem suas bases nas elaborações do pensamento de Georges Simmel, para quem o espaço físico e o espaço social estão juntos, um não existe sem o outro: “A ação recíproca faz do espaço, até

¹⁶ Esse tema foi pesquisado e discutido por Carvalho (2015).

então vazio e nada, qualquer coisa para nós, preenche-o enquanto ele a [a ação] torna possível” (SIMMEL, [1908] 1992, p. 601). Dessa forma, se estabeleceria uma dicotomia lugar/não lugar, de certa forma dupla, pois o que está em causa são simultaneamente os espaços construídos e os espaços vividos.

Em um livro posterior (AUGÉ, 2006), o autor afirma ainda que, se houver a definição do não-lugar, não como um espaço empiricamente identificável, assim como um aeroporto, um local de transitoriedade, mas como o espaço criado pelo olhar que o toma como objeto, podemos admitir que o não-lugar de uns seja o lugar de outros, como os passageiros e as pessoas que trabalham no local.

Foucault ([1972-1973] 2015b) designa esse não lugar de heterotopia, que se apresentaria como uma possibilidade alternativa para se compreender a dimensão do espaço social, além de conter e diminuir as distâncias entre diferentes espaços que constituem a existência humana em sua complexidade. Nesse raciocínio, o sujeito que se reflete nesse não lugar e vislumbra certa manifestação imaginária de si próprio entra em um duelo, sem perceber, com a realidade.

A estratégia de usar a série de reportagem para descaracterizar um lugar específico é que traz a ideia de não lugar. O fato jornalístico não se passa em um local específico, mas afeta a todos que receberam a informação. Um exemplo podem ser as reportagens da Lei da Anistia e a volta dos exilados, em 28 de agosto de 1979.¹⁷

Assim, podemos perceber que essas representações veiculadas pelos discursos das séries do *JN*, que até a década de 1990, eram designadas de “reportagens temáticas” ou “grandes reportagens¹⁸”, a respeito de uma nacionalidade integrada, sem diversidade, podem servir a interesses do Estado na manutenção da ordem e secundarização da exclusão social, como discutiremos no item a seguir.

¹⁷ Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/jornal-nacional/lei-da-anistia-e-volta-dos-exilados.htm>. Acesso em: 15 jan. 2019.

¹⁸ Tomamos aqui a “grande reportagem e a “reportagem temática” como gêneros discursivos, a partir do conceito de Bakhtin: “Cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, [1979] 2011 p. 279)

1.4 Televisão, série e efeitos

Como este estudo refere-se ao conteúdo dos supostos pedidos de desculpas, por erros do jornalismo da *Rede Globo de Televisão*, aos telespectadores, no ano em que a emissora comemora 50 anos de transmissão (2015) e, especialmente, sua relação com a narrativa de uma série especial do *Jornal Nacional*, em que foram veiculados, faz-se necessário refletir sobre essa forma de materialidade.

Historicamente, nas séries exibidas no *Jornal Nacional*, chama a atenção o esforço da constituição de uma narrativa que também se pretende ser nacional, isenta, formadora de memória e capaz de gerar interesse e identificação em todo o País. Mas essa idealização não simboliza, necessariamente, de maneira mais fidedigna, as aspirações, identidades e diferenças dos cidadãos de todo o Brasil. A série, nesse sentido, auxilia a unificar o que teria sido o importante, do ponto de vista nacional, nesses 50 anos, ajudando a criar uma unidade, que colaboraria, em última instância, a fortalecer o nível de pertencimento dos sujeitos:

Somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar, temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la. (FOUCAULT, [1973] 2009b, p. 29)

Dois outros pesquisadores, Calabrese e Volli (2001), recorrem à combinação relevo, relevância e narração para dizer que a notícia – ainda que em formato de série – não é um “reflexo” da sociedade, mas uma representação social na linguagem televisiva:

A notícia televisiva é um elemento bastante variável. Não se trata de uma variabilidade apenas formal: do tipo do discurso onde se insere, da sua colocação numa escala, do tom e do ritmo como é pronunciada, do suporte da imagem, o mesmo fato que determina sua unidade também assume valores e características diferentes. Dizemos tudo, para depois negar uma interpretação muito desviante da informação: de que se entende a notícia como um espelho objetivo da realidade [...] interpretar a notícia como simples reflexo do mundo real significa idealizar o concreto, tratá-lo de modo abstrato, senão mitificá-lo completamente. (CALABRESE; VOLLI, 2001, p. 189).

Coracini (2012) contribui para o debate:

Não podemos esquecer que a imprensa funciona construindo um modelo de compreensão dos sentidos, instituindo uma ordem, isto é, organizando e fazendo circular os sentidos que interessam a instâncias que o dominam. Declarando-se comprometida com a verdade dos fatos, a imprensa finge não contribuir para a construção das evidências, atuando no mecanismo ideológico de produção das aparências de obviedade. Constitui nosso imaginário a ideia de que, se a imprensa não é o mundo, ela está autorizada a falar sobre ele, a retratá-lo, torná-lo compreensível ao leitor. (p. 204)

Como em toda série, não é necessário que a audiência a acompanhe de forma contínua, uma vez que cada fragmento se encerra em si mesmo, prendendo o telespectador apenas a um episódio que lhe interesse mais. É possível observar que as características de séries mais institucionalizadas na área do entretenimento foram absorvidas pelo jornalismo, acostumado a uma memória de novela/série, seria possível discutir temas nacionais mais abrangentes sem confrontar com a característica imediatista do telejornal. Assim, o telespectador poderia receber “em doses homeopáticas” uma notícia com mais de dois lados da informação. Até então a forma serializada só era conhecida no horário nobre da televisão, em materiais ficcionais, dos quais incorporaria algumas características. Essas características das séries serão discutidas mais à frente.

Nessa direção, Gerbase (2014) explica que muitas das características da série vieram do cinema, mas acabaram se modificando e evoluindo, baseadas na produção narrativa de uma história longa, contada em vários episódios que se sucedem em ordem pré-estabelecida.

O conceito de série traz como memória um dos maiores produtos de exportação brasileiro: a telenovela. Para o autor, por meio de quem podemos pensar em seriado como um produto audiovisual, baseado em uma história longa, contada ao longo de vários episódios que se sucedem em ordem pré-estabelecida, constituída por pequenas histórias com começo, meio e fim, vividas por um grupo de personagens fixos, normalmente compartilhando um mesmo espaço de atuação (um edifício, uma cidade, um escritório). O espectador pode acompanhar qualquer episódio, em qualquer ordem, embora, é claro, o objetivo seja torná-lo fiel à produção como um todo.

Aqui vale ressaltar que a série é produzida/vista em episódio e não capítulo, como em novelas. Mendes (2014) afirma que a unidade da série é justamente o episódio:

Isso que eu digo não contradiz em nada a ideia de que uma série pode ter uma história da temporada, ganchos de fim de episódio e tudo mais. Pode e, muitas vezes, tem (mas não todas as vezes). Mas, raramente, é por causa da história da temporada que se retorna para ver o episódio seguinte de uma série. A gente volta para viver a experiência da série, a gente volta para ver os personagens em movimento, a gente volta porque gosta do episódio. (MENDES, 2014, p. 1)

Como série, a estratégia é manter um mundo fechado em que o público não queira sair e que não termine. Fabbri Junior e Ormaneze (2016) refletem sobre série e lembram que, neste gênero, quase sempre a referência são os Estados Unidos.

As séries podem tratar de questões ficcionais ou não ficcionais. Historicamente no jornalismo brasileiro, as séries tiveram origem com o trabalho dos jornalistas e escritores Euclides da Cunha (1866-1909) e João do Rio (1881-1921). O primeiro foi enviado em 1896 pelo jornal *O Estado de S. Paulo* para cobrir a Guerra de Canudos, no interior da Bahia. Além de uma série de reportagens, o trabalho resultou no livro *Os sertões* de 1902. Já João do Rio ficou conhecido por, no início do século XX, no Rio de Janeiro, produzir duas séries de reportagem, uma sobre as religiões em território carioca e outra com escritores do período. Esses casos foram produzidos em plataformas impressas e são as gêneses das séries não ficcionais no Brasil.

Na década de 1970 e começo da de 1980, os seriados estadunidenses, traduzidos e consumidos em horário nobre no Brasil, como *Dallas*¹⁹, *As Panteras*²⁰, *A Ilha da Fantasia*²¹ e o detetive *Baretta*²², todos exibidos pela Rede

¹⁹ Seriado estadunidense, título original homônimo, produzido pela rede de televisão aberta CBS, entre os anos de 1978 a 1991. Informação disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Dallas_\(teless%C3%A9rie\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Dallas_(teless%C3%A9rie)). Acesso em: 13 fev. 2016.

²⁰ Seriado estadunidense, título original de *Charlie's Angel*, produzido pela rede de televisão aberta ABC, entre os anos de 1976 a 1981. Informação disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Charlie's_Angels. Acesso em: 13 fev. 2016.

²¹ Seriado estadunidense, título original de *Fantasy Island*, produzido pela rede de televisão aberta ABC, entre os anos de 1978 a 1984. Informação disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fantasy_Island. Acesso em: 13 fev. 2016.

²² Seriado estadunidense, título original homônimo, produzido pela rede de televisão aberta ABC, entre os anos de 1975 a 1978. Informação disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Baretta>. Acesso em: Acesso em: 13 fev. 2016.

Globo, conseguiram uma audiência significativa. Segundo o site *Tudo sobre TV*²³, nesse período, a *Rede Globo* possuía 72% de audiência nesse horário contra 13% da segunda colocada, o *SBT*. Essas duas emissoras concorriam e dividiam o espaço *prime time*²⁴ com produções de novelas. Com o passar do tempo, a evolução da tecnologia e do rigor estético, os EUA influenciaram sobremaneira a produção da teledramaturgia nacional. As primeiras produções nacionais, em formato de seriado, entre os anos 1970 e 1980, traziam o humor como gênero narrativo predominante. Entre as produções desse período estão: *Shazan, Xerife e Cia.*²⁵ e *A Grande Família*²⁶, além dos infantis, como *O sítio do Pica-Pau Amarelo*²⁷. As narrativas mais dramáticas ficavam por conta das representações femininas como *Malu Mulher*²⁸.

Mesmo com a expertise na produção de telenovelas, o gênero “série”, no Brasil, ainda merecia poucas produções. No decorrer das décadas, haverá uma heterogenização da audiência, envolvendo em grande parte as questões socioeconômicas, como fator determinante de consumo de entretenimento. Diferente das novelas, que tinham histórias mais regionais e históricas (18h), humorísticas (19h), e dramáticas ou romances (20h30), as séries passaram a ser “escaladas” para o horário das 23h, com teor mais diversificado em termos de conteúdo. As narrativas eram também mais complexas, com vários núcleos de dramaturgia e temas que envolviam moral e ética. Essa faixa, na maioria das emissoras abertas, ficou reservada a um público da classe A²⁹.

Entre as características das séries de TV contemporâneas, está o uso das elipses narrativas. Poderíamos explicar o termo como sendo “buracos” temporais na trama. Isso quer dizer que podemos acompanhar a ação até determinado momento e, no plano seguinte, nos deslocarmos para outros momentos. Essa

²³ Disponível em: <http://www.tudosobretv.com.br/histortv/tv80.htm> . Acesso em: 13 fev. 2016.

²⁴ No Brasil, o termo é traduzido como “horário nobre”, em que a veiculação de comerciais é mais cara e no qual está concentrada a maior audiência dos canais abertos. Esse período vai das 20h às 22h, com variação de 30 minutos para mais ou para menos.

²⁵ Seriado brasileiro exibido entre 1972 e 1974, de autoria de Walter Negrão, com 66 capítulos.

²⁶ Seriado brasileiro exibido entre 1972 e 1975, de autoria de Oduvaldo Vianna Filho, Max Nunes, Armando Costa, Roberto Freire e Paulo Pontes, com 112 capítulos.

²⁷ Seriado brasileiro exibido entre 1977 e 1986, de autoria de Wilson Rocha, Marcos Rey, Sylvan Paezzo e Benedito Ruy Barbosa, com 1.568 capítulos, baseado nos livros de Monteiro Lobato.

²⁸ Seriado brasileiro exibido entre 1979 e 1980, autoria de Armando Costa, Lenita Plonczynski, Renata Palottini, Doc Comparato, Manoel Carlos e Euclides Marinho, com 76 capítulos.

²⁹ O IBGE define classe social de acordo como número de salários mínimos. Classe A é aquela que, na visão do instituto, recebe mensalmente acima de 20 salários mínimos.

lacuna temporal pode ter cinco minutos, uma hora, um dia, alguns meses, alguns anos, alguns séculos ou até alguns milênios. Não estamos, contudo, falando de um *flash-forward*³⁰, com o qual chegaríamos a algo como uma breve antevisão do futuro, antes de o presente narrativo ser retomado. Esse recurso, da elipse, leva ao futuro e não permite um retorno tão rápido.

No Brasil, não há um perfil fechado sobre o público que assiste à televisão, mas, há alguns anos, o próprio apresentador da *Rede Globo* Willian Bonner envolveu-se numa polêmica, quando comparou, em 2005, o telespectador médio da televisão aberta como o personagem Homer Simpson³¹, de *Os Simpsons*.

Aqui podemos retomar os funcionamentos dos processos discursivos, segundo os conceitos de Pêcheux ([1969] 2010a), em que estão em jogo um conjunto de formações imaginárias que designam os lugares “que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” (p. 82):

Todo processo supõe a existência das seguintes formações imaginárias: IA(A): Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A - Quem sou eu para lhe falar assim? IA(B): Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A - Quem é ele para que eu lhe fale assim? IB(B): Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B - Quem sou eu para que ele me fale assim? IB(A): Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B - Quem é ele para que me fale assim? (PÊCHEUX, [1969] 2010a, p. 83)

Adultos acostumados com as tramas cinematográficas não seriam, portanto, no imaginário dos realizadores das séries, agrados pelo grau de redundância e obviedade das novelas, com narrativas lineares, repetidas e segmentadas, em centenas de capítulos. Tesche (2006), ao estudar a ficção seriada tradicional na TV, explica que o modo como a televisão manipula – tanto no sentido técnico de montagem, de elaboração do texto audiovisual, quanto no de operações de produção de sentidos que não poderiam, evidentemente, estar imunes às variáveis ideológicas – está marcado pela reiteração, pelo esforço de

³⁰ *Flashforward*: no jargão da teledramaturgia, uma antecipação rápida do futuro.

³¹ Em 2005, um grupo de professores da Universidade de São Paulo (USP) visitou a *TV Globo* para acompanhar a produção do *Jornal Nacional*. Na ocasião, Bonner definiu o espectador médio como Homer Simpson. Um dos docentes, Laurindo Leal Filho, abordou o assunto e expressou suas controvérsias em texto na revista *Carta Capital*. Bonner respondeu, explicando que o objetivo do telejornal era se dirigir a todos os brasileiros, com didatismo.

legibilidade, plasticidade, autorreferencialidade e permeabilidade no tecido social.

Foi com o advento da Lei da TV Paga (Lei nº 12.485/2011) que, realmente, se pretendeu ampliar a produção de conteúdo nacional, abrindo portas para a realização de séries, o que impactou o mercado de trabalho audiovisual brasileiro. Esse fenômeno fez crescer o interesse em compreender os modos como esse formato narrativo tinha “migrado” para as produções nacionais, trazendo à tona um modelo associado a uma nova configuração do sistema de produção, difusão, fruição e consumo dos seriados, antes estadunidenses e, agora, com formatos e personagens adaptados e criados para a realidade nacional. A partir desse contexto, começou uma observação da diversidade de modos de produção dessas séries, de suas organizações narrativas e linguagens audiovisuais e, ainda, as plataformas nas quais seriam veiculados. A TV a cabo trouxe novos elementos inseridos na escolha do consumidor-telespectador, aumentando a concorrência entre as produtoras.

A necessidade de incluir o quesito “qualidade”³² na elaboração de produtos de consumo mais exigente passou a ser fundamental para garantir reconhecimento também das críticas especializadas e premiações anuais, por exemplo, indicando retorno financeiro. Outro aspecto também a ser considerado é que os estúdios de gravação, antes utilizados, prioritariamente, para as novelas, acabaram dividindo espaço com as séries, cada vez mais preocupadas com as experimentações da linguagem audiovisual televisiva. Machado (2010, p. 22) explica que:

As séries tornaram-se, de certa forma, um ambiente de criação e experimentação para os produtores e demais profissionais envolvidos, seja nos elementos cênicos, visuais e sonoros, seja nos elementos narrativos (roteiro, conflitos, construção de personagem). A estratégia inicial de séries episódicas, com começo, meio e fim bem separados, ainda trazendo uma “herança” da telenovela, embora com poucos personagens e tramas, foi gradativamente substituída por produtos que traziam vários núcleos e subtramas e, nelas, incluíam-se uma diversidade de personagens. Em consequência, para dar conta das histórias, as séries passaram a estender a sua exibição, até como forma de garantir uma audiência, em temporadas nas quais se igualam aos épicos, com muitos anos. Assim, os

³² Marcada pelo uso de equipamentos mais tecnologicamente adaptados, em que se melhora a imagem e áudio das transmissões, além de envolver sistema de transmissão ao vivo, via satélite, que diminui as interferências de sinais.

autores foram estimulados a tornar mais complexo esse modo de organizar a narrativa, relacionando temas tratados uns aos outros, nos quais o humor misturava-se a críticas sociais e os dramas às intrigas policiais.

Na mesma direção, Starlling (2006, p. 36) expõe:

Não por acaso a fase em que as séries se tornaram mais complexas, mais estimulantes e mais viciantes coincide com a emergência de uma estrutura narrativa que dominará o formato a partir do início dos anos 80. É nesse momento que os roteiristas começam a propor uma estrutura serial que faça jus ao nome, que explore em profundidade, da ideia de série, o caráter contínuo das situações e personagens. Nesse mesmo momento, as séries já concorriam com a grade da TV, que apresentava programas e novelas em forma de blocos.

Embora cada segmento, o episódio, fosse visto nele mesmo, ele também integrava uma totalidade maior – o programa como um todo – que se espalha ao longo de meses, anos, em alguns casos, até décadas, sob a forma de edições diárias, semanais ou mensais.

Essa forma de apresentação é também chamada de seriação, cujas características são a narrativa descontínua e fragmentada. O enredo é geralmente estruturado sob a forma de episódio, com começo, meio e fim em si mesmo, diferente da estrutura de capítulo, que não tem esse compromisso em fechar-se. Entre as proximidades com o capítulo, entretanto, os episódios também terminam com um pico de tensão, para cativar e manter a audiência.

Portanto, é a partir das narrativas, dos discursos veiculados ao longo de uma série, quer seja ficcional ou ao longo de um telejornal, como no caso dessa que é o corpus deste trabalho e que foi dividida em cinco partes, que se ancoram as reflexões aqui desenvolvidas.

O discurso midiático constitui-se, assim, como uma rede dinâmica, inserida em condições de funcionamento, que autorizam ou impedem certos dizeres, mas também produzem os saberes de seu tempo. Ainda pensando na plataforma, podemos observar outros elementos nessa formação discursiva jornalístico-hegemônica, ou seja, aqueles que são próprios da televisão. É assim, no campo discursivo que, para Foucault ([1971] 2005), revelam-se as possibilidades de verdade de um momento histórico. Tal fato nos é ainda mais interessante e importante quando o relacionamos à credibilidade e ao discurso de verdade atribuído ao Jornalismo. Por outro lado, não podemos deixar de

considerar o caráter mercadológico que, embora nem sempre visível, está presente nas produções jornalísticas. Medina (1988) explica que “nota-se especialmente na formulação dos textos, nos apelos visuais e linguísticos, na seleção das fotos [e imagens em geral], a preocupação em corresponder ‘um gosto médio’ ou em outros termos, em embalar a informação com ingredientes certos de consumo” (p. 75).

A constituição de um imaginário de “verdade”, “objetividade” e “credibilidade” mostra que, conforme explicita Foucault ([1917] 2005), os discursos estão sempre moldados a partir de regras e condições de determinado momento histórico. Do ponto de vista da Análise do Discurso, então, cabe ao pesquisador buscar regularidades e dispersões que permitam compreender as formações discursivas. No nosso gesto analítico vamos tomar a noção de formação discursiva já estabelecida, por Foucault, a partir das regularidades que são definidas na obra *A arqueologia do saber*, tais como ordem, correlação, transformação, regida por um conjunto de regularidades que determinam sua homogeneidade e seu fechamento. E são nas formações discursivas, submetidas a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria, etc. e que se esconde o plano geral das coisas ditas no nível específico dos enunciados.

Ao analisar o acontecimento jornalístico, sob o ponto de vista da memória, perceberemos não só o que está manifestado como uma prática narrativa, mas, especialmente, procuraremos identificar marcas discursivas que dizem respeito às suas estratégias de produção e de validação. Podemos pensar que o processo ainda procura ver possíveis correlações de seus enunciados com os outros enunciados do interdiscurso, assim como apreender o encadeamento narrativo do telejornal “como horizonte para a busca das unidades que aí se formam” (FOUCAULT, [1969] 2002, p. 30).

Como um modelo vindo com características das séries não ficcionais, a partir da década de 1990, a *Rede Globo* apodera-se do nome e do formato das séries, passando a colocar reportagens, com um tema específico, que se desenvolvem ao longo da semana, em que cada parte se fecha em si, como um episódio, sem que necessariamente dependa de outra. A ideia passa a ser oferecer ao telespectador uma abordagem mais aprofundada dos assuntos, ainda que dividida em partes. Foram vários os temas tratados, como

contrabando de armas, uso de agrotóxicos, reciclagem de lixo, situação do idoso, menores infratores, casas de jogos ilegais e drogas nas escolas.³³

Um dos exemplos foi a série sobre *A fome no Brasil*, exibida entre os dias 18 e 22 de junho de 2001, cujo processo de elaboração é descrito no site *Memória Globo*. A forma como a série foi desenvolvida e a descrição que a emissora dedica a ela ajuda a produzir os efeitos do que é chamado de “especial”. A ideia partiu do próprio repórter Marcelo Canellas e teve como parceiro e coautor o cinegrafista Lúcio Alves. O plano traçado era mostrar um mapa da fome no País, viajando por seis estados e o Distrito Federal. A pauta original foi apresentada pelo repórter em 1998 à direção de jornalismo da *Rede Globo*. O ponto de partida seriam os 50 anos de publicação do livro *Geografia da Fome*, do professor Josué de Castro. Mas a proposta foi recusada. Nos três anos seguintes, o repórter reuniu material para argumentar que, embora a fome fosse um tema muito discutido no País, que tivesse implicações políticas e sociais, ainda havia muito a ser mostrado. A disposição do repórter e a profundidade da pesquisa desenvolvida por ele acabaram convencendo a direção de jornalismo³⁴.

A série começou descrevendo a incidência da fome no País. O texto, com uma sequência de dois depoimentos de uma dona de casa, trazia a passagem³⁵ do repórter Marcelo Canellas:

Uma tragédia a conta-gotas, dispersa, silenciosa, escondida nos rincões e nas periferias. Tão escondida que o Brasil que come não enxerga o Brasil faminto e aí a fome vira só número, estatística, como se o número não trouxesse junto com ele dramas, histórias, nomes.

Dados da Fundação das Nações Unidas para a Infância (Unicef) mostravam que, no Brasil daquela época, a cada cinco minutos, uma criança morria, a grande maioria vítima da fome. Ainda na primeira matéria da série, a equipe entrevistou a lavadeira Maria Rita Costa, de 51 anos, que sofria de

³³ Site *Memória Globo*. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/jornal-nacional/series.htm>. Acesso em: 21 jan. 2017.

³⁴ Site *Memória Globo*. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/jornal-nacional/series.htm>. Acesso em: 21 jan. 2017.

³⁵ Passagem é o momento, na reportagem de televisão, em que o repórter aparece na passagem, trazendo uma informação que une, no caso, os depoimentos aos dados que virão a seguir. A reportagem citada está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yavOkevpA9k>. Acesso em: 21 jan. 2017.

desnutrição. E aí, numa situação que extrapolava a condição de repórter, a própria equipe da *Globo* teve que providenciar uma ambulância para levá-la ao hospital.

No dia seguinte à exibição dessa primeira reportagem da série, a apresentadora e também editora do *Jornal Nacional* à época, Fátima Bernardes, leu uma nota dizendo que a emissora havia sido avisada pelos moradores de Araçuaí, onde vivia Maria Rita, que a lavadeira falecera duas semanas depois de dar a entrevista à equipe de reportagem. Ela foi vítima de pneumonia e desnutrição aguda.

Em outra matéria da série, Canellas mostrou a migração: a história de brasileiros que vieram para os grandes centros urbanos fugindo da fome e que, mesmo longe de casa, ainda viviam na miséria.

A última matéria mostrou uma ampla rede de solidariedade existente no Brasil, à espera de adesões. Mostrava a atuação no país de centenas de entidades de combate à fome, como Ação da Cidadania, Pastoral da Criança, Unicef e Food and Agriculture Organization (FAO), as duas últimas das Nações Unidas. Essas instituições agem de formas variadas, indo desde programas de geração de renda até a adoção de famílias pobres por meio de ajudas financeiras mensais.

Aqui, os episódios da série e ela mesma ganham um efeito em si de “especial”, não apenas no sentido de demonstrar um esforço acima do rotineiro na produção e edição, mas para criar sentidos, com efeitos de circulação de algo feito exclusivamente para o período e para o telespectador. Conforme aponta Pêcheux ([1975] 2010b, p. 160), “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc. não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante)”.

A produção do sentido de um discurso do que seria o “especial”, a cada vez em que aparece dessa forma, inclusive, como “série especial”, convém ser destacada. Percebe-se não haver um requisito formal determinado para que ela apareça. O adjetivo pode vir acompanhando uma série, uma reportagem ou um programa, mas sua emergência coloca-os numa outra perspectiva.

A designação “série especial” não se estabelece de forma regular nas produções da *Rede Globo*. Ela repete-se para produções de tema específico, tanto quanto em comemorações da própria emissora, ou até um momento

político importante para o País, como no caso da “caravana do *JN* e os desejos do Brasil”³⁶ e a cobertura do processo eleitoral para governadores e presidente do Brasil, em 2006. Entre julho e outubro, uma equipe de 15 pessoas, entre produtores, apuradores, repórteres, editores, tendo o repórter Pedro Bial na condução da equipe e na apresentação das reportagens, viajou por 27 estados de cinco regiões do País, percorrendo 15 mil quilômetros de estradas em um ônibus-trailer, modificado e transformado numa miniemissora, com estações de edição e transmissão. A cada 15 dias, sempre às segundas-feiras, Pedro Bial recebia William Bonner ou Fátima Bernardes, então âncoras³⁷ do *Jornal Nacional*, que se revezavam para encontrar a caravana e fazer uma apresentação direto do local onde o ônibus estava. O teor das reportagens mostrava os anseios e os contrastes do Brasil. O “especial” é mais uma marca discursiva da tentativa de produzir efeito de credibilidade e novidade, pilares de sustentação do jornalismo, mas que, fora da periodicidade diária, constitui-se como outra forma de enunciar. Ao se colocar dessa maneira, talvez se ansiasse um esforço de elaboração e impacto, sem que houvesse interrogações sobre como a *Globo* enunciava as informações.

Designar como “especial”, assim, produz efeitos que reforçam um deslocamento. Trata-se de algo a mais do que a cobertura diária na forma como as informações são colocadas em circulação. Independente do conteúdo, atribuir a ele o caráter de “especial”, o faz circular como não estando na mesma ordem da produção cotidiana do jornalismo, impondo também aos jornalistas, um esforço de diferenciação nos meios, formas e resultados das produções.

Dessa forma, se considerarmos os acontecimentos na história, cruzando um sentido a outros com os quais ele possa ser relacionado, podemos ter como resultados discursos que promovem sensações de completude, de estabilidade, de literalidade desses sentidos e de existência “concreta” de uma realidade que tenha acontecido nessa linha da história social e do próprio sujeito ao interagir com as séries especiais. Teremos também uma espécie de inventário, de um

³⁶ Site *Memória Globo*. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/jornal-nacional/eries.htm>. Acesso em: 21 jan. 2017.

³⁷ O termo vem da palavra inglesa *anchorman*, de 1948, que embora a tradução seja âncora, no meio jornalístico, em que é usada, refere-se ao jornalista que detém todas as informações do jornal e é capaz de emitir comentários em nome da emissora.

arquivo e, aqui, tomamos a noção de Foucault ([1968] 2005), a autorização, a lei do que pode ser dito:

Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. (FOUCAULT, [1969] 2002, p. 31)

Dado isso, Sargentini (2014) também aponta a respeito da chamada dizibilidade, a partir da reflexão de Pêcheux sobre o arquivo:

Ler o arquivo hoje significa 'ler a circulação de sentidos', articulando os princípios de dizibilidade. (...) Pode-se dizer que a forma e o limite da dizibilidade é inerente ao arquivo, uma vez que só se formam e se transformam enunciados dizíveis diante das relações de poder que se instalam na sociedade (p.26).

Para Farge (2009), o arquivo também expressa relações de poder:

Talvez, o arquivo não diga a verdade, mas ele diz da verdade, tal como o entendia Michel Foucault, isto é, essa maneira única que ele tem de expor o falar do outro, premido por relações de poder e ele mesmo, relações às quais ele se submete, mas que também concretiza ao verbalizá-las. O que vê aí, nessas palavras esparsas, são elementos da realidade que, por sua aparição que é preciso trabalhar, é nisso que se deve tentar decifrá-lo (p. 35).

Neste caminho, não podemos abrir mão das conceituações sobre arquivo para que se compreendam (sem esgotar) os diferentes sentidos possíveis. Segundo Guilhaumou e Malidier (1994), esse movimento de visitar o arquivo abre a Análise do Discurso a

possibilidades múltiplas. Longe de ser metodologia auxiliar para os historiadores, uma aventura sem margens para os linguistas, esta pode encontrar nela mesma, critérios de inteligibilidade. Abraçando ao mesmo tempo as copresenças linguageiras que constituem corpus, os usos reflexivos e a espessura da língua ela se coloca como disciplina inteiramente interpretativa. (p. 183)

Torna-se interessante pensar que os enunciados contidos nas séries especiais do *Jornal Nacional* são documentos com efeitos de e sobre os acontecimentos históricos, os quais tiveram tempo e lugar definidos. Podemos entender que o que foi veiculado pelo telejornal é resultado de singularidades dos eventos históricos, mas também ideológicos e políticos, cujos fatos

retratados costumam uma memória e uma narrativa que se transforma em história.

Navarro-Barbosa (2016) diz haver ainda um desejo do discurso da verdade: como esse desejo é uma imposição da ordem discursiva midiática, e tendo em vista que o real não se deixa apreender diretamente, o verossímil no Jornalismo encontra-se em relação direta com efeito de real construído discursivamente. Assim posto, uma série especial age para submeter as dimensões de acontecimentos e acaso que lhes são constituintes, provocando um efeito de unidade e origem, funcionando como um foco de sua coerência. Não se trata apenas de fazer distinções, mas sim de pensar sobre as formas de acesso aos espaços e de qualificação da produção.

É importante pensar na produção da diferença que possibilita o trânsito e as possibilidades de existências, ao contrário de uma história linear em que tudo se desenrola de modo “disciplinado” numa linha do tempo. Foucault ([1969] 2002) propõe re-entender a história como uma formação caracterizada por diferentes tipos de positividade, articulados por diferentes formações discursivas. Para o autor, há sistemas que instauram enunciados discursivos como se fossem acontecimentos reais, como se fossem “coisas”. Há sistemas que selecionam alguns enunciados discursivos e os transformam em história, em coisas ou “fatos” que realmente aconteceram no sentido em que aconteceram.

1.5 Erro: do conceito à mácula do jornalismo

O erro é uma questão que abre portas multidisciplinares para discuti-lo ou entendê-lo. De acordo com Torre (2007, p. 20), a palavra “erro” pode assumir dois tipos de conotações distintas: a negativa e a positiva. Com a primeira, possui um caráter destrutivo ou deturpador, culminando numa condição que se apresenta irreversível. A segunda confere caráter da positividade ao erro, que não é entendido como um resultado, mas é fruto de um processo criativo e construtivo de aprendizagem:

De acordo com a filosofia tradicional, a apreensão dos dados provenientes da natureza, feita por meio da observação e da experimentação, era a forma indubitável de se atingir a “verdade”. O conhecimento do objeto seria realmente alcançado pela percepção dos fatos e pela sensação dos sentidos humanos. Assim, a fonte segura do conhecimento para se

chegar à verdade seria um contato direto com o real. Em outras palavras, as leis que governam o nosso mundo já estariam determinadas a priori e seriam simplesmente verificadas e confirmadas pelo sujeito cognoscente. (PIROLA, 2010, p. 141)

Dessa forma, observa-se que a constituição e a compreensão dos aspectos positivos e negativos não se dão de uma forma unânime, nem linear. A visão dos resultados do erro sempre foi vista, socialmente, como algo que impacta o sujeito, mas nem sempre de uma forma clara. Essa conotação do erro, como uma possibilidade de aprendizagem foi, inclusive, utilizada como já-dito para produzir efeitos no discurso da *Rede Globo*, conforme será demonstrado no Capítulo 3.

O sujeito precisa ter “o desejo de aprender”, pois, segundo Charlot (2000), não há relação com o saber senão a de um sujeito, e só há sujeito “desejante” (p. 81). Esse sujeito só manifesta o desejo por algo, por uma atitude, uma relação, a partir do momento que esses lhe conferem um significado. Entretanto, o desejo é que dá movimento ao sujeito em sua relação com o saber e isso fica mais claro quando falamos da relação do saber e do aprender. O desejo que o sujeito apresenta em tomar conhecimento de algo novo torna a relação com o saber do sujeito com o aprender mais eficaz. Para Charlot (2000, p. 84), “a representação do saber é um conteúdo de consciência (inserido em uma rede de significados), enquanto que relação com o saber é um conjunto de relações (a própria rede)”.

Quando nos apercebemos dessa relação com o saber, é preciso considerar o ponto de vista do aprender. Logo, é notória a relação de saber que há entre um (tele)jornalista e seu espectador, entre o dentista e seu paciente. Espreitamos que a relação social de um espectador ou paciente é sobredeterminada pelo saber, pois estes não detêm os mesmos saberes que o jornalista ou o dentista, ambos não praticam as mesmas atividades, não possuindo as mesmas informações. O sujeito está inserido em um mundo pré-estabelecido de relações sociais de saber, pois ele ocupa uma posição nesse universo onde adquire relações com objetos, pessoas e com o aprender, que estão inscritos nas relações de poder.

Japiassú (1976) explica a questão trazendo como exemplo o caso do filósofo que, segundo ele, não pode ser a pessoa de uma só doutrina, seja ela idealista, racionalista, realista ou positivista, fazendo uma crítica ao pensamento

unitário. Para a questão, Murcho (2006) aciona o pensamento de Kant. Segundo o filósofo prussiano, a realidade, como é conhecida filosófica e cientificamente, não é uma realidade em si das coisas, mas a realidade tal como é estruturada pela razão, tal como é organizada, explicada e interpretada pelas estruturas a priori do sujeito do conhecimento.

Nas palavras de Chauí (2000), o ser humano aceita a realidade exterior que, embora externa e diferente de si, pode ser conhecida e tecnicamente transformada pelo indivíduo. Dessa forma, a verdade sempre possui um portador, que podem ser pessoas ou coisas, sentenças assertivas, proposições ou crenças.

A sociedade é atravessada e constituída por múltiplas relações de poder e essas produzem discursos. O poder, ao ser exercido, influencia a elaboração de verdade, é normalizador e disciplinador, mas não é total, pois onde há poder, há resistência. A análise histórica sobre o poder nos permite compreender como e por que os saberes são produzidos.

O saber não é neutro, ele serve a um propósito. Dessa forma, a repetida circulação desses saberes se transforma em verdades e essas, quando adquirem estatuto de científicas ou absolutas, transformam-se em inquestionáveis. O poder é uma prática social constituída historicamente, em grande parte, pelas verdades científicas, religiosas ou pelo que é posto em circulação pelo jornalismo, ainda que “a questão do verdadeiro no jornalismo [esteja] mais próxima à busca de uma verdade prática e funcional” (KOVACK; ROSENSTIEL, 2004), do que a uma visão de verdade absoluta, dogmática ou definitiva”. Mas o que ocorre quando essa busca pela verdade é maculada por um erro, causado por uma questão ideológica?

Pensar o Jornalismo como um simples reflexo da realidade ainda faz parte do senso comum, do imaginário da população e até mesmo no interior das redações. Para o público leigo, a teoria do espelho, que colocava o jornalismo como “o retrato”, “a testemunha” e o “reflexo” da realidade, ainda faz parte do imaginário. O centro dos questionamentos que permeiam o universo no ideal jornalístico está exatamente no conceito de opinião pública proposto por Walter Lippmann, “que subjaz como origem de tudo e, ao mesmo tempo, como instância suprema da sabedoria democrática: a fonte da verdade” (BUCCI, 2000, p. 155). Mas o que nem sempre fica claro para o público é o fato de que a instituição de

uma verdade também subjaz uma questão de poder, como abordou Foucault ([1979] 2015a, p. 14): “Em suma, a questão política não é erro, a ilusão, a consciência alienada, é a própria verdade”.

O filósofo francês explica que a verdade é produzida graças às múltiplas coerções e produz efeitos regulamentados de poder. A verdade no Jornalismo constitui-se como um efeito de sentido e de discurso. Nesse ponto, entram em jogo todos os signos, verbais e não verbais, utilizados na enunciação jornalística.

A verdade está impressa no código que norteia a atividade jornalística. Kovach e Rosentiel (2004, p. 60) apontam que, ao longo de 300 anos, os jornalistas desenvolveram um código não escrito de princípios e valores e entre eles está o fato de que “a primeira obrigação do jornalismo é com a verdade”.

Para um campo que busca os efeitos da objetividade, da credibilidade e da imparcialidade, os erros, em geral, são pouco discutidos e discretamente abordados pelos veículos jornalísticos, já que a sua recorrência macularia o efeito de verdade de que falamos antes. Prova disso é que as erratas, em geral, costumam aparecer em espaços de pouco destaque, em se tratando de veículos impressos, e raramente nomeadas ou atribuídas a um nome de autor. É comum, que sejam apresentadas em construções bastante impessoais, do tipo “Diferente do que foi informado...”, ou “O *Jornal Nacional* errou...”. Da mesma forma, os manuais de redação também abordam muito superficialmente a relação da produção jornalística com o erro a que se está sujeito por diversas razões. Tampouco, há menção à relação que pode existir entre erro e ideologia.

No caso específico da *Rede Globo*, os princípios editoriais³⁸ dizem que o jornalismo a ser praticado deve ter como “atributos da informação de qualidade”: a isenção, a correção e a agilidade. Reconhecem ainda que, na história dos veículos do grupo, “certamente houve erros, mas a posição de sucesso em que se encontram hoje mostra que os acertos foram em maior número” (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011, p. 15). Ao abordar o item “correção”, na Seção I, dos Princípios Editoriais, a emissora faz breve menção à presença de erros e a abordagem diante deles:

Não há fórmula, e nem jamais haverá, que torne o jornalismo imune a erros (...). Quando eles acontecem, é obrigação do

³⁸ Os *Princípios Editoriais* da *Rede Globo* foram lançados em 2011 com o objetivo de substituir os antigos manuais de jornalismo e para nortear a conduta dos funcionários do grupo. Estabelece a prática do que a emissora considera o bom jornalismo.

veículo corrigi-los de maneira transparente, sem subterfúgios, num movimento que é ele próprio essencial à busca da informação correta. Um dos mecanismos que mais contribuem no controle de qualidade posterior à publicação das informações é a reação do público. É essencial, portanto, que todos os veículos do *Grupo Globo* tenham, cada um à sua maneira, estruturas que recebam amplamente as observações do público, críticas ou elogiosas, para processá-las, entendê-las e dar seguimento a elas. (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011, p. 4)

Em outro trecho, da Seção II, a emissora expressa como o jornalista deve proceder diante de fontes, público e colegas quando comete um erro em qualquer plataforma da rede. Sobre o erro diante do público, que interessa para esta tese, a emissora afirma:

Todo veículo jornalístico tem uma responsabilidade social. Se é verdade que nenhum jornalista tem o condão de, certamente, escolher que informações são “boas” ou “más”, é legítima a preocupação com os efeitos maléficos que uma informação possa causar à sociedade. Esse é um tema complexo, e sempre dependente da análise do momento. A regra de ouro é divulgar tudo, na suposição de que a sociedade é adulta e tem o direito de ser informada. A crença de que os veículos jornalísticos, ao não fazerem restrições a temas, estimulam comportamentos desviantes é apenas isso: uma crença. (Ibidem, p. 4)

Podemos ressaltar que, nesses trechos, nota-se a presença de elementos essenciais para esta análise: a reação do público e a “obrigação do veículo” de “corrigi-los de maneira transparente”. O modo de correção, no entanto, interessa do ponto de vista discursivo, pois produz, além de uma retomada do que já foi dito, uma nova posição, uma tentativa de ressignificar o ocorrido, uma repetição parafrástica ou uma marcação por silenciamentos.

Importante é ressaltar, no entanto, que, em termos de discurso, uma informação, por mais que seja corrigida ou mencionada depois, produzirá seus efeitos de sentido e de circulação e a correção não terá o poder de anulá-los. Além disso, é importante frisar que a própria noção de erro está associada à ideologia, mas essa relação será silenciada, não aparecerá mencionada, uma vez que o próprio documento da *Rede Globo* quer fazer valer a ideia de que “há técnicas que permitem ao homem, na busca pelo conhecimento, minimizar a graus aceitáveis o subjetivismo” (p. 3).

Picard (2010, p. 49) afirma que a correção de erros no jornalismo é um “valor instrumental”, da mesma importância que se dá ao engajamento, da

participação democrática e da solução de conflitos, ligados a valores mais intrínsecos, que circulam socialmente como sustentáculos imaculados da verdade, honestidade e identidade. “Os valores são particularmente importantes na produção e consumo de notícias. Eles desempenham papel altamente significativo na cultura onde informações e notícias são criadas e distribuídas” (PICARD, 2010, p. 52). Além disso, corrigir erros e “mostrar” que o fez é quase condição basilar, quando feita de forma transparente, para ajudar a manter os alicerces desses sustentáculos de confiança e credibilidade do veículo com seu público. É a relação necessária de identidade e manutenção. Tanto é, que muitos jornais criaram a figura do *ombudsman*³⁹, que, no jornalismo, significa a pessoa que vai defender os direitos do leitor. A experiência brasileira surgiu com o jornal *Folha de S. Paulo*, em 1989, depois de experiências bem-sucedidas do jornal espanhol *El País* e do estadunidense *Washington Post*. A importância da função passou a ser mais notada depois que o *ombudsman* do jornal *El País*, Tomás Delclós, citou um estudo de um ex-diretor do *Los Angeles Times*, John Carroll. Segundo ele, Carroll comparou os erros jornalísticos com a poluição industrial. “E, admitindo que cometê-los é inevitável, defendia que um bom jornal limpa a si mesmo reconhecendo-os e reparando-os” (*apud* DELCLÓS, 2013, online). Delclós ainda acrescenta que “o reconhecimento do erro é a maneira mais honesta e franca de manter a reputação de um jornal que tem em sua função central explicar de forma verdadeira o que acontece” (*Ibidem*).

Do ponto de vista ético, Chaparro (1994) lembra que o leitor é colocado na posição central, ou seja, motivo para qual as notícias são escritas e publicadas. Ele pouco consegue realmente intervir ou mesmo sugerir correções, embora sejam a eles oferecidas múltiplas ferramentas, supostamente com essa finalidade⁴⁰. Isso quer dizer, que, na maioria das vezes, a audiência recebe tratamento de consumidor-passivo. “É a visão utilitária da empresa editora, para

³⁹ *Ombudsman* é uma palavra sueca que significa representante do cidadão. Designa, nos países escandinavos, o ouvidor-geral, função pública criada para canalizar problemas e reclamações da população. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ombudsman/2014/09/1520973-o-que-e-o-cargo-de-ombudsman.shtml>. Acesso em: 01 fev. 2019.

⁴⁰ A partir do início do século 21, os meios de comunicação passaram a oferecer canais de interação em que o público pode informar erros, fazer comentários e sugestões online. Por outro lado, há a figura da mediação das empresas, que selecionam os comentários a serem publicados, respondidos ou silenciados.

a qual o jornal é um produto, e como tal se deve relacionar com o mercado” (CHAPARRO, 1994, p. 82).

Mais uma vez, na relação entre público e jornalista, o erro e a relação estabelecida entre interlocutores constituem-se menos na busca por uma verdade que se coloque como responsável socialmente e mais como uma estratégia de manutenção do poder e do imaginário de credibilidade, prevalecendo o aspecto econômico e ideológico.

Capítulo 2: História e memória na série comemorativa

“São tantos os materiais disponíveis e eles são atualizados com tanta frequência, que geram, ao mesmo tempo, dificuldade em apreender essa diversidade do discurso político.” (SARGENTINI, 2016, p. 02)

A Análise do Discurso é uma área que têm tido importante preocupação em observar e entender as produções sociais e os sentidos que derivam das produções midiáticas. Isso porque a mídia apresenta-se socialmente como um dispositivo disciplinador, à medida que é capaz de produzir memórias, muitas vezes a partir do que chama de fatos históricos, como é o caso do *corpus* desta tese.

Falar de história e memória pressupõe falar de algo já começado, uma origem já determinada:

A memória cumpre uma importante função de verificação e controle da consistência e da coerência das operações históricas de um sistema. Com base na memória, um sistema social constrói uma história para si mesmo, uma imagem coerente e consistente de si mesmo. A memória permite lembrar, no presente, apenas o que é importante para dar sentido às operações do presente. E permite esquecer todo o restante, todas as contradições, os *non senses*, os paradoxos. A memória, portanto, é lembrança e esquecimento ao mesmo tempo. (SIMINONI, 2016, p. 183)

Essa discussão se faz importante uma vez que nossa pesquisa versa sobre uma série comemorativa, jornalística, além do fato de que a televisão é um sistema de significação, representação e poder, construindo a memória social pelas práticas discursivas engendradas. Para essa dinâmica, faz-se necessário pôr em relevo essas relações, que as discussões nos trazem do que se quer rememorar, comemorar e como esses efeitos de memória circulam. Essa contextualização auxilia-nos a compreender de que maneira aquele que fala com seriedade (e/ou pretensão de) assume, de maneira implícita, um compromisso diante dos seus interlocutores, a saber, o compromisso de que os enunciados apresentados possam ser julgados verdadeiros e permitam perceber os posicionamentos da emissora. Em *Microfísica do poder*, Foucault ([1979], 2015a,

p. 12) versa que a “verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças às múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”.

Portanto, a memória tem também uma outra função: a de escolher o que é lembrado e o que é esquecido hoje e no futuro. Assim, pode ser usada, no futuro, para evocar fatos que hoje são esquecidos, apagados ou silenciados. E, por outro lado, pode fazer esquecer aquilo que hoje é tido como fundamental para dar sentido às nossas práticas e condições sociais. Sem esse esquecimento, não haveria espaços para novos conteúdos, elaborações e para a constituição das relações de poder.

Sem a condição de rememorar, não haveria fundamento de sentido para justificar nossas decisões e norteamentos no presente e futuro, pondo a memória, assim, numa posição de organizadora social. Pois bem, embora história e memória estejam interligadas, ambas não se confundem, mesmo havendo uma estreita relação entre as duas, como detalharemos mais à frente.

2.1 Memória, comemoração e efeitos de verdade

Ora, se estamos discutindo memória, é preciso considerar, então, que há uma heterogeneidade, pressupondo um esquecimento em contrapartida, que integra seu funcionamento de forma nunca evidente. Numa série comemorativa, como a que estamos analisando, a enunciação de uma reportagem se relaciona com a enunciação de outras reportagens efetivamente realizadas, alterando-as, repetindo-as, omitindo-as e interpretando-as.

A noção de memória postulada por Courtine (1994) nos faz perceber a sua construção extraída de bases inscritas na sociedade. O autor corrobora com Foucault cuja concepção é de que o “domínio da memória” atravessa uma esfera social e coletiva de certa cultura:

Espaço vertical, estratificado e desnivelado dos discursos [...]; séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre si em formas linguísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se...). É nesse espaço interdiscursivo, que se poderia denominar, seguindo M. Foucault, domínio de memória, que se constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciativo na formação dos enunciados ‘pré-construídos’, de que sua enunciação apropria-se. (COURTINE, [1981] 1999, p. 18)

Cumpramos destacar que Courtine (1994), a partir dos estudos de Maurice Halbwachs ([1925] *apud* COURTINE, 1994), também põe em relevo as possíveis implicações decorrentes do fato de que a linguagem se configura como uma via de acesso essencial para a análise dos quadros sociais da memória⁴¹ (COURTINE, 1994, p. 5). Essa mesma linguagem é mediadora da (re)formulação dos fatos e acontecimentos sociais:

uma repetição vertical que não é aquela da série de formulações que constituem o enunciado, mas aquilo a partir do que isso repete, um não-sabido, um não-reconhecido deslocado e se deslocando no enunciado: salientamos que é o interdiscurso como determinação externa no interior da formação discursiva e da reformulação (COURTINE; MARANDIN, 1981, p. 59).

O que nos interessa nessa formulação é o termo “vertical”, central no estabelecimento e na difusão da noção de memória discursiva. Vamos passar da noção de anterioridade utilizada por Courtine (formulações anteriores) para uma espacialização metafórica dos discursos, com base no vertical da memória e no horizontal da combinação frástica, como o exemplo dado pelo próprio autor a partir de um conto de Milan Kundera (1979). Esse conto, conhecido como “O Chapéu de Clémentis”, trazia a boemia comunista e a história de um caso emblemático sobre um grupo de camaradas e uma foto deles. A imagem tinha sido feita no dia do discurso de Klement Gottwal. Nela, uma das pessoas do grupo, Clémentis, usava um chapéu na hora da foto. Anos mais tarde, ele foi enforcado por traição e, por isso, ninguém queria estar “ligado” a ele.

Sobre isso (a imagem dele foi apagada das fotos do referido evento), Courtine (1981) aborda a questão da memória discursiva, mais especificamente “o estatuto da memória no campo do discurso político”. Segundo o autor, esse apagamento ou anulação de Clémentis na referida foto, mesmo aparecendo em uma construção cuja materialidade é “não linguística”, ocorre e evoca efeitos de sentido “na ordem do discurso”, do “enunciável” (COURTINE, 1999, p. 16). O apagamento de Clémentis se dá na ordem do discurso e suscita a necessidade de se pensar sobre a constituição de uma “modalidade de existência específica” (...) “focalizando o sentido de “repetir, lembrar e esquecer para um sujeito

⁴¹ Tradução livre do trecho : “Comme une voie d'accès essentielle à l'analyse des cadres sociaux de la mémoire”.

enunciador tomado nas contradições históricas do campo político” (COURTINE, 1999, p.16)

Essa noção de memória discursiva, tal como cunhada por Jean-Jacques Courtine, relaciona-se com as elaborações feitas a partir do pensamento de Foucault sobre o enunciado. A “função interdiscursiva como domínio da memória permite ao sujeito, portanto, ao retorno e o reagrupamento de enunciados assim como seu esquecimento ou apagamento” (COURTINE, 2006, p. 79).

Os discursos políticos colocaram-se cada vez em maior circulação a partir da expansão dos veículos de comunicação de massa, especialmente a TV e, em seguida, a internet. Esse processo foi capaz de traçar uma ponte que assegurasse um caminho sólido do palanque até a TV e as outras mídias. Pensando no nosso objeto de análise, as séries comemorativas da *Rede Globo*, a questão da memória também passa por outros momentos em que precisamos marcar nossa posição de fala: a rememoração e a comemoração.

As séries comemorativas da *Rede Globo*, dentro do *Jornal Nacional*, têm um caráter de comemorar o crescimento da emissora a cada cinco ou dez anos, tendendo a demonstrar como acontecimento "rememorado", em razão do seu valor simbólico, fatos já mostrados pela emissora. A rememoração de suas principais coberturas nacionais e internacionais visa, sobretudo, um futuro que ainda está por vir, mostrar como é projetado e alcançado esse futuro. Assim, a emissora, em busca de um consenso coletivo nacional, investe em um poder político nas lembranças dos acontecimentos cobertos sob a visão da *Rede Globo*, de maneira a encontrar no passado uma legitimação histórica, que permita consolidar uma memória. Encontra-se, aí, portanto, a questão da temporalidade que se manifesta na sua relação com o passado da História e o presente da memória.

Segundo Ricoeur (2014), comemorar é, de certa forma, reviver de maneira coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, constituindo-se no objetivo principal dos valores sociais de uma comunidade ou país. Assim, a memória e a história nos suscitam um questionamento da relação espaço/tempo:

O que se encontra em jogo [no ato da comemoração] é a exaltação de um consenso que preserve o sentido comunitário na história de uma humanidade sempre dividida. (...) A unidade impossível do momento é ocultada pela celebração de uma união passada. (JEUDI, p. 9, 1994)

Se estamos falando de televisão, temos que evocar a questão das imagens. É necessário estar atento de que forma os sentidos estão sendo produzidos e manipulados. Em referência ao termo “manipulados”, podemos pensar em Charaudeau (2015), quando o autor coloca que ela se dá pela superdramatização da informação nos dias atuais, sobretudo pela constante estratégia de edição realizada pelas mídias para sintetizar a informação, impor suas escolhas dos acontecimentos. De acordo com o autor, a agenda midiática nem sempre é a mesma que a política e a cidadã: “As mídias informam deformando” (CHARAUDEAU, 2015, p. 253), mas é preciso destacar que essa deformação nem sempre é intencional. Refletindo a imagem contemporânea como operadora de memória, Davallon (2007) aborda a necessidade de se entender o que é memória social quando lidamos com objetos culturais, no caso as imagens, possibilitando que um acontecimento seja memorizado socialmente e, ao mesmo tempo em que se torna histórico, já que a memória social estaria presente nos arquivos das mídias como esse operador de simbolização.

Se suscitarmos um eixo, para pensarmos sobre memória, rememória e comemoração, num primeiro momento podemos até considerá-las num espaço de intersecção, mas, ao refletirmos como processos de estruturação do discurso, rememorar pode estar na posição da memória do saber, como interdiscurso pelo funcionamento do pré-construído. A comemoração ocuparia o lugar do intradiscurso, num espaço de linearização da memória discursiva, que, pelos efeitos de verdade e de evidência, coloca-se como saturado, constitutivos de memórias não lacunares.

Nesse sentido, é esclarecedor o pensamento de Certeau (1995) para quem o discurso que é produzido pela memória institucionalizada, preservada e guardada, impõe sentidos na ilusão de poder instaurar uma unidade da linguagem. No momento em que a *Rede Globo* decide mostrar seu crescimento, sua evolução tecnológica e a trajetória histórica, ela usa a estratégia de rememorar e comemorar, na tentativa de unificar uma linguagem entre gerações diferentes e sob condições de produção igualmente diferentes. Comparadas às comemorações anteriores, realizadas a cada cinco ou dez anos, o projeto dos 50 anos da emissora teve uma configuração inédita. O diretor do projeto e âncora do *JN*, Willian Bonner, reuniu 16 jornalistas mais antigos da emissora para ajudar a contar a história e “para dividir memórias de grandes coberturas jornalísticas.

Lado a lado, levaram ao estúdio do Projac emoções, lembranças e curiosidades de bastidores”⁴². O especial, que foi ao ar entre os dias 20 a 24 de abril, contou com cinco episódios, sempre ao final do *Jornal Nacional*. No último dia, Cid Moreira e Sérgio Chapelin, que durante 18 anos apresentaram o telejornal, voltaram à bancada.

Se observarmos essas estratégias, podemos já estabelecer as relações ou limites que possam haver entre lugar de memória e lugar de história e o fazemos a partir de Nora (1993), onde dois campos emergem: um no que podemos chamar de ordem da naturalidade, do campo da evidência, e o da ordem da artificialidade, que permite entendê-lo como construído. Entretanto, quando colocados sob a perspectiva discursiva, os limites demarcam o desejo de “fazer-memória”, mas também da repetição, o que resulta em efeitos de verdade, dados pela legitimação e sustentação institucional.

Sobre esse efeito, podemos refletir a respeito do pensamento foucaultiano e considerar a “verdade” como mediadora para a produção, distribuição e funcionamento dos discursos. “A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder que a produzem e a confirmam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, [1979] 2015a, p. 14). Na mesma linha de raciocínio, em outro texto, Foucault afirma:

supondo que em todas as sociedades a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade. (FOUCAULT, [1971] 2005, p. 9)

Ao produzir esses enunciados de rememoração e de comemoração, a mídia trabalha com a memória discursiva e com o esquecimento, fazendo com que a espetacularização⁴³ de acontecimentos seja mais que uma forma de noticiar e constitua-se em ideologia.

O ineditismo a que se refere a emissora em seu site está no fato de que essa comemoração foi apresentada em formato de série, dentro do telejornal, numa proposta quase que exclusiva de ser um ponto de rememoração

⁴² As informações são do site oficial da *Rede Globo*, destinado à história da emissora. Disponível em: www.memoriaglobo.globo.com.. Acesso em: 22 mar. 2018.

⁴³ Aqui nós trabalhamos o conceito no sentido de colocar em evidência a notícia de forma superestimada em relação à importância do fato.

jornalística. Nas vezes anteriores, abriam-se programas especiais, nos quais a transmissão era ao vivo, envolvendo shows e jornalismo, aberta a convidados. Foi o que ocorreu na comemoração dos 40 anos da *Globo*.

Segundo o site *Memória Globo*, a comemoração das quatro décadas foi feita em uma “noite de gala”, celebrando os 40 anos da emissora com uma festa na casa de espetáculos Claro Hall, na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio. A comemoração foi transmitida ao vivo para todas as cinco emissoras do grupo e as afiliadas⁴⁴, em um programa especial de quase três horas de duração, exibido após a novela *América* (2005), no horário principal da emissora. No eixo principal da festa, estiveram os pilares da programação nacional: entretenimento e informação. Estavam presentes 2 mil convidados entre atores, apresentadores, jornalistas, diretores e funcionários.

A mistura entre entretenimento e informação está presente na descrição que a emissora faz do evento no site oficial:

A primeira atração musical da noite foi o cantor Roberto Carlos, que subiu ao palco para cantar *Emoções*, de autoria dele e de Erasmo Carlos, e foi aplaudido de pé pelos convidados (elenco, apresentadores e jornalistas) sentados às mesas. Os atores mais antigos e mais novos da emissora, se revezaram no palco para falar da emoção e experiência de trabalhar na *Rede Globo*, como a declaração de amor mútua e ao público, do casal Tarcísio Meira e Glória Menezes, então casados há 43 anos e há 38 trabalhando na emissora. As atrizes mirins Bruna Marquezine, Carolina Oliveira e Isabelle Drummond falaram dos atores que começaram cedo na *Globo* e ainda faziam parte do elenco da emissora, como Selton Mello, Deborah Secco, Isabela Garcia, Carolina Dieckmann e Glória Pires, muito aplaudida quando subiu ao palco. (...) O jornalismo da *Globo* foi representado pelos âncoras do *Jornal Nacional*, William Bonner e Fátima Bernardes, que apresentaram fatos marcantes que tiveram a cobertura da emissora e também pela dupla Ana Paula Padrão e Renato Machado que, num giro pelo mundo, conversou ao vivo com correspondentes em oito cidades do planeta: Nova York, Washington, Buenos Aires, Londres, Paris, Roma, Jerusalém e Pequim, então o mais novo escritório da *Globo* no exterior. O ator Tony Ramos falou sobre as campanhas sociais realizadas nas novelas, quando foram exibidas imagens de Débora Falabella em *O Clone* (2001), de Glória Perez (história que discutiu a dependência química), Carolina Dieckmann em *Laços de Família* (2000), de Manoel Carlos (novela que abordou a leucemia) e Isadora Ribeiro em *Explode*

⁴⁴ Entre negócios e público, a *Rede Globo* já era considerada a quarta maior rede de televisão do mundo em 2005, com cinco emissoras próprias e um alcance de mais de 150 milhões de telespectadores, com cobertura de 99% de todo o território nacional, com cerca de 300 mil horas de programas realizados.

Coração (1995), também de Gloria Perez (trama que fez campanha em prol das crianças desaparecidas), entre outras. O humorista Renato Aragão fez um balanço do projeto *Criança Esperança*, que, até então, já arrecadara mais de 150 milhões de reais e financiara mais de cinco mil projetos sociais, beneficiando diretamente mais de três milhões de crianças e adolescentes⁴⁵.

Aqui é interessante pensarmos o porquê de a *Rede Globo* mudar sua forma de comemoração, trazendo todas as vertentes da sua programação, misturando novela, programas, Jornalismo e entretenimento.

Essa mistura de entretenimento e Jornalismo manifesta-se assim como repositórios do imaginário simbólico de um país integrado e “apagado” em suas culturas regionais. Talvez seja necessário que se entenda melhor, com isso, a ambiguidade de uma profissão como o Jornalismo, marcada ora por sua submissão às formas artísticas e culturais consagradas, principalmente na televisão, ora pela sua singularidade, especificidade e autonomia em face delas. Essa singularidade e especificidade podem ser mais bem percebidas não na concorrência entre as posições de prestígio da indústria cultural e as manifestações artísticas e culturais consagradas, disputa por posições muitas vezes próximas, ou em comum, mas sim na definição de uma fronteira capaz de dar contorno a cada segmento.

Já na comemoração pelos 50 anos, o projeto dirigido pelo âncora do *Jornal Nacional*, Willian Bonner, teve um caráter jornalístico e abriu frente para as lembranças, editadas e roteirizadas, dos principais jornalistas da emissora. Essas retomadas memorialísticas foram divididas por décadas e as lembranças foram provocadas pelo próprio Bonner num cenário que lembrava uma arena. As falas dos jornalistas aparecem entremeadas com as reportagens rememoradas. Se pensarmos a questão da artificialidade, como propõe Venturini (2008), como uma das características do lugar de memória, podemos aqui relacionar a uma construção social da memória pela presença da intencionalidade, no momento em que se instaura a contradição constitutiva dos lugares:

⁴⁵ Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/musicais-e-shows/tv-globo-40-anos.htm>. Acesso em: 22 mar. 2018.

Se, de um lado, a ausência de intenção caracteriza o lugar de história, diferenciando-o do lugar de memória, de outro, no lugar de memória, a falha da intencionalidade, a ruptura com a continuidade institucional faz com que esse lugar se constitua pela memória e não pela história. Isso significa pensar que a rememoração/comemoração de nomes e de eventos a partir do lugar de memória traz o novo, pelos espaços de memória que faz funcionar, pela sua irrupção de outros discursos no eixo da formulação, atualizando sentidos e instaurando o ciclo da repetibilidade. (VENTURINI, 2008, p. 62)

Qual efeito poderia ter essa introdução das imagens das reportagens feitas e a rememoração oralizada atribuída a cada um dos jornalistas convidados? De que forma esses sentidos estariam sendo produzidos? Isso abre portas para que possamos observar o momento em que um acontecimento é memorizado socialmente e, ao mesmo tempo, torna-se histórico. Essa relação fica evidente tanto na materialidade linguística, quanto na imagética. No caso do veículo em questão, a televisão, imagem e fala, expressão verbal e não-verbal, atuam juntas na produção de sentidos.

2.2 O ritual de apresentação da série comemorativa

Vamos tomar a mediação do projeto, exercida por Willian Bonner. Ele foi o âncora escolhido pela presidência e direção do grupo para falar sobre assuntos até então não discutidos pela emissora, como o caso dos “erros”⁴⁶ relativizados no caso da cobertura das manifestações pelas Diretas Já (1984) e na edição do debate entre Collor e Lula (1989), estando autorizado a falar em nome da empresa.

Trata-se da consolidação de um discurso competente, no qual os locutores já foram legitimados e reconhecidos como tendo o direito de falar. Os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência.

⁴⁶ A expressão “erros”, aqui, está entre aspas, porque, embora o site *Memória Globo* assim os apresente, na televisão eles foram tratados apenas como “polêmicas” ou “mal-entendidos”, como abordaremos mais à frente.

De acordo com Foucault ([1971] 2005), os rituais, ou seja, as normas e as regras, definem a posição que um indivíduo deve ocupar em uma mediação, provocação ou respostas e, conseqüentemente, os enunciados que devem produzir e o comportamento esperado para tal. Quem mais poderia representar a voz da *Globo* do que o âncora casado (na época da exibição da série em 2015, Bonner e Fátima Bernardes, *partner* de bancada, eram casados), pai de três filhos, branco, hétero, com imagem de trabalhador construída pela mídia, apresentador das “principais notícias” do Brasil e do mundo?

Ainda dentro das proposições foucaultianas, temos a questão do ritual, um dos procedimentos que contribuem para que os sujeitos que proferem os discursos imponham regras e a elas se submetam agindo como um limitador de acessos a esses discursos. Vamos tomar o texto que abre a série no *Jornal Nacional*, lido pela editora e apresentadora Renata Vasconcelos⁴⁷:

Nesta semana, a *Globo* vai completar 50 anos. E a comemoração **aqui no JN** vai ser de um jeito inédito. Para lembrar as coberturas jornalísticas mais marcantes desse período, **nós** vamos provocar aqui a memória dos autores daquelas reportagens. Para representar os milhares de profissionais que construíram o jornalismo da *Globo* em cinco décadas, **nós** reunimos 16 repórteres para dividirem experiências, lembranças, informações de bastidores **e a emoção que tudo isso junto pode provocar.**

Logo na abertura, o telespectador é avisado de que se trata de uma comemoração. Pelas marcas dêiticas⁴⁸ (como “aqui” e “nós”), o texto da apresentadora deixa claro que é uma versão oficial da história, sob o olhar da *Globo*. Há uma ênfase sobre isso, quando a apresentadora diz, por exemplo, “aqui, no *JN*”. Por outro lado, embora o trecho se construa no sentido de demonstrar que se fala das “coberturas mais importantes” e que elas representam profissionais e décadas de história, fica apagada qualquer marca de como isso foi feito, de quais elementos foram inscritos nessa memória e quais passaram sem se inscrever ou foram silenciados, como se existisse uma única

⁴⁷ Renata Vasconcelos é jornalista, editora e apresenta o *Jornal Nacional* na mesma bancada de Willian Bonner. Ela assumiu o posto em novembro de 2014, depois de passar por vários outros programas da rede.

⁴⁸ Marcas dêiticas são elementos linguísticos que não têm valor referencial próprio, mas remetem à situação em que o texto é produzido, permitindo situar o enunciado em relação a tempo, espaço, sujeito e circunstâncias.

forma a ser feita e essa foi adotada pela emissora. Como diz Pêcheux ([1983] 1990, p. 51):

Não é de se admirar, nessas condições, que a ideia de uma fragilidade, de uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória tenha sido constantemente presente, sob uma dupla forma-limite que desempenhou o papel de ponto de referência: - o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever; - o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido.

Por mais que se pretenda fazer Jornalismo e História, o caráter comemorativo é evidenciado por uma subjetividade⁴⁹ e identificação que se busca atingir pela “emoção que tudo isso junto pode provocar”. Inversamente a essa questão da subjetividade e da emoção, por princípio, o Jornalismo propõe-se a trabalhar com a objetividade.

Como ressalta Rosen (2000, p. 40), o Jornalismo “é o último refúgio da objetividade como epistemologia. Já mais ninguém leva a sério esse conceito. Nem mesmo nas Ciências Naturais a procura da verdade é vista dessa maneira”.

Do ponto de vista de boa parte dos autores do Jornalismo, a objetividade existe numa perspectiva ontológica. “Entretanto, o problema do conceito não está no tempo, mas na interpretação” (PENA 2010, p. 50). O autor refere-se ao fato de que, desde a Grécia Antiga, passando pelos autores do sec. XIX, a objetividade é tida como uma existência concreta. “A objetividade é definida em oposição à subjetividade, o que é um grande erro, pois ela surge não para negá-la, mas sim por reconhecer a sua inevitabilidade.” (Ibidem, loc. cit.).

No enunciado de Renata Vasconcellos, é como se a série, ao colocar-se como especial, fizesse uma concessão a esse pilar da forma de enunciar jornalística. A comemoração e o espaço do “especial” abrem esse espaço para a “emoção”.

A objetividade – como um efeito de sentido – é um pilar essencial para autorizar o discurso jornalístico como porta-voz da verdade, da credibilidade infalível e que deverá ser divulgada acima e independente dos problemas a

⁴⁹ Subjetividade que aqui se refere não à identificação com o sujeito como categoria ontologicamente invariável, mas a modos de agir, a processos de subjetivação modificáveis e plurais. Nesse sentido é que também Foucault entende a constituição do sujeito antigo como ultrapassagem de si.

serem causados. Em outras palavras, trata-se da imagem de uma verdade triunfal. Essa objetividade em Jornalismo deve ser entendida como a relação entre realidade social e realidade midiática, como um conjunto de normas e regras para a observação da realidade.

A História, assim como a Ciência e a Justiça, conhece o problema também da objetividade, sobretudo na sua relação com a memória. Voltando ao enunciado de apresentação da série pela jornalista, vê-se ainda que “memória” é tomada como uma espécie de lembrança, como se fosse determinada por provocações e por evocações e não por um processo histórico de constituição e formulação de discursos. A lembrança é tida como “rememorar” e não como memória.

Podemos perceber desse modo que a memória é um fator de construção, revelação da história e da identidade. No desenvolver a questão da memória, existe uma imposição do tempo presente para que as “memórias” do passado sejam recordadas, lembradas conforme o convite da editora. “Como elaboração de variados estímulos, a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências/experiências ocorridas no passado” (KESSEL, 2009, p. 2). Mesmo a rememoração podendo (re)ver e (re)visitar o passado, ela não pode ser compreendida se não existir a ação no presente do sujeito que a recorda. É nessa interação com o telespectador e com os outros colegas jornalistas da série que as lembranças são ativadas. Nota-se, então, que a rememoração é agente articulador do confronto entre identidade, história e narração.

Ora, se ela se insere nessa posição, também está sujeita à traição⁵⁰ e ao apagamento. Para evocá-la, é preciso confronto e que este desencadeie um processo de imaginação, amparado por uma rede de lembranças para preenchimento das lacunas trazidas pelo testemunho dos jornalistas enunciadoreis:

Deve haver, na experiência viva da memória, um rastro irreduzível que explique a insistência da confusão comprovada pela expressão imagem-lembrança. Parece mesmo que a volta da lembrança pode fazer-se somente no modo do tornar-se imagem. [...] A permanente ameaça de confusão entre rememoração e imaginação, que resulta desse tornar-se imagem da lembrança, afeta a ambição de fidelidade na qual se

⁵⁰ Por traição, referimos aqui tanto o aspecto neurológico de esquecer-se, quanto o inconsciente, o “ato falho”, “o lapso”, como proposto pela Psicanálise.

resume a função veritativa da memória. E, no entanto, nada temos de melhor que a memória para garantir que algo ocorreu antes de formarmos sua lembrança. (RICOEUR, 2014, p. 26)

Do ponto de vista ético, não se poderia manipular e gerir a maneira como as lembranças são desencadeadas em nós. Não podemos controlar ou confiar em suas impressões, porque nas condições em que a série foi concebida, a partir de uma “arena de lembranças” não há como saber quais as estratégias de seus autores e como suas impressões são desenvolvidas, tampouco quem o são, pois o enunciado de abertura diz apenas: “dezesseis repórteres”, compondo uma contradição que encontra acolhimento em “o que já passou mantém sempre um relativo caráter de indecifrável” (PADRÓS, 1991, p. 82). Dessa forma, podemos pensar a memória como aquilo que se impregna das imagens e lembranças que rememoram o passado para o tempo presente, para serem (re)construídos, aquilo que não mais existe.

Logo após a apresentação pela jornalista, as imagens exibidas passam a ser do estúdio onde foi gravada a série. Na abertura, Bonner, em trajés informais (sem o terno com o qual apresenta o telejornal), enuncia:

Bonner: É nesse estúdio do Projac⁵¹, no Rio de Janeiro, montado especialmente para este encontro, que nós vamos fazer esse mergulho nos 50 anos de história do Jornalismo⁵². Quem vai nos ajudar, a recontar um dos momentos mais importantes dessa história, tá aqui com a gente, são os nossos colegas jornalistas:

(Bonner vai andando pela arena, apresentando os jornalistas, dispostos numa bancada em círculo, com o logotipo da Rede Globo ao centro. A cada apresentação, uma foto antiga do jornalista, entre as décadas de 1970 e 1980, é projetada em telões dispostos no cenário).

Renato Machado: Essa imagem me lembra, infelizmente, uma década que já está bem distante.

Bonner (ri): Mas você estava muito elegante.

⁵¹ É nome dado pela emissora ao complexo onde estão localizados os estúdios, cenários de novelas e programas da *Globo*, no Rio de Janeiro.

⁵² Ao completar 50 anos, cada área da *Rede Globo* comemorou de maneira própria, diferente do que ocorrera dez anos antes, com a integração, num único evento, do jornalismo e do entretenimento.

Bonner: De quando é isso, Luis Fernando?

Luis Fernando Silva Pinto: De quando eu devia pesar uns 12 quilos.

(A imagem corta direto para Glória Maria, que é apresentada apenas com crédito, sem fala de Bonner)

Glória Maria: Isso foi quando eu fiz a posse do presidente Jimmy Carter. Era Washington e, se não me engano, o Luis Fernando estava, não?

Luis Fernando: Não, não... Eu cobri a do Lincoln⁵³.

(Todos riem)

Bonner: E temos também Tino Marcos... Olha que franja bonita ali!

Tino Marcos: Que fartura! Que saudade dessa fartura!

Bonner: De Roma, direto para o estúdio do Projac, Ilze Scamparini!

Ilze Scamparini: Obrigada, Bonner.

Bonner: E quem está aqui também é o Gaaalvão Bueno. Rapaz, que cabelo, Galvão, que beleza!

Galvão Bueno: Só sei que faz muito tempo.

Bonner: Paglia, você não mudou nada.

Paglia: Nada.

Bonner: A mesma pessoa.

Paglia: É praticamente a mesma pessoa.

Bonner: André Luiz Azevedo.

André Luiz Azevedo: A gravata, eu ainda tenho até hoje.

Bonner: Temos aqui: Caco Barcelos, magro...

Caco Barcelos: E lá atrás uma manifestação, uma periferia como sempre.

Bonner: A nossa voz, a nossa imagem no Nordeste, Francisco José.

⁵³ Trata-se de uma ironia. Abrahm Lincoln assumiu a Presidência dos EUA em 04.03.1861.

Francisco José: Isso foi no início da minha carreira na *Globo* há mais de 35, 37 anos.

Bonner: E agora eu vou pedir, por favor, palmas para Sandra Passarinho. Essa é a nossa pioneira, que nos honra aqui com a presença, para revisitar um pouco da história desses 50 anos de jornalismo da *Globo*.

(Aplausos)

Sandra Passarinho: O tempo passou, né?

Bonner: Pedro Bial, olha só, é você magérrimo ali, hein!

Pedro Bial: Isso aí me parece 85...

Bonner: Esse aqui, senhores e senhoras, é o Orlando Moreira. Pra ele, palmas também. Orlando é um pioneiro, como vocês estão vendo por essa imagem.

Orlando Moreira: Rio de Janeiro, mesma década dos 50 anos da *Globo*.

Bonner: Temos aqui Fátima Bernardes.

Fátima Bernardes: Olha, eu acho que estava a caminho do cabeleireiro, se não me engano *(risos)*.

Bonner: Heraldo Pereira, que elegância...

Heraldo Pereira: Isso é São Paulo. É São Paulo, década de 80.

Bonner: E, aqui, finalmente, o gaúcho de Santa Maria, Marcelo Canelas.

Marcelo Canelas: Aí era bem no começo. Saí do Rio Grande do Sul e fui trabalhar em Ribeirão Preto, fim da década de 80.

(Entra uma vinheta de filmes antigos e a narração em off⁵⁴ de Bonner)

Bonner: Vou convidar a todos vocês agora pra ver o primeiro vídeo que a gente tem preparado especialmente para esse encontro aqui.

(Começa vídeo sobre a construção da Rede Globo).

Antes de pensarmos nas regularidades das apresentações e como isso pode provocar memórias e rememórias, vamos observar o enunciado de

⁵⁴ Quando apenas a voz do repórter é ouvida cobrindo as imagens.

apresentação do Bonner sobre o projeto da série. Logo no começo, aparece o advérbio “**especialmente**”, que retoma a ideia de “série especial”, que já discutimos no primeiro capítulo. A ideia de “especial” aparece reforçada, na sequência, por outros termos como “momentos mais importantes dessa história”.

Nessa apresentação, Bonner usa a capacidade de adequar o discurso às situações concretas com uma destreza comunicativa esperada de um jornalista, faz uso da informalidade, que os falantes utilizam entre amigos e familiares, em que a preocupação com a correção gramatical é menor e o vocabulário utilizado é mais simples, incluindo palavras e expressões coloquiais, diferente de como os telespectadores assíduos estão acostumados a ver na bancada do *JN* durante a apresentação de notícias e reportagens. Essa informalidade confere ao discurso efeito de espontaneidade. Quando se é espontâneo, pela memória, contribui-se para o efeito de verdade nos enunciados colocados em circulação.

Passemos agora à apresentação dos autores das reportagens, os jornalistas presentes no estúdio, como testemunhas que vão auxiliar o âncora a recontar os fatos selecionados como principais para/no jornalismo da *Rede Globo*. Há um jogo nesse processo de seleção: os fatos são considerados como “os mais marcantes”, como se essa característica fosse inerente a eles, como se fossem transparentes, quando, na verdade, há uma seleção e um apagamento entre fatos da história. Durante toda a série, o que se vê é um confronto na constituição da narrativa, entre os “fatos *da* história” e aquilo que poderia ser compreendido como “fatos *na* história (contada)” da *Rede Globo*.

Para essa reconstrução de memória se dar, é necessário considerar que o testemunho⁵⁵, segundo a teoria ricoeuriana, pode ser entendido como um ponto de inflexão no tangenciamento entre o que é memória e o que é história. De fato, uma das peculiaridades da história do tempo presente é, justamente, a possibilidade de o conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram a época que se está a analisar (FICO, 2012, p. 45).

Para Ricoeur, no ato de testemunhar, existe uma fala que pede crédito:

Existe uma estrutura básica nos depoimentos que trilha um processo epistemológico a partir da memória declarativa, passando pelo arquivamento e culminando com a produção de

⁵⁵ Por efeito do *já-dito*, lembramos aqui que a ideia de testemunha está presente na constituição do discurso jornalístico televisivo, uma vez que o primeiro telejornal do país, o *Repórter Esso*, exibido pela *TV Tupi* entre 1952 e 1970, tinha como slogan “testemunha ocular da história”.

prova documental. Sua estrutura fundamental é uma fala que relata algo visto e pede crédito: “Eu estava lá; acredite em mim ou não, acrescenta ele; e se não acredita em mim, pergunte a outrem”. (RICOEUR, 2004, p. 737)

O mesmo autor, em outra obra (RICOEUR, 2014), afirma que o testemunho tem um sentido quase-empírico, ou seja, indica o relato de algum acontecimento que foi visto ou escutado por alguém. Dessa forma, o depoimento já é relatado em outras dimensões com um encadeamento de acontecimentos, que transfere o visto para o dito. O testemunho também implica sempre numa relação dual: há aquele que testemunha e aquele que recebe o testemunho. Apenas pela audição do relato, o interlocutor irá acreditar ou não naquilo que lhe chega sobre fatos. Para o autor, o relato testemunhal serviria como um instrumento a serviço de um julgamento, de um juízo. Ele valora os motivos de uma ação, o caráter de uma pessoa, em suma, atribui um sentido aos eventos (RICOEUR, 2004).

Para Ricoeur (2004), embora o testemunho seja uma operação atribuída ao processo epistemológico da História, ele também é usado em outras áreas, como nos atos judiciais e no dia a dia. Assim, para não esgotar as possibilidades do testemunho, é preciso uma definição que respeite “seu potencial de empregos múltiplos” (RICOEUR, 2004, p. 170). Ainda segundo o autor, o testemunho obedece, por assim dizer, uma ordem moral, que reforça a credibilidade, com uma natureza muito próxima a de uma promessa, uma forma de garantia, em que a testemunha poderá vir a ser cobrada pela manutenção do seu ato a qualquer momento.

“A testemunha confiável é aquela que pode manter seu testemunho no tempo” (RICOEUR, 2004, p. 174). O depoimento testemunhal é um fator tácito de engajamento a um vínculo social, que envolve a confiança na palavra de outrem que “faz do mundo social um mundo intersubjetivamente compartilhado” (RICOEUR, 2004, p. 175). Temos, então, aqui, um discurso de uma testemunha em meio a diversos sujeitos falantes, igualmente capazes de construir uma versão que se quer que seja compreendida como “a” versão.

Entretanto, não podemos pensar numa articulação ingênua para empregar apenas o uso do testemunho numa operação que envolva a construção de memória e rememória, pois ainda assim poderia levantar

suspeitas sobre a veracidade de fatos. Ao colocá-los todos juntos, num mesmo espaço, de “arena”, tem-se a imagem de uma possível contestação, de onde abre-se caminho para o debate público de ideias. A testemunha ganhará confiança do telespectador quando for capaz de manter, ao longo do tempo, sua versão sem contradições.

Ainda neste ritual de apresentação, é possível perceber algumas regularidades que evocam lembranças e memórias:

A regularização se apoia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido. Esse reconhecimento é da ordem do formal, e constitui um outro jogo de força, este fundador (...). É preciso admitir esse jogo de força simbólico que se exerce no reconhecimento do mesmo e de sua repetição. Por outro lado, uma vez reconhecida essa repetição, é preciso supor que existem procedimentos para estabelecer deslocamento, comparação, relações contextuais. É nessa colocação em série dos contextos, não na produção das superfícies ou da frase tal como ela se dá, que vemos o exercício da regra. De outro modo, é engendrando, a partir do atestado discursivo, paráfrases, a considerar como derivações de possíveis em relação ao dado, que a regularização estrutura a ocorrência e seus segmentos, situando-os dentro de séries (ACHARD, 2007, p. 16).

Essa forma de repetição nos permite listar uma série de marcas do discurso e, assim, perceber mais facilmente suas regularidades. O enunciado se apresenta em seu “modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material)” (FOUCAULT, [1975] 1999, p. 98). Dessa forma, podemos colocá-lo na teia da história, que o constitui e ao mesmo tempo o determina. Nessa direção, o autor diz ainda que “tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, [1975] 1999, p. 112), com o que faz estar sempre atravessado por uma memória que estabelece relações possíveis entre um acontecimento do passado numa nova perspectiva de futuro, mas longe de uma homogeneidade e estabilidade.

Vejamos na apresentação dos jornalistas feita por Bonner marcas de regularidade em relação ao corpo⁵⁶:

⁵⁶ Optamos por apresentar este recorte transcrevendo as falas de Bonner e do jornalista apresentado, colocando na sequência as imagens antiga e a que foi projetada no telão (atual). Em alguns casos, foi possível a captura das duas imagens no mesmo enquadramento (caso de Galvão Bueno).

- A) **Bonner:** De quando é isso, Luis Fernando?
Luis Fernando Silva Pinto: De quando eu devia *pesar uns 12 quilos*⁵⁷.

Figura 1 – Apresentação de Luis Fernando Silva Pinto



Fonte: captura de tela feita pelo autor.⁵⁸

- B) **Bonner:** E temos também Tino Marcos... Olha que *franja bonita* ali.
Tino Marcos: Que fartura! Que saudade *dessa fartura!*

Figura 2 – Apresentação de Tino Marcos



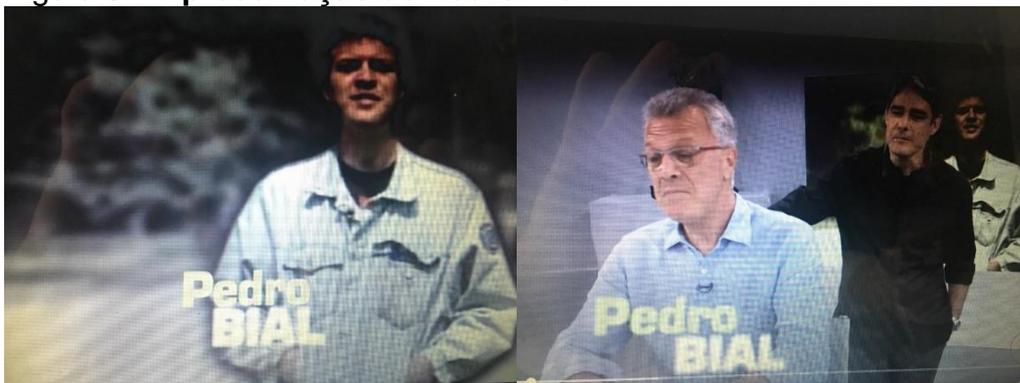
Fonte: captura de tela feita pelo autor.

- C) **Bonner:** Pedro Bial, olha só, é você *magérrimo* ali, hein!
Pedro Bial: Isso aí me parece 85...

⁵⁷ Nos excertos a seguir, os grifos em itálico chamam a atenção para marcas nos dizeres sobre o corpo, o gênero e a origem.

⁵⁸ Todas as imagens que compõem este capítulo foram capturadas em 18 mar. 2018, em vídeo disponível em: www.memoriaglobo.globo.com.

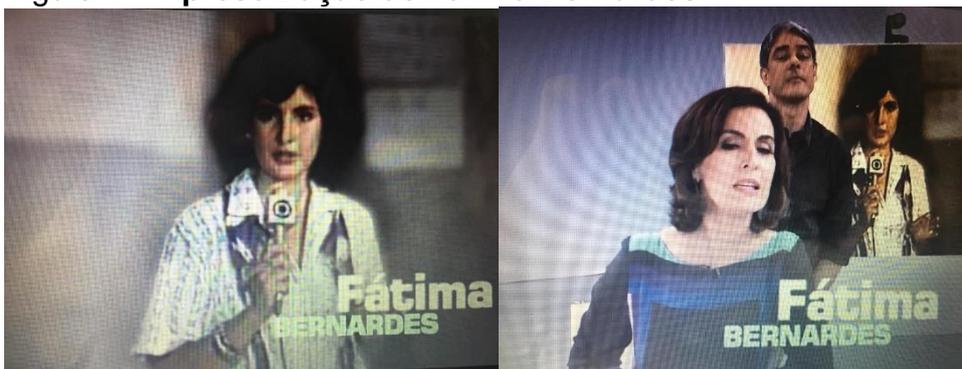
Figura 3 – Apresentação de Pedro Bial



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

- D) **Bonner:** Temos aqui Fátima Bernardes.
Fátima Bernardes: Olha, eu acho que estava *a caminho do cabeleireiro*, se não me engano (risos).

Figura 4 – Apresentação de Fátima Bernardes



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

- E) **Bonner:** Paglia, você *não mudou nada*.
Paglia: Nada.
Bonner: A mesma pessoa.
Paglia: É praticamente a mesma pessoa.

Figura 5 – Apresentação de Ernesto Paglia



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

- F) **Bonner:** E quem está aqui também é o Gaaalvão Bueno. Rapaz, que *cabelo*, Galvão, que beleza.
Galvão Bueno: Só sei que faz muito tempo.

Figura 6 – Apresentação de Galvão Bueno



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

A partir desse recorte da apresentação dos jornalistas e da materialidade imagética, uma vez que as imagens mostradas no telão do cenário servem para as comparações, podemos pensar numa discussão do corpo discursivizado.

Nessa vertente, acreditamos, com Foucault ([1975] 1999), que o corpo é um objeto de saber e “superfície de inscrição dos acontecimentos”, de articulação do corpo com a história e com a memória, uma vez que ele está constitutivamente ligado às relações de poder. Como Foucault ([1975] 1999) afirmou em *Vigiar e Punir*, o poder opera sobre o corpo, investe-o, marca-o, obriga-o e dele exige signos específicos. Já Bernardes e Sargentini (2017) afirmam que essa relação política com o corpo traz relações históricas:

O corpo do homem político tem sua importância como suporte desde a antiguidade. (...) Em todos os tempos, importa que o homem político saiba ser amado e, para tal, ele deve exercer a contenção do corpo físico, para que essa contenção se estenda ao corpo social. Entretanto, no final dos anos 70, as técnicas de vigilância do corpo do homem político se intensificaram e se especificaram. O controle dos gestos, a bemoalização da voz, a polidez na fala são mudanças exigidas no processo de docilização do homem político e do fazer político. (BERNARDES; SARGENTINI, 2017, p 99-100)

Ao evocar a memória sobre o tempo em que estamos, podemos pensar as memórias como um ato de resistência, que nos liga uns aos outros pelas memórias de si e do outro. As imagens exibidas pela produção da série para a produção de sentidos reaparecem nos repórteres citados porque elas também estão engendradas em nossos anseios, ansiedades e o momento presente. Se

considerarmos as relações entre as imagens apresentadas, trazidas pela força da memória histórica e pessoal, estamos colocando-as em uma teia de memória que foge ao acaso e a simples inquietação individual, como nos alertou Halbwachs (2004).

Na tentativa de reconstituir o fato mostrado nos telões, com jornalistas, magros, com cabelos longos ou cheios, nos colocaremos diante do outro, lugar determinado sócio-historicamente, que irremediavelmente nos é constitutivo. Acrescentem-se a isso as regularidades entre as memórias e perceberemos que o novo não está naquilo que é dito, mas no retorno à memória.

Cada um desses jornalistas pode se ver, reconhecer, aceitar o passado, num esforço quase inexato de uma memória flagrada, mas contestável e, assim, essa posição se funde e desliza para a memória sobre o fato histórico, sobre o País. Além disso, sempre há o olhar atento do Bonner (em todos os fotogramas, ele está atrás ou ao lado do jornalista que se reconhece), que avalia como o outro era, como o outro se vê, que também desliza para a memória brasileira. Ele coloca-se sempre atencioso e autorizado pela *Globo*, para que as falas estejam de acordo ao clima proposto, o de quase uma brincadeira, não deslizando para outros assuntos. A imagem de Bonner, de autoridade, mais do que condutor das discussões, busca identificação com a sociedade. O discurso da juventude e a qualificação do que é antigo – como experiente, como autorizado a dizer - auxiliam a criá-la. É como olhar um álbum de família, notar as roupas, o corpo, o cabelo, a moda, os lugares, reforçando o *status* de testemunha. O efeito visado é de demonstrar quanto tempo se passou e humanizar a empresa, cujos funcionários trabalham há muito tempo, como “uma família”, o que traz ainda a imagem de um bate-papo entre amigos.

Em todas as apresentações em que o corpo esteve presente no enunciado, quer seja do Bonner, ou do jornalista apresentado, trata-se de homens, com exceção de Fátima Bernardes, que, à época, era esposa de Bonner e faz uma brincadeira com o cabelo. O que está em jogo aí é um confronto entre lugares, relação entre gêneros, (des)autorizações e corpo como discurso.

Para interpretar e compreender esse discurso, como objeto simbólico e histórico que produz sentido, é preciso considerar a sua regularidade no jogo em que vai atuar e compreender o processo histórico e ideológico em que se deu a

produção de acontecimentos. Recuperar um conjunto de saberes, em um discurso pré-construído sobre jornalismo de televisão, em que a imagem exerce um efeito sedutor sob o telespectador, permite-nos observar como se configura discursivamente a heterogeneidade de sentidos, mais do que isto, o atravessamento de um e de outro discurso que correspondem a uma posição-sujeito. Emprestamos aqui as definições de dois autores: Pêcheux ([1975] 2010b) define Posição-Sujeito como a relação de identificação que se dá entre o sujeito que enuncia e o sujeito do saber, que é a forma-sujeito. Courtine ([1981] 2009), que dá continuidade ao pensamento acerca de posição-sujeito, afirma que, considerando-se o conceito de formação discursiva heterogênea, a noção deve ser vista como a “descrição de um conjunto de diferentes posições de sujeito em uma formação discursiva como modalidades particulares de identificação do sujeito da enunciação com o sujeito do saber, considerando os efeitos discursivos específicos que aí se relacionam” (p. 252).

Nesse caso, os sentidos que emanam do discurso de mulher jornalista na televisão, que, pela imagem tradicional, deve ser magra, de cabelos lisos, maquiada e com roupas discretas e elegantes, são capazes de instaurar um efeito fundador da posição-sujeito em que o discurso (gênero) se inscreve e evidencia as “regras” do que se pode e deve falar sobre o ser mulher.

Em outro trecho da apresentação, podemos perceber também mais regularidades, como a questão do pioneirismo, como ocorre com Sandra Passarinho e Orlando Moreira:

G) Bonner: E agora eu vou pedir, por favor, palmas para Sandra Passarinho. Essa é a nossa *pioneira*, que nos honra aqui com a presença, para revisitar um pouco da história desses 50 anos de jornalismo da *Globo*. (*Aplausos*).

Sandra Passarinho: O tempo passou, né?

Figura 7 – Apresentação de Sandra Passarinho



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

H) Bonner: Esse aqui, senhores e senhoras, é o Orlando Moreira. Pra ele, palmas também. Orlando é um *pioneiro*, como vocês estão vendo por essa imagem.

Orlando Moreira: Rio de Janeiro, mesma década dos 50 anos da *Globo*.

Figura 8 – Apresentação de Orlando Moreira



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

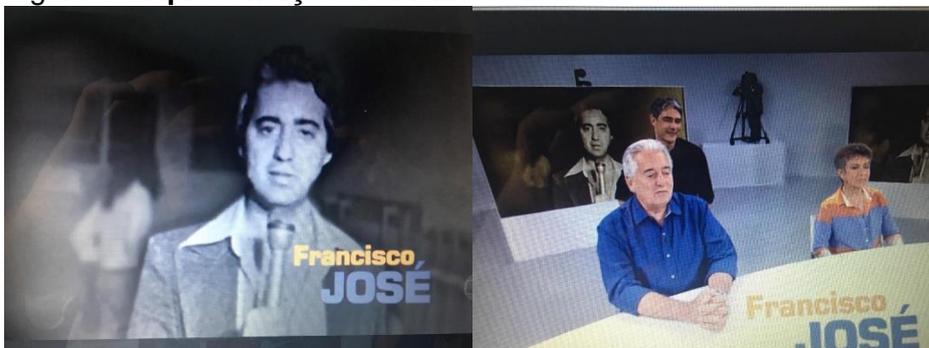
Ao colocar os dois colegas jornalistas, em oposição a qualquer outro, na categoria de pioneiros, existem algumas tentativas de apagar diferenças, desigualdades e questões sociais como gênero, que marcaram a história da televisão. Há uma escolha deliberada do diretor do projeto, no caso o próprio Bonner, de quem será considerado pioneiro. Assim, firma-se a estratégia de selecionar alguns nomes e sobrenomes para fazerem parte do rol que deu forma ao jornalismo de TV.

Podemos ainda refletir sobre essa categoria “pioneiros/as”, sempre vaga e pouco referenciada, principalmente no que tange à figura feminina, representada no nosso recorte pela jornalista Sandra Passarinho. Historicamente e pelo pré-construído – a nossa pioneira –, a mulher não se associa à imagem de bravura que a empreitada pioneira demandaria para ser, por exemplo, correspondente internacional e repórter especial, funções que a referida jornalista desempenhou, ainda nos anos 1970.

Para além das referências ao corpo e da constituição desse pioneirismo, Bonner utiliza os lugares de origem para apresentar os jornalistas, o que retoma o imaginário do *JN* como discurso de unidade, conforme descrevemos no primeiro capítulo. Lá estão presentes pessoas que vieram de diferentes regiões ou que estiveram em lugares distantes (caso dos correspondentes, já que a maioria dos que estavam na série desempenharam ou desempenham tal função):

- I) **Bonner:** A nossa voz, a nossa imagem no *Nordeste*, Francisco José.
Francisco José: Isso foi no início da minha carreira na *Globo* há mais de 35, 37 anos.

Figura 9 – Apresentação de Francisco José



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

- J) **Bonner:** De *Roma*, direto para o estúdio do Projac, Ilze Scamparini!
Ilze Scamparini: Obrigada, Bonner.

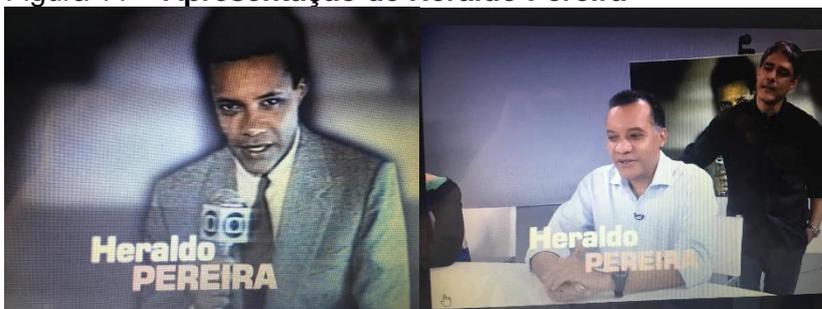
Figura 10 – Apresentação de Ilze Scamparini



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

- K) **Bonner:** Heraldo Pereira, que elegância...
Heraldo Pereira: Isso é *São Paulo*. É *São Paulo*, década de 80.

Figura 11 – Apresentação de Heraldo Pereira



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

L) **Bonner:** E aqui, finalmente, o *gaúcho de Santa Maria*, Marcelo Canelas.

Marcelo Canelas: Aí era bem no começo. Saí do *Rio Grande do Sul* e fui trabalhar em *Ribeirão Preto*, fim da década de 80.

Figura 12 – Apresentação de Marcelo Canelas



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

Na fala do âncora, que além de se dirigir ao jornalista apresentado, fala também com o telespectador, temos que considerar que seu texto tem um funcionamento discursivo, que não só produz sentidos, mas produz processos identificatórios, como nesse recorte no qual todos são identificados pelos seus lugares de origem. A série televisiva se sobrepõe como um importante dispositivo discursivo que cria uma história do presente, tensionando memória e apagamento num jogo de tensões. Segundo Gregolin (2007), a memória dá contorno à historicidade que atravessa os sujeitos, ao mesmo tempo em que os constitui; marca sua identidade histórica atrelando-os ao passado e ao presente:

Esse efeito [...] é produzido pela [...] mídia, que interpela incessantemente o leitor através de textos verbais e não-verbais, compondo o movimento da história do presente por meio da ressignificação de imagens e palavras enraizadas no passado. Rememoração e esquecimento fazem derivar do passado a interpretação contemporânea, pois determinadas figuras estão constantemente sendo recolocadas em circulação e permitem os movimentos interpretativos, as retomadas de sentidos e seus deslocamentos. Os efeitos identitários nascem dessa movimentação de sentidos. (GREGOLIN, 2007, p. 16)

Outra questão que também pode ser percebida diz respeito ao lugar geográfico, as características e imagens que esse lugar de origem coloca sob a luz da memória e pré-construídos. As identificações e estigmas sociais são evocados pelas apresentações da abertura da série, constituindo-se em dizeres

proferidos ou silenciados, muitas vezes por meio de gestos ou olhares do próprio Bonner, como notável nos recortes anteriores.

Há um embate entre o poder dizer e o estar presente, caracterizando os jornalistas que ali estão. Pode-se dizer, por exemplo, a “nossa imagem do nordeste”, “a pioneira”, a que vem “direto de Roma”, mas, por outro lado, embora presentes, não se diz que há representantes de minorias raciais, “o negro” (Heraldo Pereira) e a “negra” (Glória Maria). Da mesma forma, diz-se que o peso aumentou (“quando eu devia pesar uns 12 quilos”), mas não se diz “o gordo”. Tampouco, há menções ao peso e à idade para mulheres. O uso de um corte abrupto nas falas faz parte das estratégias adotadas para o não dizer. Por outro lado, se observamos pelo viés do escape, sempre presente, tem-se aí uma contradição no que seria o discurso informal, aquele que circula entre amigos e familiares. Vê-se, portanto, que a espontaneidade e a informalidade são também forjadas e limitadas por diversas maneiras de interdição do discurso.

Nesse sentido, é relevante, por exemplo, a inserção de Glória Maria, como jornalista, mulher e negra que, desde os anos 1970, faz parte (e é assim lembrada pela série) da história da *Rede Globo*.

Figura 13 – **Apresentação de Glória Maria**



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

Entre as questões colocadas em circulação, estão contemplados aspectos do corpo, das minorias raciais, mas, quando se trata da geografia, embora haja um esforço para se ter “a voz do nordeste” e haja a presença do “gaúcho de Santa Maria” e o Sudeste, há um apagamento do que seriam as “vozes” do Norte e Centro-Oeste, já que o *JN*, desde o início, tinha a pretensão de fazer a integração nacional. Apesar disso, coloca-se em evidência a Europa e os Estados Unidos, com representação dos correspondentes. Os repórteres

que vêm do Sudeste não são apresentados por suas origens, como se só os “diferentes” “nordestino e gaúcho” merecessem menção por sua origem. Há uma enunciação que tenta produzir sentido a partir das diferenças. No entanto, essas regularidades nos fazem pensar em que tipo de diversidade se é permitido enunciar.

2.3 Comemoração e efeito de unidade

Para finalizar essa parte da nossa reflexão, na tentativa de demonstrar uma unidade narrativa que dá forma à série, vamos ao último episódio, exibido no dia 25.04.2015, no qual os jornalistas que apresentam o *Jornal Nacional* cederam seus lugares na bancada para os apresentadores veteranos, Cid Moreira e Sérgio Chapelin⁵⁹. Ambos representaram uma surpresa para muitos telespectadores, sobretudo os mais antigos, uma vez que a dupla apresentou o jornal por quase 20 anos. Apesar dos dois estarem na bancada, o texto a seguir, que apresenta o último episódio da série, foi dito integralmente por Moreira. Ao final, ambos reaparecem e dizem “boa noite”, imagem que se tornou simbólica na história da televisão durante as décadas em que apresentavam o telejornal:

No próximo dia 26, domingo, a *TV Globo* completa 50 anos. O *Jornal Nacional* é mais jovem. Em setembro, comemora 46. Eu tive a honra de inaugurar o *JN*, ao lado do colega Hilton Gomes⁶⁰, em 1969. E estive aqui nos primeiros 27 anos. Foi um período de construção do jornalismo da *Rede Globo*, do próprio *Jornal Nacional*, e também da relação dos brasileiros com a *Globo* e com o *JN*. Foram muitos anos vivendo o jornalismo. Vendo a notícia chegar à redação nas anotações de um apurador, de um produtor, um repórter, um cinegrafista, um editor. Foram anos participando desse processo com entusiasmo e paixão até o momento em que cabia a nós levar a informação aos cidadãos. Ao longo dessa semana, enquanto os nossos repórteres relembavam momentos especiais da história e da carreira de cada um, alguns milhões de brasileiros fizeram o mesmo e se emocionaram com eles. E entre esses milhões que se emocionaram, estamos eu e o Chapelin. Relembrar esses momentos foi muito emocionante pra nós, e pra todos os colegas que, um dia, tiveram a responsabilidade enorme de

⁵⁹ Cid Moreira nasceu em Taubaté, interior de São Paulo em 29/09/1927. É formado em contabilidade. Começou a trabalhar na *Globo* em 1969. Sergio Chapelin, começou a trabalhar na emissora em 1972, no *Jornal Hoje*. Era Locutor de rádio. Ele nasceu em Valencia, interior do Estado do Rio, em 12/05/41. Informações disponíveis no site *Memória Globo*.

⁶⁰ Hilton Gomes morreu no dia 18/10/1999 aos 75 anos de parada cardio-respiratória.

ocupar essa bancada (*a imagem se funde com a primeira vinheta da Rede Globo*).

Cumpramos observar que, quando vemos todos a mesma imagem (Cid Moreira, por exemplo), o consenso não está na existência do objeto fora do discurso (uma pessoa não acostumada a assistir à TV e à *Rede Globo* poderia ver outra coisa), está no nosso olhar, como gesto de interpretação, não em um ato do individual, mas a uma prática de significação e a um sujeito inscrito na história e, como tal, é realizado sempre por um sujeito histórico, atualizado no sujeito empírico/indivíduo, a partir de uma dada posição de interpretação. A imagem nunca é exterior ao sujeito, mas sim a materialidade de um jogo de sentidos entre os lugares dos sujeitos e o produto discursivo de uma relação de forças entre esses lugares:

As técnicas de comunicação de massa se fundam ainda sobre uma antiga injunção que regula os comportamentos públicos e que elas vão amplificar: saber ser senhor de suas palavras e de seus gestos de uma maneira que apague esse esforço, esse trabalho sobre si, dentro de uma definição do comportamento 'natural'. Existe, desse modo, uma 'naturalidade' televisual, regra essencial à boa recepção das mensagens políticas. É uma pedagogia dessa 'naturalidade' que as agências de marketing político imprimem nos homens públicos (COURTINE, 2003, p. 29)

Podemos perceber que mais do que rememorar ou comemorar, a imagem de Cid Moreira e Sérgio Chapelin revela todo um jogo de estratégias, técnicas, que são criadas para impor ao cidadão comum um "tom" de verdade, de credibilidade ao discurso de comemoração e relações do telespectador e a emissora. Na fala do ex-apresentador, notam-se regularidades que representam essa postura de rememorar e, como disse a apresentadora no início da série, provocar emoções: "eu tive a honra de inaugurar o *JN*", "estive aqui nos primeiros 27 anos", "foram anos participando desse processo com entusiasmo e paixão até o momento em que cabia a nós levar a informação aos cidadãos", "foi um período de construção do jornalismo da *Rede Globo*, do próprio *Jornal Nacional*, e também da relação dos brasileiros com a *Globo* e com o *JN*."

A narrativa da trajetória profissional de Cid não faz da reconstituição do passado um fim para o ex-apresentador, uma vez que ele continua a se dedicar à carreira de locutor. É antes um meio à disposição de um homem que procura se colocar ou ser colocado numa inscrição histórica. Entretanto, a narrativa

possui um interlocutor privilegiado, um tu que assume uma postura absoluta: o telespectador. Nesse momento, Cid Moreira, que estava em um enquadramento aberto, com o companheiro de bancada Sérgio Chapelin, vira-se para outra câmera, com um enquadramento fechado, aproximando mais a imagem do “tu”. Desse modo, podemos afirmar que a narrativa gira em torno do “eu” e do “tu”. A rememoração do passado cria uma narrativa “viva”, presente.

Nota-se ainda que esse é um dos raros momentos em que os jornalistas convidados puderam se expressar de forma autônoma, uma vez que o cânone não permite a eles se colocarem na reportagem, dando um aspecto de neutralidade e imparcialidade. Para entendermos o enunciado de Cid Moreira da forma como ele e os jornalistas constroem sua identidade, sua memória e a sua história, não basta apenas detalhar funções, é necessário detectar o que eles estigmatizam, seja ao olharem para si mesmos no presente, seja ao olharem para o passado. Há um léxico, práticas e personagens em comum utilizados para enunciar os critérios, os valores e as formas de atuação na área. E nessas condições de produção podemos também identificar um ato disciplinar, atravessando essa ação autônoma de se dirigir ao público, um processo de criação, mas dentro de um jogo restrito. “A disciplina é um princípio de controle de produção do discurso. Ela fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, [1971] 2005, p. 36).

O autor diz ainda que a disciplina se opõe ao comentário e à autoria, pois tratam-se de um sistema anônimo de regras, métodos a serem seguidos. Na disciplina, não se busca um ponto de partida, como no comentário, mas uma capacidade de formulação de novas proposições indefinidamente. Em outros termos, as proposições que emergem de uma disciplina devem sempre estar inscritas nos limites de uma verdade. Ocorre que tal verdade está inscrita na “verdade” do discurso de sua época. “Portanto, a verdade aparece com um certo grau de fluidez, visto que se desloca na linha do tempo e, por vezes, se torna hegemônica em determinadas épocas e se desvanece noutras” (STOLZ, 2008, p. 173).

Não há entrada no discurso, sem que esteja devidamente autorizado a fazê-lo e, quando o faz, se está sujeito a um estado de coerção, em que o permitido é entremeado por limites estabelecidos, ainda que em nome de uma

aproximação com o telespectador. Assim, nesse trecho final da chamada do último episódio da série, Cid Moreira fala da rememoração dos anos em que foi o apresentador do *Jornal Nacional*: “Relembrar esses momentos foi muito emocionante pra nós, e pra todos os colegas que, um dia, tiveram a responsabilidade enorme de ocupar essa bancada.”

Nenhuma comemoração é inocente. O ato pertence ao campo da memória. Com efeito, na comemoração, surgem outras memórias que são, afinal, seus mecanismos reguladores. Em primeiro lugar, o mecanismo do recalçamento e da exaltação. Na comemoração, há como que uma organização do esquecimento, conta-se uma história, muitas vezes censurada e produto de pressupostos ideológicos e políticos. Em segundo lugar, o mecanismo da unificação e síntese. Neutralizando e apagando as contradições históricas, a comemoração traz um discurso que unifica, organiza e hierarquiza várias memórias em concorrência, que podem unir-se ou excluir-se. Tende-se, assim, a promover o consenso com base numa narrativa coesa, dominante ou mesmo exclusiva:

A emoção pode ser percebida na representação de um objeto em direção ao qual o sujeito se dirige ou busca combater. E como estes conhecimentos são relativos ao sujeito, às informações que ele recebeu, às experiências que ele teve e aos valores que lhe são atribuídos, pode-se dizer que as emoções, ou os sentimentos, estão ligados às crenças. Estas crenças se apoiam sobre a observação empírica da prática das trocas sociais e fabricam um discurso de justificação que instala um sistema de valores erigidos em forma de norma de referência. (CHARAUDEAU, 2015, p. 241)

O autor da citação não trabalha com aquilo que os sujeitos efetivamente sentem, mas como a emoção faz sentido na enunciação. “Não há relação causa-efeito direta entre exprimir ou descrever uma emoção e provocar um estado emocional no outro” (op. cit., p. 34), sendo que o discurso funciona como desencadeador de emoções, embora a autenticidade do que se sente não esteja nele.

O projeto da série produz discurso que confere aos episódios um status de veracidade, como algo que ocorreu “de fato” no passado, tomado como objeto de que se pode falar e quem são as pessoas autorizadas a falarem. “Em relação a todas essas possibilidades de recorrência, a memória e o esquecimento, a

redescoberta do sentido ou sua repressão, longe de serem leis fundamentais, não passam de figuras singulares” (FOUCAULT, [1969] 2002, p. 143). Por fim, lembramos que os enunciados a serem rememorados, ou interditados via esquecimento, estão no bojo do interdiscurso, porque buscar o memorável no jornalismo é reconstruir o já enunciado e que, por uma ou mais razões, permaneceu no tempo.

Foucault ([1968] 2010) indica que a produção e a transformação dos enunciados é definida pelos limites e pelas formas da dizibilidade – o que é possível falar, o que se inscreve como domínio discursivo –, pela conservação – enunciados destinados a passarem sem deixar vestígios e quais se cristalizam na memória, por métodos como a recitação, ou instituições, como a escola e mídia –, pela memória, pela reativação – discursos produzidos em outras épocas, que são reconstituídos no presente – e pela apropriação – a luta pelo domínio dos discursos.

Na retoma dos acontecimentos, como abordaremos com mais ênfase no próximo capítulo, passa pelo jogo do interesse em fazer uma história oficial, que é dada pela naturalização da repetição da narrativa dos fatos em datas determinadas. Dessa forma, a memória é sempre trazida ao presente, em formato de rememoração e comemoração, criando uma ordem dos discursos e fatos inscritos na linha histórica. As falas dos jornalistas promovem essa reativação dos dizeres que, embora enunciados de outra maneira, retomam uma mesma posição da emissora, embora possa ter produzido, na circulação, os efeitos de desculpa. É a luta pelo domínio dos discursos: quem poderia falar sobre a *Rede Globo*? Quem poderia, na hegemonia construída na história, desdizer o que foi dito e é agora rememorado?

Capítulo 3: Naturalização e regularidade sobre erros nos enunciados da série comemorativa

“Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?”. (FOUCAULT, [1971] 2004, p. 09)

Neste capítulo, vamos discutir questões como a naturalização, a regularidade e a questão da materialidade discursiva da imagem. Em seguida, partiremos para a análise do discurso que deu suporte às citações dos “supostos erros” da cobertura da manifestação do movimento das Diretas Já, associadas às comemorações do aniversário de São Paulo, e à edição do debate entre Collor e Lula, ambos citados e justificados pela *Globo*, na série comemorativa dos 50 anos da emissora no *Jornal Nacional*.

A assimilação do modo de produção e de interpretação dos produtos de mídia (tais como as imagens veiculadas em televisão, caso do *corpus* de nosso estudo) refere que há um processo em diferentes temporalidades históricas que são marcas para além da sua materialidade. O quadro sócio-histórico e ideológico do discurso midiático só pode ser percebido e entendido em seus mecanismos e estratégias de funcionamento:

A ideologia do “mostrar a qualquer preço”, do “tornar visível o invisível” e do “selecionar o que é mais surpreendente” (as notícias ruins) faz com que se construa uma imagem fragmentada do espaço público, uma visão adequada aos objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel. Se são um espelho, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontram nos parques de diversões e que, mesmo deformado, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo. (CHARAUDEAU, 2015, p. 20)

Partimos da observação do discurso de naturalização que justificaria a divisão da série em décadas. A produção dos sentidos na mídia, constituída por uma teia de poder que, com frequência, modifica-se, escapa-nos, é observada nas etapas de produção da notícia: iniciando na linha editorial do veículo e que

se “naturaliza” nas reuniões de pauta, seleção dos assuntos, abordagens, interdições e instâncias que estão relacionadas ao jogo político e ao mercado.

Se, por um lado, a memória se apresenta como um instrumento de manutenção de um imaginário de comemoração, marcado pelo discurso oficial que enfatiza os “fatos que marcaram a história”, produzidos e reforçados pelas lembranças a cada década, pela *Rede Globo*; por outro, manifesta-se como forma de apagamento de outras formas de lembrar. No caso da *Globo*, as comemorações se dão a cada cinco ou dez anos, de forma “natural” pelos brasileiros:

A naturalização e a banalização são intrínsecas ao processo de legitimação. E, de ser assim, para que ocorra legitimação, é necessário que se acredite na naturalidade do que se pretende legitimar, o que implica pressupor e assumir que esse objeto ou esse ato sejam vistos não como um produto ou resultado de contingências históricas e sociais e que lhes sejam atribuídas uma ontogênese, uma imanência seja em presença, ou seja, em essência. Daí, pois, o efeito de naturalização. (SILVA; BAPTISTA, 2011, p. 723-748)

A banalização, de que falam os autores, serve como um instrumento para uma estratégia da *Rede Globo* conseguir uma desculpa dos telespectadores, já que o erro não foi “tão” grande. Dessa forma, podemos perceber a construção de um novo sentido de um discurso a cada nova co-ocorrência, na medida em que aparece em contextos variados da sociedade. A praxe da repetição nos permite fazer uma espécie de dossiê, que autoriza determinarmos suas regularidades, para, enfim, chegarmos aos sentidos que eles convocam. O que está em jogo é um direito à memória e, claro, um direito também ao futuro, uma vez que ele é projetado e tem suas bases construídas por efeito de memória.

A enunciação, então, deve ser tomada não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, ou seja, a retomada e a circulação do discurso (ACHARD, 2007, p. 17). Foucault ([1975] 1999) considera que os enunciados estão atravessados por memórias e que, de uma forma ou outra, acabam estabelecendo relações entre um acontecimento do passado e de um futuro previsto, se distanciando de uma homogeneidade e se atualizando em outros enunciados. Essa regularidade não pode ir por novos caminhos ou mudar de imagem brutalmente, a não ser que se tenha noção das tensões cada vez mais difíceis de dominar, de rupturas e mesmo de seu desaparecimento, se os

telespectadores, no caso da *Rede Globo*, não puderem mais se reconhecer nas novas imagens, nas novas interpretações do passado e de sua organização. O que está em jogo é o sentido da identidade individual e do grupo.

Entendemos que a memória é necessária à atualização da percepção da realidade, e é o que torna possível a compreensão das transformações operadas na sociedade. Só assim conseguem-se reelaborar novas (re)significações. De certa forma, nessa luta por criar "lugares de memória" se inserem as políticas de memória.

O que faz a *Rede Globo* comemorar em e por décadas a sua história, suas memórias e a relação dos fatos e não por períodos? Esses períodos poderiam ser, por exemplo, a *Globo* durante e depois da ditadura ou, então, ditadura, transição e democracia? A quem serve esse jogo de comemorar com essas regularidades ou tornar natural o processo por anos redondos, terminados em zero ou em cinco? Poderíamos pensar em Perrone (2002) e em uma fabricação de consensos ou de memória consensual coletiva, sendo formas de recuperação de uma estabilidade nacional utilizada até por governos pós-ditatoriais, como estratégia para apagar um passado de lutas, resistências, contestações e promover um esquecimento. Dessa forma, tem-se um cenário perfeito, de ilusão de que certas práticas são naturais, são menos ou mais importantes e, portanto, legítimas.

Essa legitimação, por ser de natureza institucional, é aplicável aos seus atores sociais, pois os discursos legitimadores pressupõem normas e valores. Explícita ou implicitamente, elas apontam que é lícito dentro do contexto político e social em geral e se processam em contextos institucionais por meio das representações. As representações, por sua vez, são sustentadas pelas influências sociais da comunicação, que possuem (como diz a defesa do jornalismo) a capacidade de constituírem a realidade e a verdade da vida cotidiana dos indivíduos e servem para estabelecer relações de grupo e o sentimento de pertencimento (MOSCOVICI, 2009). Assim, fica claro que esse discurso seja compreendido e assimilado pelo grupo que o pretende validar, principalmente com seus valores, crenças e ideologia.

Sem dispersar do nosso objeto de análise, a série comemorativa da *Globo*, no *Jornal Nacional*, é possível observar que tais procedimentos internos e externos se dão em sua rotina de produção: mecanismos técnicos de

organização, contextualização das matérias, estruturação gráfica do telejornal, projeto, a relação com a linha editorial institucional e o momento sócio-histórico, com o jogo de relações entre as fontes interditas e as autorizadas ao discurso do jornal e aos demais discursos que circulam na sociedade.

Como pretendemos analisar as formulações visuais, temos que observar ainda as condições de produção. Essa noção, discutida originalmente por Pêcheux ([1969] 2010a), faz lembrar que um discurso é sempre pronunciado no interior da relação de forças existentes entre os locutores, constituindo uma série de formações imaginárias “que designam o lugar que o remetente e o destinatário atribuem a si e ao outro” (COURTINE, [1982] 2014). No discurso audiovisual da televisão, essas condições materializam formas de dizer também por meio de signos não verbais, como os movimentos e os enquadramentos da câmera, que filtram e apagam (outros) sentidos.

Nota-se, no imbricamento das imagens, os modos como os signos verbais e não-verbais podem dar novos significados, juntos ou mesmo separadamente:

Importam as palavras usadas assim como a sintaxe do texto, no caso da materialidade verbal. Importam as imagens em seus vários elementos constitutivos, tais como as cores, a relação luz e sombra, a perspectiva, os traços no caso da materialidade visual. E no caso de um texto alocado no espaço digital, importam também os *links*, muitas vezes o movimento de imagens, a sonoridade e a musicalidade, em caso de vídeos. (LAGAZZI, 2011, p. 499)

Entendemos que, sobre as imagens, é preciso olhar no sentido de considerá-las como discurso, tomando a noção de materialidade em sua própria (e peculiar) atrelagem à história, oferecendo-lhe independência com relação ao linguístico, não a tratando apenas como uma redução deste. Segundo Courtine (2006), ao estarmos diante de uma imagem, devemos destacar nela os seus elementos semióticos e históricos, recuperando imagens similares ou questionando suas condições de produção e circulação. Essas condições acrescentam funcionamentos, como abordamos no item seguinte.

3.1 Uma manifestação que vira comemoração

No segundo dia de apresentação da série comemorativa, 21/04/2015, a jornalista e apresentadora do *Jornal Nacional* abre a chamada para as reportagens dos 50 anos da *Rede Globo* desta forma:

Nessa semana que a *Globo* completa cinquenta anos, o *Jornal Nacional* está provocando a memória de dezesseis jornalistas, repórteres que testemunharam a história e relembram os trabalhos que fizeram, os bastidores desses trabalhos e nos levam a uma viagem a 1975.

Quando a jornalista enuncia que são “repórteres que testemunharam a história”, é fato que, a partir dessa proposição, podemos pensar em uma aproximação entre a História e o Jornalismo. Mesmo sabendo que há uma diferença muito clara quanto aos objetivos dessas duas narrativas, elas se seccionam ao usarem práticas de enunciação.

Em uma edição em fusão⁶¹ da imagem da apresentadora, vai surgindo o logotipo da *Globo*, com a trilha sonora que acompanha o projeto. O logotipo vai se afastando, até se tornar o centro do cenário, em formato de um grande círculo. Bonner se aproxima do centro, um lugar de destaque, enquanto os jornalistas-testemunhas se sentam ao redor do grande círculo que dá o contorno:

Figura 14 – Cenário da série comemorativa



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

Quando Bonner aparece na tela, diz:

⁶¹ Fusão é a passagem de uma imagem a outra com sobreposição delas.

Dos estúdios do Projac, no Rio de Janeiro, vamos tratar de mais uma década de história do jornalismo, do jornalismo da *Globo*, das memórias desses colegas aqui, são 16 pessoas trazendo história pra gente. E é um período diferente que **nós** vamos abordar agora. É o período que vai de 1975 até 1984. Um período em que ainda na ditadura, o Brasil começa a querer se libertar dela e chega perto disso.

A “nós” Bonner se refere? Segundo a teoria da enunciação de Benveniste ([1958] 2005), o “nós” não condiz com o plural de “eu”, nem o “vós” consiste em um plural de “tu”. O que acontece é a união de um eu com um não-eu:

Tanto o uso de *nós* se amplifica em uma pessoa mais solene, com maior autoridade no *nós majestático*, quanto se amplifica em uma pessoa mais difusa, com contornos indefinidos no *nós de orador ou de autor*. A mesma análise é feita para *vós*, tanto no uso coletivo quanto no uso de polidez a passagem do *tu* ao *vós* exprime pessoa generalizada. (FLORES et al., 2008, p. 79, grifo do autor).

Por isso, no caso da fala de Bonner, é necessário elucidar o que abrange o conceito de pessoa, de grupo e de empresa. A reportagem que abre a década é a da morte do jornalista Wladimir Herzog (1937-1975). Após algumas reportagens, sobre o período que poderia marcar o fim da Ditadura Civil-Militar no Brasil, o primeiro “suposto pedido de desculpas da *Globo*”, que assume o erro da cobertura do comício das Diretas Já, em janeiro de 1984, é apresentado, mas a questão é acompanhada da palavra “polêmica”.

Aos 17 minutos e nove segundos do vídeo das reportagens⁶² sobre a década entre 1975 e 1984, Bonner explica que já havia mobilizações para as Diretas Já e entra a reportagem de Ernesto Paglia. O vídeo começa com ele, do alto de um prédio e numa passagem⁶³, em que diz:

Mas, à tarde, houve milhares de pessoas que vieram ao centro de São Paulo, para, na Praça da Sé, se reunir num comício que pediu eleições diretas para presidente. A Praça da Sé e todas as ruas vizinhas estão lotadas. No palanque, mais de quatrocentas pessoas. A chuva não afasta o povo. Os oradores se sucedem no palanque e ninguém arreda pé. O governador de São Paulo, Franco Montoro fez o discurso de encerramento.

⁶² *Time code* do vídeo que está na pasta da série dos 50 anos de comemoração da *Rede Globo*, no site da emissora.

⁶³ Jargão jornalístico, conforme definido na página 43, sendo o momento em que o repórter aparece na reportagem.

Figura 15 – Passagem de Ernesto Paglia (1984)



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

Na imagem do palanque, onde o então governador está ao lado do presidente do sindicato dos metalúrgicos, Luiz Inácio da Silva, entram as legendas sobre a fala de Franco Montoro (1916-1999): “Houve passos na luta da democracia, houve a anistia, houve o fim da censura, o fim da tortura, a eleição de governadores, mas é preciso conquistar o centro do poder, que é a Presidência da República.” É o que mostra a imagem a seguir:

Figura 16 – Franco Montoro em comício pelas Diretas Já (1984)



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

Em seguida, há um corte para a imagem de Ernesto Paglia, no estúdio da série comemorativa, assentindo com a cabeça e um sorriso no rosto:

Figura 17 – Ernesto Paglia revê cena das Diretas Já (2015)



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

Nesse ponto, podemos pensar novamente na questão da testemunha, sobre a qual Joly (2007) coloca que imagem e palavra, quase sempre, interagem nessa forma de enunciação. A autora sustenta sua posição partindo da televisão, uma “caixa de imagens” em que impera a “tagarelice” (p. 134). Os argumentos em prol da prevalência da imagem são fundados na natureza icônica do meio televisivo, capaz de informar de maneira imediata e universal. Entretanto, os defensores da “supremacia” do verbal colocam em relevo a possibilidade de clareza e precisão na orientação da mensagem, impossível de se alcançar com uma imagem sem uma narrativa oral. É o que Damasceno (2015) chama, a respeito do telejornalismo, de uma “hierarquia oscilante”. Logo após o corte para Paglia, entra Bonner dizendo:

Essa reportagem que a gente acabou de ver entrou no *Jornal Nacional*, apareceu ali o Ernesto Paglia, esse discurso inflamado do governador Franco Montoro, de São Paulo. Essa reportagem provocou muita **polêmica** (Nesse momento entra um GC⁶⁴ com a palavra “polêmica” sobreposta a Bonner) ao longo de muitos anos, porque, embora ela falasse do comício das Diretas, o texto que introduzia a reportagem, lido pelo apresentador na época, que a gente chama de cabeça esse texto, o texto não falava em início das diretas. (Entra o vídeo da chamada do apresentador Marcos Hummel)

⁶⁴ Caracteres sobre a imagem. Abreviatura de “gerador de caracteres”.

Figura 18 – Bonner após reportagem sobre Diretas Já



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

Antes de analisarmos o vídeo da reportagem com a chamada, é interessante começarmos pela questão da palavra “polêmica” e, em seguida, a modalização autonímica, ocorrida com esse termo, que aparece no vídeo. Dessa forma, nesse caso, foram exibidas as imagens gerais, abertas, de Willian Bonner narrando o texto.

Evocamos o conceito de modalização autonímica, conforme definido por Authier-Revuz (2004). Esse conceito coloca em relevo as marcas gráficas que acompanham a fala do jornalista. A modalização autonímica, originalmente empregada pela autora para a linguagem oral, define-se como o momento em que a linguagem não consegue dar conta, em sua função de mediadora, e deixa de realizar-se de maneira “simples”, transformando-se numa enunciação “complexa” na qual os signos são “desdobrados” sobre uma reflexão metalinguística realizada pelo sujeito falante. “Na modalização autonímica, o dizer apresenta-se como não sendo evidente ‘por si mesmo’ [...] A enunciação desse signo se dobra em uma representação dela mesma” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 179).

A autora explica que a modalização pode ocorrer de modo segmental (por meio, por exemplo, de um autocomentário) ou de modo suprasegmental (aspas, itálicos e entonação). A modalização autonímica, portanto, “configura-se como uma configuração enunciativa mais geral, de autorrepresentação do dizer, suscetível de remeter explícita (em um subconjunto de suas formas) ou

interpretativamente (no caso de sinais tipográficos, aspas, itálicos) no campo do discurso-outro que emerge no dizer” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 11).

Ao dizer que “essa reportagem provocou muita **polêmica**”, aparece ao lado do apresentador, num primeiro plano, a representação gráfica da palavra em destaque. Nesse sentido, a aparição da palavra acaba por realçá-la, exercendo uma função mediadora entre o que se diz e sua autorrepresentação. Exige que seja esclarecido, questionado, interpelado. Percebe-se ainda que, quando o âncora fala tal trecho, a câmera está em movimento de panorâmica⁶⁵, em que se pode ver as expressões não verbais – também indutoras de sentido e capazes de se comportar como modalizações autonímicas. Evitou-se o uso da expressão “erro”, que, por sinal, só vai aparecer mais à frente. No caso analisado, ao dizer “provocou polêmica”, leva-se em consideração a presença do outro, ou seja, a responsabilidade não está inteiramente no “erro” da *Globo*, mas naquilo que surgiu a partir dos interlocutores, da forma como a edição foi recebida.

Essa presença de um interlocutor, que é colocada como a causa da controvérsia, está presente nos sentidos correntes da palavra “polêmica”, como pode ser notado nos dicionários, que apontam como definição a ideia de discussão, controvérsia sobre questões políticas, literárias, científicas etc.

Aos 18 minutos e quinze da reportagem, Marcos Hummel lê a cabeça⁶⁶ da matéria que causou **polêmica**: “Um dia de festa em São Paulo. A cidade comemorou seus 430 anos com mais de 500 solenidades. A maior foi um comício na Praça da Sé.”

⁶⁵ Movimento da câmera, geralmente da esquerda para a direita, mostra parte do cenário em uma única tomada.

⁶⁶ Cabeça é um jargão jornalístico para o texto que antecede a reportagem, apresentando-a ao telespectador para situá-lo do que se trata o assunto.

Figura 19 – Apresentador na cobertura das Diretas Já (1984)



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

Na sequência, corta-se do texto lido da cabeça da reportagem pelo apresentador para, novamente, a aparição de Bonner:

Isso aí, foi visto por muuuitos⁶⁷ anos como uma uma tentativa da *Gloobo* de escooonder as diretas. E, obviamente, depois de muitos anos, também foi reconhecido como um **erro**. Esse **erro** e outros detalhes desse período importantíssimo da história do Brasil você encontra, muito, muito ricamente ilustrado com vários depoimentos no *Memória Globo* [aqui aprece na lateral de Bonner a indicação de outra plataforma – internet – e o endereço eletrônico], um site que você deve visitar. Não só pra ver esses casos, para rever, reouvir, conseguir se aprofundar a respeito de todos os temas que a gente está discutindo aqui e outros tantos que não vão caber nesse programa. Vale sempre uma visita à *Memória Globo*.

Nesse trecho, começamos a análise pela modalização autonímica oral do Bonner, em “muuuuito tempo”. Se acima explicamos a questão na forma gráfica, dessa vez é na entonação, da forma oralizada, que consideramos o mesmo conceito para que determinadas expressões sejam realçadas.

A próxima questão a ser pensada é como o jornalista apresenta o erro. “E obviamente depois de muitos anos também **foi reconhecido** como um erro”.

⁶⁷ Forma que utilizamos aqui para marcar graficamente um prolongamento na pronúncia dessas palavras, perceptível na entonação do apresentador. É o mesmo recurso utilizado nas palavras “*Globo*” e “esconder”, no mesmo trecho.

Notamos aqui o uso da voz passiva, uma estrutura sintática, frequentemente associada a uma contraparte ativa, que tem como principal característica o fato de apresentar o paciente da ação como sujeito sintático, cujo uso se dá para garantir a manutenção do tópico do discurso, quando um paciente precisa ser retomado ou, no caso do enunciado, quando o agente da ação é omitido. Sobre o assunto, Benveniste ([1958] 2005) coloca que o sujeito que, primeiramente, era visto como atuando no mundo pela intenção sobre si próprio, passa, na voz passiva, a ser atuado pelo mundo. O agente converte-se em paciente.

A opção pelo emprego da voz passiva aponta para alguns efeitos de circulação, pois, ao omitir o agente do reconhecimento, seja a *Rede Globo* ou outro, o “foi reconhecido”, como voz passiva, antecipa ao telespectador o contrário do sentido da palavra: ele fragiliza, torna-se secundário. Ao mesmo tempo, essa construção distancia os agentes da ação, uma suposta confissão da *Globo*. Ela é usada como uma estratégia de ilusão. A passiva permite enunciar sem se responsabilizar implícita ou explicitamente. Os agentes, enfatiza a sintaxe, seriam aqueles que dariam força ao enunciado de um reconhecimento da direção da emissora, mas que poderia colocá-la numa posição de não confiável. Pelo uso da voz passiva, o agente se torna apenas um complemento da ação.

Na segunda parte do excerto iniciada no momento em que Bonner começa a sugerir a consulta ao site *Memória Globo*, toda a ação passa a ser atribuída ao interlocutor, a quem compete todas as ações: “você encontra...”, “você deve visitar...”, “vale sempre uma visita...”. Por outro lado, o que fazer nessa visita é enunciado também pelo jornalista: “rever”, “reouvir”, “conseguir se aprofundar”, o que de certa forma direciona ações de tomada de posição, transformando numa recepção “passiva” (como se fosse possível de acontecer), idealizada na *persona* de quem assiste ao jornalístico.

Está em jogo a série de formações imaginárias que, conforme Pêcheux ([1969] 2010a) se fazem presente no discurso. Estão em relação um sujeito A (a *Rede Globo* e Bonner como porta-voz) e um destinatário B (os telespectadores), que estão em lugares determinados na estrutura social e que, portanto, têm suas ideias e posições sobre política e erros, o referente (R). Mais do que estarem representados, eles lugares são transformados nos processos discursivos, o que aponta para a contestação feita por Pêcheux ([1969] 2010a) sobre o esquema

comunicacional proposto por Roman Jakobson. Nos processos discursivos, funcionam, como explica Pêcheux ([1969] 2010a), um conjunto de formações imaginárias que designam os lugares, conforme já definimos anteriormente.

Da mesma forma que a presença constante da voz passiva permite identificar, junto aos demais elementos, uma imagem do interlocutor, Bonner, como o interlocutor A, também tem sua imagem projetada e construída pela *Rede Globo* como um porta-voz. Na abordagem sobre o ritual (p. 56), já detalhamos algumas características dessa imagem. Ressalta-se que tomamos o termo porta-voz conforme a definição de Zoppi-Fontana (1997),

A figura do porta-voz é definida como um funcionamento enunciativo de mediação da linguagem, como forma nova de enunciar a palavra política, através da qual um sujeito pertence a um grupo, e reconhecido pelos outros integrantes como igual, destaca-se do resto como centro visível de um nós em formação, que o coloca em posição de negociador potencial com o poder constituído. (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 20)

Nessa posição, o editor-chefe se coloca ora na posição do telespectador, ora na posição de representante da *Globo*, num jogo constante de “eus” no mesma posição, indicando caminhos que podem ser apaziguadores aos dois lados. Isso é apontado por Pêcheux como a representação do porta-voz:

O porta-voz se expõe ao olhar do poder que lhe afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato com o adversário exterior. (PÊCHEUX, [1982] 1990b, p. 17).

Para construir essa imagem, o jornalista traçou uma trajetória rememorada pela história oficial da emissora, começando na *Rede Globo* como apresentador e editor de uma edição local até chegar à bancada do jornalístico de maior audiência nacional. Bonner também lançou um livro contando a história oficial do *Jornal Nacional*, com a concordância da família Marinho. Ganhou o prêmio mais importante da televisão mundial, o *Emmy*, pela cobertura do *JN* sobre a ocupação pelas forças policiais no morro do Alemão, no Rio de Janeiro. Depois disso, foi convidado a conduzir a equipe que mudaria a linguagem do telejornal depois de quase 50 anos, tirando os âncoras da bancada e dando

liberdade de movimentação e autonomia a pequenos comentários desde que não se configurem como editoriais⁶⁸, ou seja, que não explicitem a posição da emissora sobre um ponto de vista⁶⁹. Essa trajetória e a imagem de Bonner produzida como enunciador fazem dele o “negociador potencial” de que fala Pêcheux, uma vez que consegue reunir os atributos para enunciar para quem está na mesma posição que ele e também para se dirigir, como porta-voz, àqueles que poderiam ser os “adversários”. Essa posição permitiu a ele que apontasse os “mal-entendidos” que a *Globo* cometeu ainda que sob a pecha de um “aprendizado” e apagando a relação entre aprender e não repetir erros, o que não aconteceu.

O trecho que estamos analisando utiliza um advérbio de afirmação “obviamente” como um operador argumentativo sobre o erro, embora não seja uma admissão ou confissão da emissora. Ao utilizá-lo, o sentido produzido é de algo evidente, conspícuo, claro, que não poderia ser diferente, ter tomado outro caminho a não ser este do “reconhecimento” do erro, o que, na argumentação construída pelo âncora, também passa a justificar, portanto, o pouco espaço a isso dedicado à discussão.

É neste trecho também as únicas aparições da palavra “erro”. No entanto, na argumentação construída, ela aparece apenas para indicar, de modo propagandístico, outros produtos da emissora, no caso, o site *Memória Globo*: “Esse erro e outros detalhes desse período importantíssimo da história do Brasil **você encontra**, muito, **muito ricamente** ilustrado com vários depoimentos no *Memória Globo*, um site que você deve visitar”.

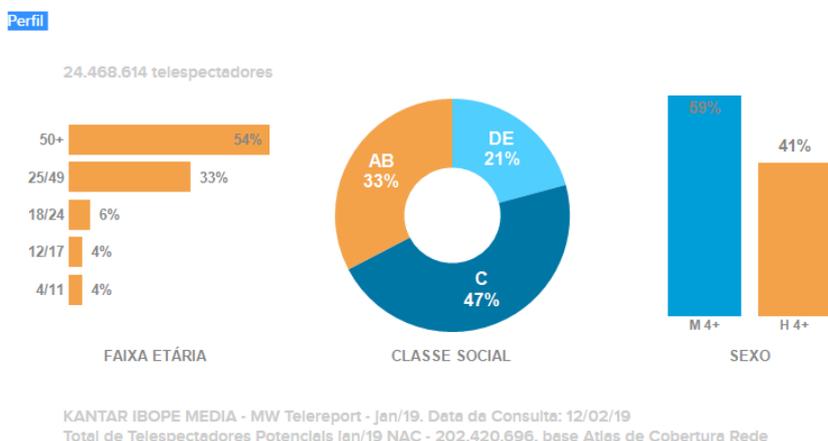
Nesse trecho, Bonner convoca o telespectador a procurar o erro em outra plataforma, ainda que da mesma formação discursiva. Mas o telespectador da TV não é necessariamente o usuário da internet. Quando ele assiste à televisão, espera que se resolva tudo nesse mesmo espaço, ainda que a chamada

⁶⁸ No jornalismo, um editorial é um gênero discursivo em que o veículo de comunicação expõe sua opinião sobre determinado assunto.

⁶⁹ Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/william-bonner.htm> Acesso em 31 mar. 2019.

Geração Y⁷⁰ faça uso de múltiplas telas, ela não é o público expressivo do JN⁷¹, como demonstra o gráfico a seguir:

Figura 20 – Perfil de telespectador do *Jornal Nacional* (2019)



Fonte: *Negócios Globo*

Nota-se aqui também uma demonstração do furo constitutivo da linguagem, conforme Pêcheux ([1975] 2010b): Bonner embora seja (re)conhecido como jornalista e sua imagem de porta-voz tenha sido construída a partir desta posição, é formado em Publicidade e Propaganda, como consta no *Memória Globo*. Nesse trecho do processo argumentativo, misturam-se as funções: de um lado a objetividade e a credibilidade pretendidas do jornalista, mas, de outro, aparece o papel de divulgador do publicitário.

Dois parágrafos antes, destacamos, em negrito, duas expressões que exercem, respectivamente, o papel de operador argumentativo e de glosa (AUTHIER-REVUZ, 2004). Em “você encontra”, explicita-se que não se trata de um tema que a televisão quer discutir ali. E em “muito ricamente” têm-se um indício de uma não-coincidência entre a palavra e a coisa. É a percepção, por parte do enunciador, de que se está diante de uma possibilidade de deriva, de um desacordo entre o que se diz antes e o que se dirá depois. “muito ricamente”

⁷⁰ É um conceito da sociologia que se refere aos nascidos entre 1980 e o final da década de 1990. É a geração que viu nascer a internet e as novas tecnologias.

⁷¹Disponível em: <http://negocios8.redeglobo.com.br/Programas/Paginas/Jornal%20Nacional.aspx>. Acesso em: 31 mar. 2019.

funciona como glosa ao tentar mensurar o nível e esclarecimento exercido pelos vídeos e textos.

As glosas (AUTHIER-REVUZ, 2004), como exemplo de metaenunciação, cumprem algumas das funções discursivas discutidas já anteriormente, de uma forma não excludente, mas, simultaneamente, mostrando que tipo de sujeito é esse que fala; revelando o nível de envolvimento do sujeito com aquilo que enuncia; desvelando as suas intenções pragmático-argumentativas, na tentativa de convencer ou manipular, além da forma de condução do enunciado.

A relação do Jornalismo com o erro sempre foi um tema que causa grande silêncio, principalmente pela relação intrínseca estabelecida entre o jornalismo e a ideia de verdade. Na perspectiva adotada pelo jornalismo, a de “transmissão da informação”, de “objetividade” e de “neutralidade”, os erros colocam-se, como afirma Soster (2003, p. 308) como elementos que “comprometem a qualidade da informação e, conseqüentemente, o eixo da credibilidade do jornalismo”. O autor diz que os erros poderiam, assim, ser "classificados como ruídos de linguagem e imprecisão jornalística" (SOSTER, 2003, p. 310). Embora a concepção de linguagem adotada pelo autor e, de modo geral, pelo Jornalismo, seja distinta daquela que aqui empregamos, retomamos essa citação de modo apenas a reforçar como o erro é assunto, ao mesmo tempo, pouco discutido, mas central na prática jornalística e seus efeitos.

Dessa forma, resta um caminho de como a questão do falso e do verdadeiro pode ser analisada, na medida em que as considerações são tecidas na realidade dos discursos. A materialização dessas relações entre poder e verdade é dada por meio da palavra, do discurso.

Assim, é importante entender que a menção a esses eventos está associada a um certo ritual de discurso, no qual a emissora faz sua própria confissão, apesar de todos os outros discursos que possam existir e condená-lo:

A confissão é um ritual (...) que se desdobra numa relação de poder, porque não se confessa sem a presença, pelo menos virtual, de um parceiro, que não é simplesmente um interlocutor, mas a instância que exige confissão, impõe, avalia e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar e reconciliar; um ritual em que a verdade é autenticada pelo obstáculo e resistência que teve que superar para formular um ritual, enfim, onde apenas a enunciação, independentemente de suas conseqüências

externas, produz naqueles que articulam modificações intrínsecas. (CASTRO, 2013, p. 82)

Dessa forma, a reportagem, ao ser acessada pela internet em outro momento, estará no mesmo site que os menciona como "erros", dando-lhe, então, novo significado e configurando-o como uma confissão, que ocorre na internet, mas não na TV, em que essa questão é tratada como polêmica e não como erro.

3.2 As eleições de 1989 e o “trabalho eclipsado”

No quarto dia da série, 23/04/2015, Renata Vasconcelos lê a cabeça que chama as reportagens da série:

Nesta semana que a *TV Globo* faz aniversário, nós reunimos 16 jornalistas para relembrar os bastidores das grandes coberturas em 50 anos. O capítulo de hoje vai de 1985 até 1994, a década em que o Brasil reencontrou a democracia.

Dessa vez, o vídeo da série não começa com o Bonner, mas com uma edição frenética, com imagens em segundos, em sequência, mostrando cenas de manifestações, repórteres e sobe-som⁷², anunciando que faltava apenas um voto para o candidato Tancredo Neves, do MDB, partido de oposição à ditadura, tornar-se presidente. Na sequência, aparece o anúncio do voto, um sobe-som dos fogos de artifício estourando e a imagem do repórter que cobria a votação, Luis Fernando Silva Pinto. Sorrindo, ele anuncia: “O Brasil tem um novo presidente civil, Tancredo Neves”. Com a voz em *off*, corta para o estúdio, onde Gloria Maria e Fátima Bernardes, além do próprio repórter, na sequência, sorriem.

Os assuntos se sucedem com a cobertura da doença e morte de Tancredo, a explosão da usina nuclear de Chernobyl⁷³, na Ucrânia, o vazamento

⁷² Quando o áudio do som ambiente fica em destaque, sem trilha e narração.

⁷³ Foi a explosão da usina nuclear de **Chernobyl** em 1986, quando a Ucrânia era parte da antiga União Soviética. Uma sobrecarga de energia durante um teste de capacidade provocou o acidente.

do Césio 137⁷⁴, em Goiás, a queda do Muro de Berlim, na Alemanha, além da Constituição de 1988.

O assunto seguinte também faz parte do nosso *corpus*, as eleições a presidente em 1989 e a edição do debate entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, representando a esquerda, e o candidato do PRN, Fernando Collor, representando a direita, com o slogan de “caçador de marajás”. Mais uma “polêmica” na enunciação da emissora.

Discutamos as condições políticas em que Brasil se situava, antes de seguirmos com a análise da reportagem. Em 1989, os brasileiros passavam por um momento decisivo na vida política do País. Depois de 29 anos, ia-se às urnas para escolher o presidente da República, por meio do voto direto. A eleição estava dividida em dois turnos e muito disputada. Eram 23 candidatos, entre os quais estavam os líderes dos principais partidos políticos. A *Rede Globo* era a emissora que mais se dedicava à cobertura do processo eleitoral. Antes do primeiro turno, a *TV Globo* exibiu o programa *Palanque Eletrônico*, no qual fez entrevistas com os dez principais candidatos à Presidência, de acordo com as projeções de votos do Instituto Ibope, acertadas entre os partidos políticos, a Justiça Eleitoral e a própria emissora.

Tudo estava dentro da Lei Eleitoral vigente no período, pois os partidos menores, sem representação na Câmara Federal, ganharam compensações, com insertes nos telejornais. No primeiro turno, Fernando Collor (PRN) saiu vitorioso, com 20,6 milhões de votos (o equivalente a 28% do total). Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conseguiu 11,6 milhões de votos (16,08% do total), conquistando a outra vaga⁷⁵. Entre os dois turnos, houve dois debates entre os candidatos. O primeiro foi realizado nos estúdios da *TV Manchete*, no Rio de Janeiro, em 3 de dezembro. O segundo, no dia 14, foi nos estúdios da *TV Bandeirantes*, em São Paulo. Ambos foram transmitidos na íntegra, por um *pool*

⁷⁴ O acidente com o césio-137 foi um grave episódio de contaminação por radioatividade no Brasil e o maior do mundo ocorrido fora das usinas nucleares. A contaminação ocorreu em 13 de setembro de 1987, quando um aparelho utilizado em radioterapias foi encontrado dentro de uma clínica abandonada e desmontado por dois catadores de ferro-velho. O acidente foi classificado como nível 5 (acidentes com consequências de longo alcance) na Escala Internacional de Acidentes Nucleares, que vai de zero a sete, em que o menor valor corresponde a um desvio, sem significação para segurança, enquanto no outro extremo estão localizados os acidentes graves.

⁷⁵ Dados do site da Justiça Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br>. Acesso em: 14 jun. 2018.

das quatro principais emissoras de televisão do País: *Globo*, *Bandeirantes*, *Manchete* e *SBT*. No dia seguinte, a *Globo* apresentou duas matérias com a edição do debate, uma no *Jornal Hoje* e outra no *Jornal Nacional*. A lei não impedia essa prática jornalística, desde que tivessem uma edição equânime, sendo distribuídos, a todos os candidatos, o mesmo espaço e, principalmente, o mesmo tempo de exposição.

As duas edições – a do *Jornal Hoje* e a do *Jornal Nacional* – foram questionadas pela população e também pela Justiça. A primeira por apresentar um equilíbrio entre os dois candidatos, o que não existira, já que ambos foram combativos e os ânimos chegaram a se alterar em alguns momentos. O segundo questionamento foi por privilegiar o desempenho de candidato Collor. Foi justamente essa segunda que provocou acusações à *Rede Globo*. O caso chegou à Justiça e ficou provado que a emissora cedera um minuto e doze segundos a mais ao candidato do PRN⁷⁶.

Feita essa contextualização, partimos então para a chamada do diretor do projeto dos 50 anos da *Globo*, o jornalista Willian Bonner, para mais um enunciado que envolve o erro da *Rede Globo*:

Bonner: Essa foi uma eleição que... que... teve um investimento enorme também de todos nós.

(Bonner aqui está enquadrado em close⁷⁷. Ele sai de quadro e entra imagens de eleições e a narração fica em off).

Bonner: A gente fez uma eleição, uma cobertura muito, muito intensa, mas esse trabalho todo que a gente fez acabou no fim **também ficando eclipsado por uma polêmica** *(entra a palavra polêmica num primeiro plano, em fusão com as imagens do cenário)* que surgiu, que era a edição do debate de segundo turno entre Fernando Collor e Lula.

(Entra, então, uma nota coberta com imagens de arquivo e narração de Cid Moreira)

Cid Moreira: Foi o duelo entre os dois candidatos pela televisão. Durou quase três horas.

⁷⁶ No site da *Rede Globo*, o *Memória Globo*, na aba *Erros*, estão os depoimentos de todos os envolvidos na edição do debate. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/erros/debate-collor-x-lula.htm>. Acesso em 28 out. 2018.

⁷⁷ É um enquadramento fechado, mostrando apenas uma parte do objeto ou assunto filmado - em geral o rosto de uma pessoa.

(A imagem volta para Bonner)

Bonner: Um debate entre candidatos é um confronto de ideias, de argumentos, que precisa ser visto no todo, por inteiro. Resumir o debate, como se faz, por exemplo, num jogo de futebol, com melhores momentos da partida, o que foi a ideia na época, é um risco enorme, porque qualquer seleção de trecho sempre vai poder ser **questionada**... E foi isso que aconteceu. **Além do que**, a edição acabou deixando o tempo total de fala de Collor maior que o tempo do Lula. Foi um aprendizado importante para a *Globo*, para o jornalismo da *Globo*. A gente lembra que a democracia ‘tava’ ressurgindo no Brasil. Naquele momento o jornalismo estava começando a trabalhar com o ressurgimento da democracia. A *Globo* reconheceu o erro de tentar editar um debate político. **Isso foi público, né?** E os textos e vídeos que esclarecem esse episódio, com uma grande riqueza, estão disponibilizados **também** no site do *Memória Globo*. Vamos em frente?

Começamos a análise pela relação de poder entre Bonner e os repórteres que fazem parte do projeto. Entendemos que o poder em Foucault reprime, mas também produz efeitos de saber e verdade:

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam [...] em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (FOUCAULT, [1979] 2015a, p.182)

O poder, como verdade, vem se instituir ora pelos discursos dos sujeitos que o produzem, ainda que motivados ou obrigados por outrem, ora pelos movimentos dos quais eles próprios tornam-se vitimados pela própria organização que os acomete e, por vezes, sem consciência e reflexão:

Para assinalar simplesmente, não o próprio mecanismo da relação entre poder, direito e verdade, mas a intensidade da relação e sua constância, digamos isto: somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar, temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la.(FOUCAULT, [1975] 1999, p. 29)

Foucault evidencia que a modernidade trouxe duas vertentes do poder, que se interligam: poder disciplinar, no âmbito dos indivíduos; e sociedade estatal, no âmbito do coletivo. E é esse primeiro conceito que vamos tomar para a análise, uma vez que, segundo o autor, a disciplina serve para dominar o sujeito, organizar espaços e fazer do ser humano um indivíduo, alvo do poder

disciplinar, pois através dela é que ele se torna manso, de fácil manipulação, fácil domínio a fim de ser utilizado de forma mais prática. Bonner, ao centro do cenário, faz a mediação do que o telespectador assiste, recebe. Ele é quem está autorizado a falar e a expor o que a *Globo* fez e o que o telespectador recebeu:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem a função maior de “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. [...] “Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais - pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. (FOUCAULT, [1969] 2002, 143)

Dessa maneira, o material jornalístico traz uma pré-disposição à veracidade das informações. A credibilidade, no processo de absorção e manutenção do poder, é determinante e deve ser levada em conta neste processo. Escolhido pela direção da *Rede Globo* para dirigir o projeto e que estaria autorizado a mediar coberturas “polêmicas”, o jornalista se constitui por papéis, interdições e silenciamentos:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. [...] O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar. (FOUCAULT, [1971] 2005, p. 5-8)

No fio do discurso, notam-se claramente elementos linguísticos que permitem concluir como o poder está associado, nesse caso, a uma estratégia de esquiva em relação aos erros, regularidade que se observa entre esse trecho e o anteriormente analisado sobre o movimento das Diretas. Se, naquele caso, o distanciamento da ação se deu pela voz passiva, aqui são as formas impessoais que cumprem esse papel: “Resumir um debate” ou, então, a utilização de formas nominais genéricas, como “a gente” e “a edição”, levando a um apagamento do agente quando se tem, de forma clara, a ação da emissora.

Quando Bonner enuncia: “A **gente fez** uma eleição, uma cobertura muito, muito intensa, mas esse trabalho todo que a gente fez acabou no fim também ficando **eclipsado por uma polêmica**”. Aqui, o termo “a gente” é usado como

um substituto genérico do “nós”, que, por um funcionamento jornalístico, utiliza a palavra como um elemento popular, de proximidade, para criar identidade. Há uma ambiguidade colocada em jogo, que permite fazer com que o efeito de “nós” ou “a gente” seja inclusivo (*Rede Globo = população/telespectadore*) ou exclusivo (*Rede Globo = jornalistas, equipe*).

Mas e a palavra “eclipsado”? Bonner também utiliza um verbo vicário⁷⁸ para se referir ao que foi feito: “a gente **fez** uma eleição”. Como uma metaenunciação, na sequência, aparece “uma cobertura”, no entanto, também está no enunciado de Bonner um furo: apesar de aparecer numa relação sinonímica como “a gente fez uma cobertura da eleição”, há um lapso se constituindo: toda a crítica em relação à *Rede Globo* sobre este assunto e a própria condenação judicial giram em torno do fato de que, ao favorecer um candidato com tempo maior e uma edição que o apontava como “vencedor” do debate, a emissora teria influenciado nos resultados das eleições: “a gente fez uma eleição” também produz esse efeito, embora sem que haja aqui uma relação com a admissão do erro, pois, na sequência, o que aparece é menção à “cobertura”.

Os termos “cobertura” e “edição” são utilizados no trecho como transparentes, apagando-os como resultado de um processo. Em televisão, a reportagem colocada no ar nunca é um processo individualizado, em que uma única pessoa desempenha todas as etapas. A edição começa muito antes da ilha (local em que está o equipamento para cortes da reportagem), ainda na reunião de pauta. São os editores com o editor-chefe e o chefe de reportagem que definem os ângulos em que a matéria será realizada (cobertura). Após isso, o editor, em contato frequente com o repórter na rua, auxilia e conduz a reportagem nos limites pré-estabelecidos que o telejornal quer mostrar. Depois disso, de uma forma individual, o editor realiza o corte de texto, fontes e depoimentos gravados, para ajustá-lo à linha editorial e ao tempo definido para cada reportagem. O editor fica numa ilha, isolado espacialmente de outros integrantes da equipe, além da técnica que utiliza para seu trabalho com base nos pilares jornalísticos. Encontra-se aí a subjetividade, o olhar dele sobre o

⁷⁸ Verbo vicário é aquele que é usado para substituir outro.

produto final e o impacto da linha editorial que, como um processo ideológico, promove certa padronização e regularidades discursivas.

Podemos recuperar o conceito de “silenciamento” (ORLANDI, 1992). Quando se trata do não-dito, afinal, o efeito de sentido “erro” é substituído por “polêmica”, por “eclipsado”, podemos pôr em relevo a questão da sua incompletude, lembrando que todo discurso é uma relação com a falta, o equívoco, já que toda linguagem é incompleta: “[...] Há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer” (ORLANDI, 1992, p. 12). Assim sendo, entende-se que nem os sujeitos, nem os discursos, nem os sentidos estão prontos e acabados. Eles estão sempre se (re)construindo no movimento constante do simbólico e da história.

Se o “não-dizer” significa “eclipsado por uma polêmica que surgiu” apresenta-se como um desvio do sentido de erro. “O silêncio fundador não recorta: ele significa em si. E é ele, afinal, que determina a política do silêncio⁷⁹: é porque significa em si que o não-dizer faz sentido e faz sentido determinado” (ORLANDI, 1992, p. 51). Para reforçar o mesmo funcionamento, em outros enunciados da mesma fala, podemos tomar os exemplos a seguir da fala de Bonner: “Resumir o debate como se faz, por exemplo, num jogo de futebol, com melhores momentos da partida, que foi a ideia na época, é um risco enorme” e “qualquer seleção de trechos, sempre vai poder ser questionada.”

Nota-se que, ao enunciar, a ideia de erro é novamente amenizada: não se reconheceu qualquer ideia de edição desvantajosa para um dos candidatos, mas, sim, a proposta de “resumir o debate”, com os “melhores momentos”. Em vez de nomear como um erro, a nomeação é de um “risco enorme”. Importante notar o uso, na sequência que “qualquer” seleção poderá levar a um questionamento: novamente parte-se da ideia de um interlocutor que faz a interpretação dessa edição. Ainda nesse trecho, aparece uma construção na voz passiva “sempre vai poder ser questionada”. Nesse aspecto, tem-se a não explicitação de um sujeito ou sujeitos. Como voz passiva, caberia a pergunta a respeito de um agente da passiva: questionada por quem? A não explicitação

⁷⁹ Orlandi expõe dois pontos em que o silêncio é presente, não como ausência de sons, mas como algo que significa e que se distingue do implícito, que precisa do “dito” para colocar-se sob o sentido: o silêncio fundante e o silêncio como política de censura.

evita, assim, a atribuição de responsabilidades. Embora haja uma “polêmica” e um questionamento, ninguém é responsabilizado por elas.

Outra proposição do enunciado de Bonner nos faz pensar a respeito do verbo “resumir”, que o jornalista emprega para se referir a um dos possíveis “erros” da *Globo*, para editar o debate entre os dois candidatos, Lula e Collor. O outro erro seria o fato de a emissora estar (re)aprendendo a fazer jornalismo de forma livre, democrática e experimentando os limites de uma nova forma de governo.

O primeiro conceito acionado aqui é o da regularidade, já discutido anteriormente, sob a ótica foucaultiana, que, nesse trecho, assume uma forma norteadora para explicar a questão, já que os discursos de justificativa, produzidos pelos jornalistas, sobre a prática profissional, tratam de valores e de comportamentos e convocam a ingressar em um mundo ético projetado a partir de um conjunto de particularidades:

O enunciador não é um ponto de origem estável que se “expressaria” dessa ou daquela maneira, mas é levado em conta em um quadro profundamente interativo, em uma instituição discursiva inscrita em uma certa configuração cultural que implica papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos, um suporte material e um modo de circulação para o enunciado. (MAINGUENEAU, 2013, p. 75).

Quando Bonner medeia a situação, dizendo que resumir o debate não é como resumir o futebol, ele levanta a questão, então, de que tudo na TV poderia ser resumido, como o futebol, a novela, os fatos, as notícias, os shows.

Futebol não é debate político. Enquanto, no evento esportivo, é fácil apontar e provar a supremacia técnica e tática sobre o adversário, no campo da política esses elementos não valem. Não existem definições de uma “saia-justa” como há para um “gol de bicicleta”, quando o jogador inclina o seu corpo, no ar, impulsionado por um salto e faz o gol. Na política, as estratégias podem mudar de acordo com um simples gesto e não há definições técnicas ou em dicionário como há no futebol. A questão da comparação entre política e futebol já foi discutida por Pêcheux ([1983] 1990a), na análise feita do enunciado “*on a gagné*”, proferido pelas ruas de Paris no dia da vitória de François Mitterand (10/05/1981):

Tomados pelo ângulo em que aparecem através da mídia, os resultados eleitorais apresentam a mesma univocidade lógica {dos resultados esportivos}. [...] mas, simultaneamente o

enunciado “on a gagné” é profundamente opaco: sua materialidade léxico-sintática (um pronome indefinido em posição de sujeito, a marca temporal-aspectual de realizado, o lexema verbal “gagné”, a ausência de complementos) emerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc – isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos e com uma estabilidade lógica variável. (PÊCHEUX, [1983] 1990a, p. 23)

Nos enunciados, Bonner despreza o fato de que resumir significa escolha, estar à mercê de uma polifonia e ideologia, próprios do espaço de fala. Se resumir está presente na linguagem da televisão que pretende, com essa ação, aproximar-se, alcançar o maior número de pessoas, com diferentes graus de escolaridade, por que apenas num debate não se pode fazê-lo? É nesse momento que o editor-chefe do *JN* diz o enunciado: “A *Globo* reconheceu o erro de tentar editar um debate político. Isso foi público, né?”

Bonner usa de recursos de expressão da comunicação não verbal para dar suporte às palavras que contornam o erro. A ênfase funciona como marcador de modalização autonímica, especialmente quando olha para a câmera, ao final, e diz, numa fala em que o *close* estabelece uma relação direta do âncora com o telespectador: “Isso foi público, né?”. Essa tentativa de reforçar a interação, o já-sabido, marcado pelo uso do “né”, aparece justamente após a única utilização da palavra “erro” em todo o trecho, marcado por um verbo no passado: “A *Globo* **reconheceu** o erro de tentar editar um debate político”. Para reforçar tal reconhecimento, Bonner cita, novamente, a existência do site *Memória Globo*, onde estão disponibilizados “**também**” os “textos e vídeos que esclarecem esse episódio, com uma grande **riqueza**”.

Destacamos, em negrito, duas expressões que exercem, a exemplo do enunciado sobre as Diretas Já analisado, o papel de operador argumentativo e de glosa. Em “também”, explicita-se que não se trata do único reconhecimento do erro feito pela emissora. A mesma estratégia exercida um dia antes, quando a emissora justificou sua posição editorial em cobrir o manifesto a favor das eleições diretas como um ato do aniversário da cidade de São Paulo.

Em outra análise a respeito desses supostos erros, Fabbri Junior (2015) demonstra que tal estratégia tem um impacto direto para o sujeito, haja vista que este se revela ou se oculta na hora de fazer a escolha, argumenta ou manipula,

expõe-se ou se protege, afasta-se ou se aproxima do outro com quem dialoga. Este, então, produzirá efeitos na medida em que evocar um já-dito, seja pelo efeito de lembrar, seja pela redefinição de algo já conhecido e reconhecido, seja ainda pela ruptura nessa mesma memória.

Bonner termina a fala e o assunto com uma interrogação novamente voltada ao telespectador, em *close*: “Vamos em frente?”. Ao interromper o fio da narrativa, Bonner rompe também com a sequência que a nota coberta vinha assumindo e sustenta uma interpretação sobre o fato social (o erro da edição do debate entre Fernando Collor e Lula). O “vamos em frente” marca, de fato, a interrupção verbalizada e realizada. Dessa forma, estaríamos frente a um enunciado a partir do qual saberes e sentidos se movimentam, se (re)organizam, provocam novos efeitos de sentido, a ponto de instaurar uma ruptura.

As imagens do jornalista são produzidas entre palavras, movimento da câmera, na sucessão dos planos, na forma em que rompe com a narrativa, considerando também propriedades discursivas do verbal e seus sentidos e as propriedades discursivas do visual e seus sentidos.

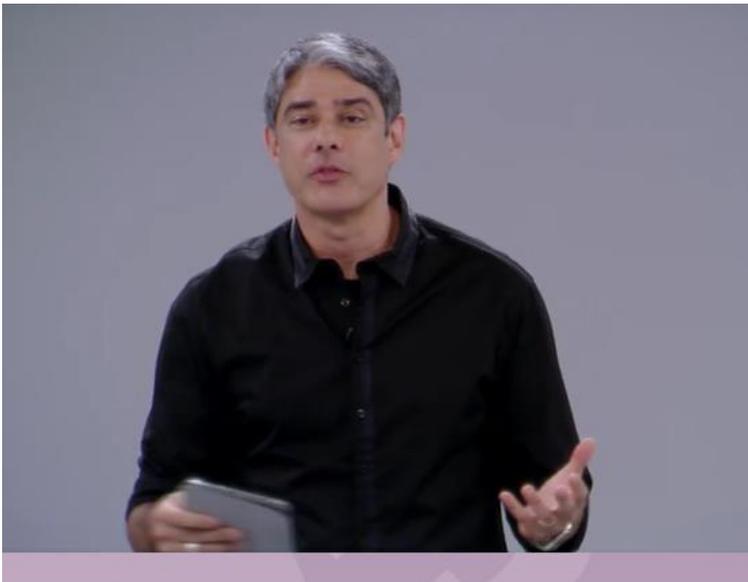
Em nosso gesto analítico, consideramos tanto os sentidos produzidos pela repetição da imagem, contendo elementos significativos produzidos por um encadeamento de enquadramentos específicos da câmera, tais como as imagens de reportagens de arquivo, que traziam Lula e Collor em cenas do debate e campanha, além da posição e movimento da câmera (aberto, plano americano e *close*), os efeitos visuais (inserção de caracteres, foco, desfoque etc.), os cortes na edição, a relação tecnicamente produzida de velocidade-pausa e a modulação da voz do jornalista.

Figura 21 – Cenário da série com modalizações



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

Figura 22 – Bonner em *close*



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

Figura 23 – Bonner em close com efeitos de grafismo



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

Dessa forma, entendemos, como Foucault ([1973] 2009b), a regularidade como uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua similaridade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas. É importante observar que essa regularidade dos enunciados pode implicar na existência de uma memória, de uma teia de já-ditos, revelando possibilidades de qualquer sequência discursiva da qual possamos nos debruçar, de conter um processo de (re)atualização do passado nos acontecimentos discursivos do presente. São essas regularidades que nos permitem descrever efeitos de memória, redefinições, transformações, esquecimentos, rupturas, negações e assim por diante.

3.3 Outra plataforma e um deslizamento

No campo da Comunicação Social, as novas tecnologias digitais trouxeram um impacto bastante profundo. A informação, antes limitada pelas mídias *off-line*, pode circular de forma intensa por diferentes canais, sistemas midiáticos e administrativos, além de criar um fluxo altamente ativo dos consumidores, que elege a inteligência coletiva como nascente de seu potencial de consumo e compartilhamento. Na atualidade, os conteúdos de novas e velhas mídias se tornam híbridos, reconfigurando a relação entre as tecnologias, indústria, mercados, gêneros e públicos. Esse cruzamento e convergência de mídias alternativas e de massa que é assistido por múltiplos suportes, estabelece

essa nova era. Jekkins (2008) cunha um conceito para definir as transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais, o que ele chama de “Cultura da Convergência”, baseado no tripé: convergência de mídia, inteligência coletiva⁸⁰ e cultura participativa. Sem ser determinista tecnologicamente, o autor propõe o termo em uma nova cultura social mundial.

Como uma grande empresa de mercado, a *Rede Globo* se utiliza desses canais convergentes para fragmentar informações e notícias. Além de TV e jornais, *off-line*, a emissora mantém também canais *on-line*, como o site *Memória Globo*, dentro do portal *Globo.com*.

Entretanto, vale lembrar que, no site da emissora dedicada à memória de suas notícias, a *Globo* menciona as duas coberturas referidas como "Erro" (uma aba do *template*). O termo "desculpas", por sua vez, não é usado no site em qualquer momento.

Esses são os dois únicos casos assim chamados, embora outros fatos em controvérsia tenham sido agrupados no mesmo local como "falsas acusações" (Figura 24).

Figura 24 – Alto da tela do site *Memória Globo*



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

A menção discreta dos fatos na série especial, (embora a circulação subsequente tenha dado a dimensão "pedido de desculpas"), a pequena quantidade de fatos rememorados e a aba "Erro", no site, permitem a retomada de alguma negação de erro na prática jornalística, como já foi mencionado.

Nesse sentido, a internet e o site *Memória Globo* ficariam mais expostos ao debate e considerações do usuário, capazes de cruzar informações, buscar arquivos e memórias e, assim, atribuir significado à palavra “erro”, colocando-a em circulação. Além disso, o material do site adquire um caráter histórico, de registro a ser consultado e mencionado outras vezes, por interlocutores

⁸⁰ Inteligência coletiva, para o autor, é definida como a possibilidade de diferentes atores compartilharem ideias no mesmo espaço.

interessados no assunto, o que não é o caso da veiculação no *Jornal Nacional*, que é restrito a telespectadores sintonizados no momento da veiculação.

Da mesma maneira, se esses vídeos forem acessados através da internet em outro momento, eles estarão no mesmo site que os menciona como "erros", dando-lhes, então, novos sentidos e configurando-os como uma confissão, que ocorre na internet, mas não na TV, onde os assuntos são tratados como polêmicas.

A capacidade de fazer crer do jornalismo, de que aquilo que ele diz a respeito dos fatos e acontecimentos do mundo se constituem em verdades, de que fazem parte da realidade, é uma premissa do contrato de leitura/comunicação/interlocução/mediação que o fazer jornalístico estabelece com a sociedade (CHARAUDEAU, 2015; VERÓN, 2004). Há, por essa razão, discurso de consenso no jornalismo de que a verdade mantém uma relação de correspondência ao real, aos eventos que reconstrói em forma de relatos jornalísticos. A verdade está impressa no código que norteia a atividade jornalística.

Em partes, a adoção de critérios positivistas na configuração do jornalismo moderno e os ideais de objetividade, imparcialidade, neutralidade e precisão auxiliam nesse processo de produção de efeito de verdade. Se está no jornal (seja na TV, no impresso ou que mídia for), parece haver, no imaginário, uma prova de que tal fato existiu e, mais do isso, conforme foi mostrado pela narrativa. Para o interlocutor da mensagem jornalística, nem sempre existe a percepção de como os signos reconstroem a realidade, materializando a ideologia.

O erro parece ser inexorável às manifestações humanas. No entanto, por razões éticas, deve haver a preocupação e esforços conscientes no sentido de controlá-los. No Jornalismo, existem mecanismos que tentam frear essa incidência, mas nem sempre são feitos usos corretos disso. Ademais, compreendemos o erro como sempre ideológico.

Tradicionalmente, como um gênero discursivo, o “erramos” – como são chamadas, em geral, as erratas no jornalismo – é utilizado de forma discreta sem muitas delongas evitando retomar a mesma prática em novos enunciados. Os veículos de comunicação em geral, tem diretrizes definidas em manuais a respeito dos procedimentos de como tratar os erros.

Voltando ao nosso *corpus*, o que nos interessa é o que está registrado nos princípios editoriais da emissora, ou seja, que o jornalismo a ser praticado deva ter como “atributos da informação de qualidade”: a isenção, a correção e a agilidade⁸¹. Ao abordar o item “Correção”, na Seção II, item A, os princípios editoriais dizem que: “O público será sempre tratado com respeito, consideração e cortesia, em todas as formas de interação com os jornalistas e seus veículos: seja como consumidor da informação publicada, seja como fonte dela”.

Pode-se observar que, mesmo sendo posterior à publicação dos Princípios, a *Rede Globo* parece esquecer-se com quem tem um compromisso. O público, a audiência, apenas foi informado de que se tratava de um “mal-entendido”, de que o “erro” não mereceu um pedido de desculpas, mas um texto que inseria o ocorrido pelas condições históricas.

Os princípios editoriais ainda reconhecem a relação do jornalismo como um discurso que circula na história e pela história, embora não mencione que os erros assim também vão circular, apesar de, pelas condições em que foram produzidos e apresentados, muitas vezes são interpretados como a própria verdade pelo público:

É para contornar essa simplificação em torno da 'verdade' que se opta aqui por definir o jornalismo como uma atividade que produz conhecimento. Um conhecimento que será constantemente aprofundado, primeiro pelo próprio jornalismo, em reportagens analíticas de maior fôlego, e, depois, pelas ciências sociais, em especial pela História. (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011, p. 4)

Há uma leve contradição presente no próprio documento da emissora. Se há a menção da importância de reconhecer a reação do público, nesse trecho, há um equívoco, pois o conhecimento aprofundado pela história ou pelas próprias “reportagens analíticas de maior fôlego” tem como alvo um público diferente, que, certamente, receberá os enunciados das coberturas de modo distinto.

⁸¹ Todas as citações referentes aos Princípios Editoriais das Organizações Globo foram extraídas de:

<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html> . Acesso em: 01 jul. 2016.

Capítulo 4: Considerações discursivas sobre o erro

“O novo não está no que é dito, mas no acontecimento à sua volta.”

(FOUCAULT ([1971], 2004, p. 09)

Sob uma perspectiva de presente e de rememoração, envolvendo interesses, conflitos, apagamentos e exclusões, lidar com o passado e o presente requer reflexões apuradas. Expõe-se, ainda, nem sempre de maneira aparente, as relações de poder. Na apresentação do *JN*, de segunda a sábado, pela *Rede Globo*, em horário nobre, na TV aberta, a notícia se expande e se expõe, textualiza-se na circulação, imbricada na imagem do apresentador, que conduz o ordenamento das reportagens, entregando-as “prontas” ao telespectador. A presença de Bonner traduz-se na pessoa que organiza, para o público, as partes do telejornal no conjunto, de modo a configurar a imagem em contextos contemporâneos. Para a emissora, o jornalista é capaz de “guardar” a linha editorial e o “coração” do grupo como a visão, missão e valores do telejornal mais antigo da televisão aberta, ainda no ar, de forma ininterrupta. Assim, a partir do ponto de vista de Foucault ([1971] 2005), para quem a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída, por meio de procedimentos com a função de dominar seu acontecimento aleatório, a construção narrativa do âncora e de sua imagem configuram-se como um ritual e estratégias de erros e desculpas.

Apesar do tempo, mais de 20 anos depois dos fatos analisados neste trabalho, na série dos 50 anos da *Rede Globo*, as regularidades da estratégia sobre erro e desculpas ainda podem ser observadas por parte da emissora. Tomaremos duas reportagens recentes (2018), na editoria de política, a mesma na qual houve as duas “polêmicas”, discutidas no capítulo anterior, para compreender se há uma atualização na forma com que o jornalismo da *Globo* cobriu as eleições de 2018, ou se as estratégias, a despeito “do aprendizado que a *Globo* passou” com os erros, ainda se mantém.

4.1 Um primeiro caso, 20 anos depois

A primeira reportagem de que tratamos foi exibida no dia 14 de setembro de 2018, para divulgar o resultado da pesquisa *DataFolha* para a corrida presidencial das eleições de 2018. Bonner abre o segundo bloco do *JN* ainda com o tema política, já que naquele dia o primeiro bloco fora dedicado à entrevista com o candidato do PT, Fernando Haddad, finalizando a série que ouviu os presidentiáveis para o pleito daquele ano.

Figura 25 – Abertura do segundo bloco sobre eleições 2018



Fonte: captura de tela feita pelo autor⁸².

O texto lido pelo âncora, na bancada, foi o seguinte:

O *Datafolha* divulgou hoje uma nova pesquisa de intenção de voto para presidente. O nível de confiança é de 95%, quer dizer que há uma probabilidade de 95% de os resultados retratarem a realidade, considerando a margem de erro que é de dois pontos para mais ou para menos.

Logo depois, entra um vídeo com o seguinte infográfico:

⁸² As figuras 25 e 26 foram capturadas do Jornal Nacional do dia 14 de setembro de 2018, disponível na *Globo Play*.

Figura 26 – Infográfico *DataFolha* de intenção de votos



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

A imagem do infográfico foi acompanhada, então, do seguinte texto em *off*:

Jair Bolsonaro do PSL tinha 22% em agosto, oscilou dentro da margem de erro para 24%, agora foi para 26. Com a margem de erro, tem de 24 a 28. Ciro Gomes do PDT tinha 10%, depois 13, agora mantém os 13. Pela margem de erro, tem de 11 a 15. Fernando Haddad do PT tinha 4, depois cresceu para nove, agora oscilou para 13. Com a margem de erro, tem de 11 a 15.

No enunciado, o jornalista diz que o candidato do PT oscilou de 9 para 13 pontos⁸³. O verbo “oscilar” é usado pelos institutos de pesquisa, como o *DataFolha*, somente quando os candidatos sobem ou descem dentro da margem de erro, que, no caso da pesquisa contratada pela *Rede Globo*, foi de dois pontos percentuais. Entretanto, o resultado dessa pesquisa mostrava que houvera um crescimento real, fora da margem de erro e, mesmo assim, o verbo usado foi “oscilar”. Assim que a matéria foi ao ar, vários comentários de internautas e telespectadores foram postados na página do telejornal, que monitora em tempo real as postagens⁸⁴:

Ninguém discordará de que o advento das redes sociais é um dos fenômenos que definem o século XXI. De uma maneira inédita na história da humanidade, elas conectaram pessoas em nível planetário, permitindo a formação de comunidades, o compartilhamento de ideias, fatos e opiniões, a aproximação de

⁸³ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P4KTrsSAI2g>. Acesso em: 04 nov. 2018.

⁸⁴ A menção ao monitoramento em tempo real pela emissora aparece explicitada nas *Diretrizes do Grupo Globo* no capítulo que trata do uso de redes sociais, além do discurso de inauguração da nova redação do JN, feita pelo CEO Carlos Schroder, em 16 de junho de 2016.

pessoas que frequentemente nem se conhecem. É algo extremamente positivo e bem-vindo⁸⁵.

Na nova redação, que compõe também o cenário do telejornal, ficam o estúdio e uma sala de partida, que funciona como um centro de apuração e monitoramento dos acontecimentos do Rio de Janeiro, abastecendo ainda o *Jornal Nacional* e o *Bom Dia Brasil*, com informações do Brasil e do mundo. É feita nesse espaço também a escuta digital, que captura o que acontece nas redes sociais digitais e as críticas e elogios feitos aos jornalistas e/ou às coberturas da *Rede Globo*. Nessa sala, ficam ainda as chefias de reportagem e os supervisores de operações de jornalismo no Rio da *Globo*, da *GloboNews* e do *G1*:

O valor maior do nosso trabalho é o nosso conteúdo. É ele que nos alimenta, nos dá força e é fundamental. Em qualquer horário, em qualquer programa ou telejornal, em qualquer mídia. Ao olhar para o futuro, a gente vê que o jornalismo de verdade é o que permanecerá e tenho certeza que juntos estamos construindo muito bem, com muita solidez, esse caminho", afirmou o diretor geral da Globo, Carlos Henrique Schroder, durante a inauguração.⁸⁶

É interessante considerar, a partir da discussão feita anteriormente sobre convergência de mídias, no caso da emissora, as plataformas *on* e *off-line*, para perceber o comportamento tanto do usuário e telespectador como da própria *Rede Globo* e da constatação da regularidade sobre o erro. Possivelmente esse tenha sido o indutor para uma tentativa de "correção".

Um bloco de notícias depois, a *Rede Globo* reconhece que o verbo correto deveria ser "cresceu":

Bonner: Deixa **eu** fazer uma correção. Agora há pouco, ao divulgar a pesquisa *DataFolha*, **nós** dissemos que o candidato Fernando Haddad do PT **oscilooooo**⁸⁷ de 9 para 13%. **Segundo o DataFolha**, como o crescimento se deu fora da margem de erro, a frase correta é: O candidato Fernando Haddad cresceu de 9 para 13%. **Pelo erro, nós pedimos desculpas.**

⁸⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/grupo-globo-divulga-diretrizes-sobre-o-uso-de-redes-sociais-por-jornalistas.ghtml?fbclid=IwAR1-iwFBsljPHeWo4oqQFoMiafqvVIHMGEx1RRr8-uF0Sn0tsF8zbxuPrNs>. Acesso em: 01 abr. 2019

⁸⁶ Disponível em: <https://grupoglobo.globo.com/2017/06/jornal-nacional-estreia-estudio-noracao-do-novo-predio-da-redacao-de-jornalismo-da-globo/>. Acesso em: 21 abr. 2019.

⁸⁷ Utilizamos uma sequência de vogais para marcar a modalização na forma entonação, com que Bonner pronunciou a palavra.

Há um jogo entre “eu” e “nós” essencial para compreender a regularidade entre esses trechos e os anteriores, já analisados. Bonner enuncia “deixa eu fazer uma correção”, enfatizando pelo emprego do pronome pessoal de primeira pessoa de que é a sua imagem que está sendo criticada, afinal, os internautas, ao se manifestarem nas redes sociais sobre o caso, mencionavam diretamente o nome do apresentador, reforçando o que dissemos antes de que a imagem dele é, para o público, o organizador do telejornal e o porta-voz da emissora. No entanto, embora aquele que peça desculpas seja um “eu”, os culpados são enunciados como um “nós”. A justificativa também vem de fora, possibilitando a produção de que o sentido do erro não está na forma como a emissora designa o movimento de intenção de voto, portanto, sendo a ele induzida: a origem está na própria instituição responsável pelo levantamento (“segundo o DataFolha”) e não na postura de Bonner ou da emissora. Tenta-se, assim, apagar qualquer vestígio de que se tratou de um posicionamento, fazendo ressoar a memória do jornalismo como espaço imparcial e objetivo.

A menção ao erro, sendo atribuída a um outro agente (no caso, o DataFolha) mais do que uma marca da heterogeneidade discursiva mostrada, é uma forma de tentar garantir a legitimidade do discurso da emissora e de seu porta-voz, buscando um afastamento. É interessante notar ainda que, só após a menção ao DataFolha, é que aparecem as palavras “erro” e “desculpas”. O fato de a linguagem audiovisual ser instantânea (sem a possibilidade de retornos ao lido e compreendido, como seria possível no texto impresso ou digital) faz com que o telespectador tenha pouco tempo para produzir sentidos sobre o que foi enunciado. Nesse sentido, finalizar com “pedimos desculpas” tem mais força argumentativa do que explicativa. Por comparação, fica claro um processo discursivo estabelecido entre essa situação e aquelas que foram lembradas na série analisada.

Há de se considerar ainda que o pedido de desculpas feito aqui tem condições de produção e interlocutores bem diferentes daqueles que a emissora tinha nos anos 1980, numa era pré-internet. Agora, as críticas chegaram de modo instantâneo, viralizaram pelas redes sociais e confrontaram discursos minimizadores a respeito do crescimento do candidato petista, marcado pelo uso do verbo “oscilar”. A fala de Bonner não se dirige a todos os telespectadores do programa, uma vez que o verbo “oscilar” não tem a mesma frequência de uso

entre todos os que acompanham o telejornal, podendo, em alguns casos, ter passado despercebido.

Da mesma forma, os telespectadores que acompanharam a reportagem sobre a pesquisa não necessariamente tiveram acesso à correção, haja vista ela ter sido feita num bloco posterior, após o espaço de um intervalo comercial, durante o qual o telespectador pode zapear outros canais e não voltar, necessariamente, ao *JN*. Tem-se aí o funcionamento do erro no jornalismo, como já dissemos: nem sempre as erratas – até por serem tratadas de modo secundário – atingem todos os interlocutores. O “erro” produz efeitos, a correção produz outros, para interlocutores outros.

No enunciado, estão em contraste três formas de enunciar o crescimento de Haddad: A) “Fernando Haddad do PT oscilou de 9% para 13%”; B) O crescimento **se deu** fora da margem de erro; C) Fernando Haddad cresceu de 9% para 13%. Em A e B, a questão não é significada como um crescimento real, político, visível nas ruas. Trata-se de uma maneira de abordar a pesquisa e sua metodologia. Apenas em C fica visível o que as outras maneiras apagam: o candidato ganhava mais votos e se aproximava dos, então, primeiros colocados com rapidez que nenhum deles havia desenvolvido, o que também não é enunciado.

4.2 Um segundo caso, 20 anos depois

O segundo momento foi em 18 de outubro de 2018, quando a *Rede Globo* apresentou a denúncia do jornal *Folha de S. Paulo*⁸⁸ sobre um possível esquema de caixa dois na campanha do candidato do PSL, Jair Bolsonaro, que teria usado dinheiro não declarado em campanha, vindo de empresários, para impulsionar notícias falsas sobre seu adversário, Fernando Haddad, do PT. Na reportagem, o *JN* coloca o pedido de investigação do PT sobre a denúncia da *Folha* como se fosse um momento de campanha do dia do candidato petista. Isso também traz uma regularidade em relação à forma com que as manifestações das Diretas Já tinham sido incluídas como agenda de aniversário dos 450 anos de SP, já analisado no capítulo anterior.

⁸⁸ O jornal pertence à família Frias e é editado desde 1921.

Ressalta-se ainda que agenda dos candidatos estava deslocada do segundo bloco, que concentrou o noticiário sobre as eleições, no qual a emissora apresentou uma nova pesquisa de intenção de votos para o segundo turno, entre Haddad, do PT, e Bolsonaro, do PSL, realizada pelo Instituto Datafolha. No terceiro bloco, a Agenda, com “o dia do candidato”⁸⁹, veio depois do quadro da Meteorologia, que abriu o terceiro bloco e depois do noticiário internacional, transcorrida mais da metade do tempo total do *JN*, que, no dia, teve 45 minutos e seis segundos até a subida dos créditos finais do jornal.

Como uma forma de chamar a atenção do público, todos os jornais, em qualquer suporte, abrem sempre com a notícia considerada mais importante e factual do dia. Ao longo da edição, as reportagens tendem a perder força. Encerra-se, em geral, com o mais trivial ou próximo do entretenimento. O fato de a agenda do candidato estar longe da divulgação do resultado da pesquisa Datafolha indica uma ruptura do assunto, sem que se explique o porquê disso. No Jornalismo, não é usual começar um assunto, interrompê-lo e voltar a ele mais adiante. Esgota-se sempre o assunto no mesmo espaço. Aqui, neste caso, a Agenda entra no bloco em que o interesse nacional é menor, pois trata-se da Meteorologia e assuntos do governo dos EUA, além de visita do chefe de Estado da Coreia do Sul ao Vaticano. Colocá-lo nesse bloco, longe dos demais assuntos da editoria de política nacional, cria um efeito de “menos importante” em relação às matérias que abriram o jornal ou o bloco de política.

A cabeça lida por Bonner foi:

O candidato do PT a presidente da república, Fernando Haddad, teve vários compromissos hoje em São Paulo. Ele entregou ao Tribunal Superior Eleitoral uma nova versão do seu programa de governo, que exclui a proposta de uma nova Constituinte. **O candidato também criticou o adversário e o partido entrou na Justiça, pedindo a ilegitimidade de Jair Bolsonaro, do PSL, por um suposto esquema de divulgação de notícias contra o PT, nas mídias sociais.**

⁸⁹ A *Agenda do Dia do Candidato* é um quadro em que a emissora veicula durante as eleições, fazendo um resumo das ações diárias dos candidatos aos cargos majoritários. Nos jornais de rede, são candidatos nacionais mais bem colocados nas pesquisas do Ibope. Nos estados, os candidatos ao governo é que são acompanhados. A ordem de abertura da agenda obedece a um sorteio feito junto a assessoria do candidato e funciona em esquema de rodízio.

Sobre esse trecho, destacamos a presença de duas palavras que atuam como operadores argumentativos: “vários” e “também”. No primeiro, tem-se um enunciado ao mesmo tempo genérico e amplo, colocando todos os assuntos num mesmo grau de importância. Dois desses assuntos são retomados no mesmo trecho. O primeiro é a entrega do novo plano de governo. O segundo, tratado a partir da conjunção aditiva “também”, é um fato absolutamente comum numa campanha eleitoral com dois adversários. Dito dessa maneira, há uma minimização de que se tratava de uma denúncia, inclusive, reforçada pelo adjetivo “suposto”. Esse é, inclusive, o tema da fala de Haddad utilizada na reportagem.

Logo em seguida, entra a reportagem, com o dia de Fernando Haddad, com a voz *off* do repórter Alan Severiano, de São Paulo:

Repórter: Pela manhã, Fernando Haddad deu uma entrevista para a *Rádio Tupi* do Rio de Janeiro. E falou sobre geração de emprego.

(Entra o Candidato Fernando Haddad)

Fernando Haddad: Tem muita obra parada no Rio, nós vamos retomar para gerar empregos.

(Volta a narração da reportagem, ainda em off)

Repórter: O candidato do PT teve um encontro com advogados e juristas. Eles entregaram um manifesto com mais de 1.500 assinaturas pedindo a continuidade do regime democrático.

(Corta-se para Fernando Haddad)

Fernando Haddad: Pelo povo, pela democracia no Brasil, foram os juristas democráticos... Goste-se ou não, das arcadas da PUC, a gente sabe que foram nessas instituições que várias piras foram acessas em nome da liberdade, várias.

Repórter: Na terça-feira, Fernando Haddad entregou ao TSE uma nova versão de seu programa de governo. É a terceira, desde o pedido de registro da candidatura do PT, ainda com o nome do ex-presidente Lula. A versão anterior propunha uma nova Assembleia Constituinte. Isso foi retirado. Também houve mudança no item sobre o Supremo e outros tribunais superiores. Antes, o programa defendia instituir tempo de mandato dos juizes. Agora, fala só em debater o tema. Onde antes eram citadas políticas de promoção de orientação sexual e identidade de gênero, agora aparecem políticas de combate à discriminação em função da orientação sexual e de identidade de gênero. Por fim, houve alteração no trecho sobre a política para as drogas. A versão anterior pregava a necessidade de olhar para as experiências internacionais, que colhem resultados positivos com a descriminalização e a regulação do comércio. A

atual apenas cita as experiências internacionais sem usar a palavra descriminalização.

No primeiro trecho, mostra-se apenas a rotina do candidato compondo o tempo negociado entre a *Rede Globo* e a assessoria políticas dos presidentiáveis. É no trecho seguinte que se nota a mesma estratégia da emissora em 1984, uma regularidade no discurso:

O PT entrou com uma ação no Tribunal Superior Eleitoral, pedindo a inelegibilidade de Bolsonaro em decorrência de um suposto esquema de distribuição de notícias contra o partido, que teria sido pago por empresários. Os advogados do PT entendem que houve abuso de poder econômico e uso indevido do *WhatsApp*. O partido se baseou em reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, publicada hoje, segundo a qual empresários pagaram pelo impulsionamento em massa de mensagens contra o PT e preparam uma grande operação para a reta final do segundo turno.

Fernando Haddad: Por meio de caixa 2, eles resolveram financiar uma campanha de difamação, de inverdades a meu respeito, mas o fato é que nós estamos diante de uma tentativa de fraude eleitoral, que eu fico perplexo de ver, que o pressuposto dessa campanha foi liquidar a eleição no primeiro turno, pra que as notícias de hoje não viessem à tona.

Do ponto de vista do interesse público, o fato mais importante daquele dia, a denúncia de que poderia estar havendo um esquema de distribuição de notícias falsas, colocava a possibilidade de arruinar a eleição de Bolsonaro por favorecimento de poder econômico. Esse foco estava sendo tratado naquele dia por todos os veículos, como a própria citação à *Folha de S. Paulo*. Da forma como foi enunciado, no entanto, há um apagamento nessa importância, pois se torna “mais um” fato num dia em que houve “vários compromissos”, inclusive um encontro com representantes de instituições da causa animal, como enunciado no trecho que se segue. Importante ressaltar que esse apagamento não se dá apenas por ter origem em outro veículo jornalístico, já que furos de reportagem são comuns e o procedimento ético das práticas da imprensa é dar a informação, muitas vezes ampliando-a ou apresentando novos desdobramentos, sempre mencionando a fonte de origem.

Destaque-se que houve tempo hábil, pois a edição da *Folha* saíra pela manhã e o jornal foi ao ar à noite, mais de 12 horas depois, tempo absolutamente

suficiente para a produção de reportagens nas rotinas de uma emissora de TV.

À menção à denúncia, seguiu-se, então, o texto:

Repórter, em off: À tarde, Fernando Haddad teve um encontro com organizações de defesa dos animais. Depois, o candidato do PT se reuniu com um grupo de intelectuais. Eles entregaram a Haddad uma carta e pedindo que ele convide adversários do primeiro turno da eleição, comprometidos com a democracia, como Ciro Gomes, Geraldo Alckmin, João Amoedo e Marina Silva, pra formar uma coligação eleitoral e, em caso de vitória, um governo de coalisão.

Repórter, passagem: Haddad respondeu que está em contato com personalidades para ocupar cargos públicos se ganhar a eleição e disse que está aberto à ideia de um governo de unidade nacional, comprometido com mais liberdade, democracia e justiça social.

(Corta-se para Haddad)

Fernando Haddad: Um pacto pela governabilidade é um pacto pela democracia e um pacto para levar mais direitos para as pessoas e é um pacto, e esse eu faço questão de frisar por um governo amplo, um governo que realmente responda à nacionalidade do País, isolando essas forças retrógradas que ameaçam hoje o estado democrático de direito e o *status* social, que nós, a duríssimas penas, conseguimos concretizar de alguma maneira⁹⁰.

Como o assunto não é retomado nesse dia, tudo o que se passou envolvendo a denúncia foi apenas coberto, jornalisticamente, como movimentos rotineiros da campanha, enquanto o assunto ganhava espaço e repercussão no dia, em outros veículos de informação. Entretanto, no dia seguinte, mais de 36 horas depois da denúncia do jornal *Folha de S. Paulo*, a *Rede Globo* faz uma nova matéria sobre o assunto, com menção na escalada⁹¹ do *JN*:

Renata Vasconcelos: Olá, boa noite.

William Bonner: Boa noite.

Renata Vasconcelos: Uma pesquisa do *Datafolha* ouviu os eleitores sobre a democracia brasileira.

⁹⁰ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7098664/> . Acesso em: 20 abr. 2019.

⁹¹ Escalada: são as manchetes dos principais assuntos do dia, na abertura de um telejornal. Equivale à primeira página de um jornal impresso.

William Bonner: O *WhatsApp* anuncia o banimento de contas suspeitas de terem usado o aplicativo de mensagens para atacarem o candidato do PT, Fernando Haddad⁹².

Os assuntos da escalada seguiram com dois assuntos internacionais e o rescaldo do incêndio do Museu Nacional do Rio, com o ressurgimento do fóssil mais antigo da América do Sul, que é brasileiro. A posição de destaque da notícia na escala sugere, ao telespectador, importância ao fato no dia e que se trata de um dos principais assuntos a serem abordados na edição. No entanto, a análise dos blocos seguintes demonstra uma dispersão desse assunto. Ele só é trazido à tona no quarto bloco.

Aos 28 minutos e 16 segundos, sem contar o tempo dos comerciais – potenciais momentos de dispersão e perda de telespectadores – logo após a reportagem sobre a opinião dos eleitores brasileiros sobre a democracia, no espaço reservado à política, entra a matéria sobre a denúncia feita pela *Folha de S. Paulo*. A cabeça foi lida pelo próprio Bonner:

Figura 27 – Reportagens da *Folha de S. Paulo*



Fonte: Captura de tela feita pelo autor⁹³.

William Bonner, na bancada: O aplicativo de mensagens *WhatsApp* anunciou hoje que está investigando as empresas denunciadas ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Elas são

⁹² Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7101598/>. Acesso em: 24 abr. 2019.

⁹³ As capturas das figuras de 26 a 28 foram feitas pelo autor a partir da edição do *Jornal Nacional* de 18 de outubro de 2018, disponível na *Globo Play*.

suspeitas de integrar um esquema que visava caluniar o candidato do PT à presidência, Fernando Haddad. As contas dessas empresas foram bloqueadas pelo *WhatsApp*. O aplicativo de mensagens anunciou em nota que tem tomado providência similar desde o início do processo eleitoral.

Bonner em off, sob imagens da *Folha* (Figura 27): Na nota, o *WhatsApp* afirma que está investigando empresas que infringem os termos de uso da plataforma, assim como as que o jornal *Folha de S. Paulo* denunciou ontem por fazerem parte de um esquema de envio de mensagens em massa contra o candidato do PT, Fernando Haddad. Na reportagem, o jornal afirmou que empresários pagavam até R\$ 12 milhões por esse serviço. Afirmou ainda que esses empresários já se preparavam para uma grande operação para a reta final do segundo turno. A prática é ilegal, pois se trata de doação de campanha por empresas, vedada pela legislação eleitoral, e não declarada. O *WhatsApp* afirma também que já bloqueou diversas contas de divulgação maciça que estavam ligadas a essas empresas. Além das citadas pela *Folha*, o *WhatsApp* diz que não comenta quantas empresas já foram também notificadas nem os seus nomes. Na nota, o *WhatsApp* diz ainda que já baniu centenas de milhares de contas durante o período eleitoral, de forma proativa, ou seja, por iniciativa própria. A empresa afirma que isso foi possível porque dispõe de tecnologia de ponta capaz de detectar contas com comportamento anormal, como, por exemplo, espalhar desinformação ou mensagens não solicitadas pelos usuários - o chamado *spam*. O jornal *Folha de S. Paulo* citou as empresas QuickMobile, Yacows, Croc Services e SMS Market como sendo aquelas que estariam vendendo o impulsionamento em massa de mensagens contra o PT e seu candidato; e Luciano Hang, dono da Havan, como sendo um dos empresários que financiaram tal atividade. O jornal não exibiu documentos nem mencionou relatos de testemunhas.

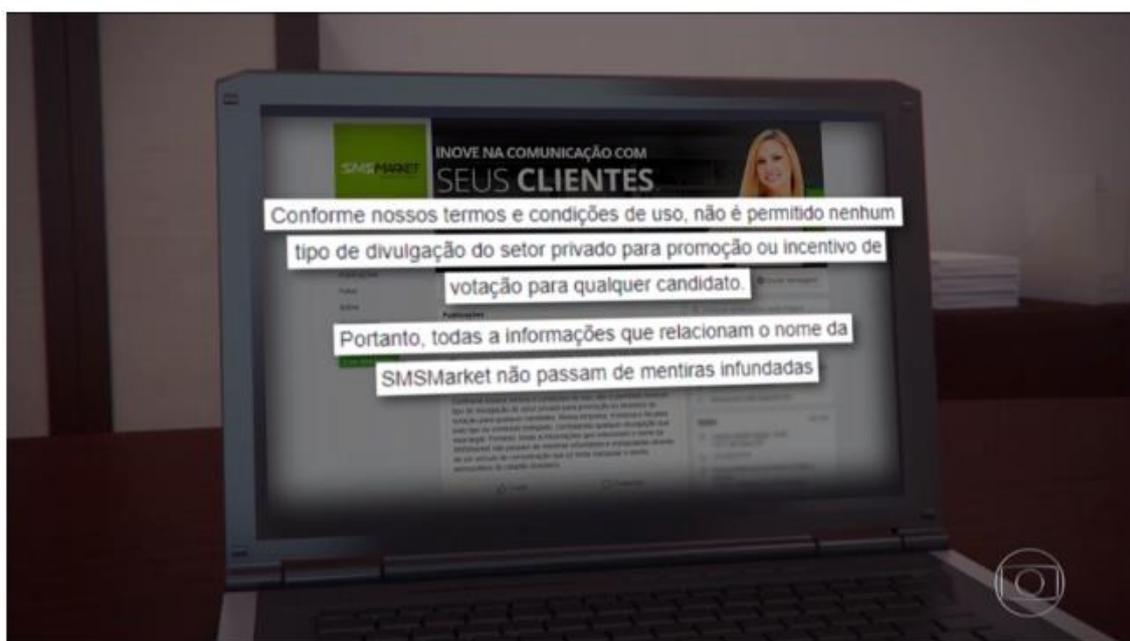
Em seguida, Renata Vasconcelos, lê a cabeça da nota coberta que traz a respostas dos acusados:

Renata Vasconcelos, na bancada: O empresário Luciano Hang negou que tenha comprado impulsionamentos e desafiou a *Folha de S. Paulo* a mostrar algum contrato seu com empresas que usam o *WhatsApp*. Vamos agora ao que dizem os demais citados.

Renata em off, sob as imagens das notas enviadas pelas empresas citadas (Figura 27): O SMS Market, de Bauru, no interior de São Paulo, publicou uma mensagem no *Facebook* afirmando que as regras da empresa não permitem nenhum tipo de divulgação do setor privado para promoção ou incentivo de votação em qualquer candidato e que, portanto, todas as informações relacionadas à empresa não passam de mentiras infundadas. A QuickMobile, de Belo Horizonte, em Minas Gerais, disse em nota que encaminhou a notificação do *WhatsApp* para o Departamento Jurídico e que tomará as medidas necessárias,

partindo do fato de nunca ter feito nenhum tipo de divulgação para o deputado Jair Bolsonaro nem para o partido dele ou para qualquer empresário, e que não realiza divulgação de nenhum tipo de conteúdo difamatório ou ilícito. As equipes do *JN* em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, estiveram nos dois endereços divulgados pela empresa Croc Services na internet. O primeiro é uma residência e ninguém conhece a empresa. No segundo funciona uma consultoria empresarial. A empresa Yacows, com sede na cidade de São Paulo, não quis comentar nem recebeu nossa equipe, mas publicou uma nota dizendo que foram “citados erroneamente como participantes de um suposto esquema de favorecimento ao candidato à presidência Jair Bolsonaro”, e que não tem qualquer envolvimento com os fatos citados.

Figura 28 – Nota coberta do *Jornal Nacional* – Parte 1



Fonte: captura de tela feita pelo autor.

Por fim, Bonner lê a terceira cabeça sobre o assunto:

Willian Bonner, na bancada: Com base na reportagem da *Folha*, o PT entrou na quinta-feira com uma ação de investigação no Tribunal Superior Eleitoral e pediu para que o tribunal declare o candidato Jair Bolsonaro inelegível por oito anos.

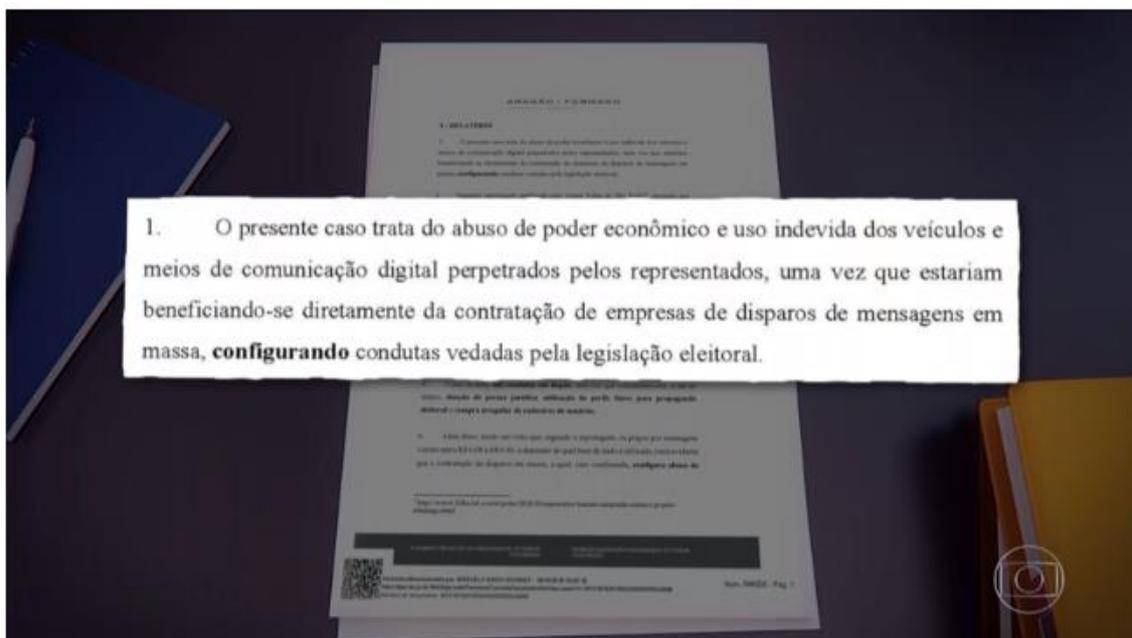
Willian Bonner em off, sob as imagens de documentos (Figura 29): Na ação, o PT afirma que “o presente caso trata do abuso de poder econômico e uso indevido dos veículos e meios de comunicação digital, perpetrados pelos representados, uma vez que estariam beneficiando-se diretamente da contratação de empresas de disparos de mensagens em massa, configurando condutas vedadas pela legislação eleitoral”. O PT também afirma na ação que “o caráter eleitoral dos fatos narrados é

evidente, além de demonstrar potencial suficiente a comprometer o equilíbrio do pleito eleitoral de 2018”.

Willian Bonner, na bancada: Na noite desta sexta-feira, o PDT também entrou com ação no TSE. O partido quer uma nova eleição de primeiro turno, sem o candidato Jair Bolsonaro.

Renata Vasconcelos, bancada: O ministro Jorge Mussi, corregedor do Tribunal Superior Eleitoral, abriu a ação pedida pelo PT contra o candidato Jair Bolsonaro, do PSL, mas rejeitou todas as medidas cautelares solicitadas, como busca e apreensão e quebra de sigilo. Segundo o ministro Jorge Mussi, a concessão de liminares antes de ouvir a outra parte deve ser feita com cautela e o pedido do PT é baseado apenas em matérias jornalísticas que não permitem, neste momento, demonstrar a veracidade das suspeitas. Jorge Mussi destacou que a questão “será analisada em momento próprio”, durante o curso da ação. O ministro deu cinco dias para Bolsonaro responder aos questionamentos.

Figura 29 – Nota Coberta do *Jornal Nacional* – Parte 2



Fonte: Captura de tela feita pelo autor.

A opção por uma nota coberta desvela a utilização desse gênero televisivo nas práticas jornalísticas. Segundo Maciel (1995, p. 52), a nota coberta “é a forma mais simples de apresentação de notícias com imagens na televisão”. Esse tipo de enunciado, marcada pela ausência de repórter, construído inteiramente na redação, com muito mais controle das instâncias superiores e lido pelos apresentadores, a partir de imagens feitas por repórteres-cinematográficos nas ruas, constitui-se de uma estratégia a que se recorre nas

seguintes circunstâncias: 1. Quando o assunto chega muito próximo ou durante o horário de entrada do telejornal, sem tempo hábil para a produção da reportagem e edição; 2. Quando o assunto é de menor interesse público; 3. Quando o assunto ocorreu há algum tempo sem novos desdobramentos; 4. Quando há apenas imagens ao vivo, sem repórter no local.

No caso que estamos analisando, nenhuma das situações justifica a utilização da nota coberta, já que o assunto estava se desenrolando há pelo menos dois dias, sendo um desdobramento de fatos anteriores. Havia um claro interesse público, já que se relacionava com as eleições presidenciais e não se tratava de uma situação, como um evento, em que só havia imagens ao vivo, mesmo porque o fato se desenrolou em três lugares diferentes (São Paulo, Minas Gerais e Brasília). Tem-se, portanto, um procedimento que, após a importância atribuída pela citação na escalada, o fato é tratado com menos força, disperso, num processo que poderia ser chamado de protocolar pelo jornalismo, em que o assunto é referido a partir do suposto equilíbrio em dar voz aos dois (ou aos diversos) lados envolvidos. Embora retome o fato do dia anterior, a emissora minimiza o fato de tê-lo tratado apenas de forma genérica.

Aqui, diferente da estratégia de pedir desculpas ou afirmar que se trata de um erro, opta-se por dispersá-lo. O *JN* escolheu textos que respondessem pelos envolvidos, afastando o testemunhal próprio de uma reportagem desse porte. Não havia nenhuma fonte⁹⁴, secundária ou primária, repórter, e imagem dos envolvidos. Nas quatro notas cobertas, as imagens que cobriam os textos eram de documentos, fachadas e capas de jornal. A figura do repórter, que apura, investiga e sente o desenrolar dos fatos paralelos, também foi suprimida. As notas foram técnicas e sem a presença de testemunhas.

⁹⁴ Consideramos aqui a definição de “fonte jornalística”, ou seja, a pessoa que dá uma entrevista ou depoimento em uma reportagem.

4.3 Das regularidades do erro aos processos de rememoração

A legitimação do Jornalismo, enquanto prática social, está centrada na ideia de que seu papel é retratar fielmente o fato. O cidadão espera que o jornalista seja uma pessoa confiável e que passe credibilidade em suas informações e cobra isso do meio que a produz:

Não se trata de libertar a verdade de todo o sistema de poder – o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder – mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas e culturais) no interior das quais ela funciona no momento. (FOUCAULT, 1979 [2015] p. 14)

Os enunciados, dependendo do lugar em que são produzidos ou de quem os fazem, ganham o estatuto de verdadeiro, mesmo não o sendo. No texto de Foucault, inclusive, a palavra “verdadeiro” é mencionada entre aspas. O significado de “verdade” e “verdadeiro” em Foucault pode ou não guardar semelhança com o sentido mais corriqueiro do senso comum: real, exato. “Verdadeiro” serve como uma justificação para o que se acredita ser verdade, uma qualificação de status na ordem discursiva, que pode ou não guardar relação com uma verdade de fato, que pode ser provada ou apurada, checada, por guardar “certa” semelhança com a realidade. Posto assim, pode nos ajudar a pensar a relação paradoxal que a verdade assume no Jornalismo, especialmente com a instantaneidade da televisão.

O pensamento foucaultiano não tem a pretensão de definir um grau de verdade de determinados discursos de uma época, para que se possa avaliar se ele é mais ou menos verdadeiro quando comparado ao de outra época, mas qualificá-los a um status em que se impõe sobre outros discursos, relegando-os ao espaço do falso, ilusório, instaurando assim uma ordem, que perpassa os pilares do Jornalismo. Especialmente, o discurso sedutor da TV tenta convencer da capacidade de fazer crer das práticas da produção de notícias, de que aquilo que ele coloca em circulação a respeito dos fatos e acontecimentos do mundo se constitui em verdades.

Em nossa análise, observamos como a *Rede Globo* se utiliza de formas de dizer sobre o erro, sem que, necessariamente, sejam “confessados” ou “assumidos” de forma clara, como está pré-estabelecido no contrato social entre jornalismo e sociedade. Assim, podemos compreender que o que faz a emissora

ter um discurso sobre o dizer do erro, reproduzido em seus princípios editoriais, seja restrito a estratégias reprodutoras de uma ordem discursiva e que se imbrica a um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a circulação e o funcionamento dos enunciados que ele mesmo acolhe e reproduz. Rituais que fixam um suposto conjunto de enunciados, com efeito sobre aqueles aos quais se dirigem.

Cabe-nos agora refletir sobre essas formas de enunciar o erro da *Rede Globo*, a partir das regularidades que demonstramos em nossa análise:

1) **O erro como um mal-entendido do outro**, como uma polêmica, no qual o *JN* responsabiliza o aprendizado de informar num país democrático, em que toda a sociedade também aprendia e errava naquele novo regime de governo, recém-saído da Ditadura Civil-militar. O outro é que não soube interpretar as intenções, no que tange o debate do Collor e Lula em 1989;

2) **A minimização da importância de um erro**, como ocorreu no caso da manifestação dos brasileiros em praça pública, pedindo por eleições diretas em 1984, diluído nas festividades do aniversário da cidade de São Paulo;

3) **A indicação de dirigir-se a outra plataforma para ter aprofundada ciência do fato**: rememoração e comemoração dos fatos cobertos pela emissora, durante a série especial dos 50 anos da *Rede Globo*, no qual tudo sobre erros já teria sido explicado, mesmo que fosse em outra plataforma midiática;

4) **A minimização do fato**: refaz-se uma reportagem do ponto de vista do conteúdo e forma com em que ela foi veiculada antes, como se fosse apenas ampliado o assunto e não tomado um rumo em que podia colocar em risco uma eleição, veiculando, de uma forma técnica, dispersiva, sem a presença de pessoas, sem opiniões e comentários de fontes especializadas. Foi o que aconteceu no caso das denúncias de favorecimento econômico do candidato Jair Bolsonaro sobre a distribuição de notícias falsas contra o adversário Fernando Haddad durante a cobertura das eleições de 2018;

5) **O apagamento e silenciamento do erro**: nem falar sobre os erros, deixando o apagamento evidente, diante da instantaneidade da linguagem televisa, sem possibilidade de voltar e (re)ver o dito;

6) **O distanciamento da responsabilidade pelo erro**: a emissora pede desculpas pelo erro, mas não o assume como de sua autoria, como se tivesse

“comprado” algo errado. É o que ocorreu no caso da divulgação da pesquisa *DataFolha*.

A verdade e o erro na *Rede Globo* não se constroem pelas referências aos acontecimentos, (re)memória e ao impacto do real, mas é resultante das forças em jogo, do poder e do contexto histórico, que condicionam o seu aparecimento e tem repercussões complexas na construção social e ideológica da realidade.

Considerações Finais: Ausências, amnésias, memórias... o passado (e)ditado

A construção e o aparecimento de empresas de comunicação com grande poder econômico e simbólico e a globalização da informação fizeram da mídia, não só no Brasil, mas especialmente, uma ferramenta que processa incessantemente a interpretação da realidade para um público que, apesar de ser capaz de atribuir significados para o que lê, ouve ou vê, só tende a fazê-lo diante do que lhe é ofertado, como um menu, a conhecer do mundo, por meio de palavras e imagens que produzem sentidos, definidos por filtros pelos quais passam os fatos até se tornarem visíveis pelo olhar do jornalismo.

Dessa forma, os objetivos deste trabalho foram investigar como os erros discretamente abordados constituídos durante a veiculação da série comemorativa dos 50 anos da emissora, bem como identificar e problematizar as características discursivas da rememoração, da comemoração e da memória na história oficial construída pela *Rede Globo*.

Ora, assim sendo, pode-se perceber a trajetória feita para a construção desta tese. O primeiro capítulo discutiu o papel do jornalismo televisivo em campanhas eleitorais em um país como o Brasil – com fragilidades na regulação/democratização da mídia – e essa discussão ensejou a avaliação de como isso se deu no confronto com o crescimento nos últimos anos de outros meios, como a internet e suas redes sociais, que promoveram uma regulação da mídia sem que isso tivesse vindo a ser seu objetivo principal. O jornalismo televisivo, em meio aos novos contornos da comunicação, vê serem questionados os modos como essa mídia de grande distribuição se comporta e amplia seus canais de acesso para seus sites que disponibilizam as informações para o telespectador buscá-las neste outro canal a qualquer tempo.

Historicamente, o jornalismo televisivo no Brasil tem peculiaridades em seu desenvolvimento, evidenciados pela luta e pela negação pela regulação – aspecto diretamente ligado à democracia, conforme exposto por Santos e Sargentini (2017). Num contexto autoritário e diante de um ambiente político rarefeito e pela ausência de competição e liberdade de imprensa, principalmente eletrônica e alternância política real, apesar da censura prévia imposta pelos

militares, a grande imprensa “evoluiu” de um apoio entusiasmado à implantação da Ditadura Civil-Militar para uma oposição “liberal e moderada”, porém crescente e com contorno de subserviência ao militarismo, como no caso da *Globo*, que se beneficiou de “concessões” na implantação do projeto de nacionalização, coincidente com o projeto dos militares. Com o início da abertura política que conduziria à revogação dos atos institucionais e a Lei de Anistia, em 1979, e a volta do multipartidarismo e eleições diretas para os governos estaduais, em 1982, a televisão ampliou paulatinamente seus limites e sua capacidade de propor agenda de debates e refletir a opinião pública. O ponto alto desse processo foi a campanha das Diretas Já, em 1984, em que a *Rede Globo* mostrava ao público as grandes manifestações populares e ignorava o debate nacional pelas eleições diretas para Presidência da República, tratado pela emissora em forma de festas populares ou descontextualizadas.

Essas ausências, reticências, amnésias e memórias podem resultar na aderência ao aparelho midiático, sobretudo o televisivo, que (e) dita e (re)edita a esfera pública, ao mostrar e determinar o que deve ou não se tornar público e ao definir quem pode ou não ter voz na ordem dos discursos, implicando diretamente nos sentidos que os enunciados produzirão. Ao deter a hegemonia da fala e da visibilidade, como a emissora de maior audiência brasileira, a *Globo* interfere e, na manutenção de discursos, encontra uma maneira de ter e manter o controle social, por meio de estratégias que se processam como parte da ideologia. Ao ter o privilégio da audiência, (re)edita e dita versões do mundo num movimento de repetições e regularidades numa tentativa de abolição da consciência histórica, constituindo-se como um dizer historiográfico.

No segundo capítulo, procuramos mostrar como se dá a construção desse ambiente (e)ditado, construindo e fixando representações, imagens, símbolos, posições de fala e rituais, que vão sendo usados como mecanismos de discursos na estratégia e tática de legitimar consensos. A comemoração traz sempre “um novo” presente, ao retomar o arquivo, conforme definido por Foucault ([1969] 2002), ou seja, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (p. 158).

Este capítulo fez com que debruçássemos sobre os documentos e enunciados da *Rede Globo*, em busca das unidades profundas, desconstruindo os discursos superficiais a respeito do erro, colocado como um mal-entendido.

Desmontar as partes que constituem esses dizeres em memórias facilitou verificar que, embora aparentemente colocado em circulação como desculpa, os fatos do passado e as coberturas realizadas significam a partir de uma mesma posição, mantida pela emissora.

Numa busca constante de se ter sempre “presente”, ao comemorar a cada cinco ou dez anos, (re)contam-se fatos a partir da última rememoração. O discurso midiático é engendrado por múltiplos enunciadores e enunciados. Como em qualquer área de atividade humana, existem as diversas formas de enunciar. Porém, nos resultados da análise feita no Capítulo 2, percebemos que se mostra mais factível, diante de aparelho tão complexo, a desmontagem do fato visível, transformando as regularidades das estratégias na editoria de política em algo naturalizado, que se comemora década após década, numa eterna presentificação da história e da memória, minimizando erros, seja do ponto de vista ético ou dos pilares do jornalismo, colocando-os numa categoria de “polêmica” ou “mal-entendido”, que pressupõem, no mínimo, uma divisão da culpa com o sujeito-telespectador. Não podemos afirmar qual é o nível de poder de interferência, mas podemos reafirmar que, se os telespectadores não recebem informações para formar um julgamento sobre determinadas situações de erros, o que fica do discurso midiático é a reiteração do já-dito e a marcação pelos aspectos do sensível, como desculpa, o que nos remete ao objetivo central desta tese. À medida em que se faz uma rememoração, o passado vai sendo moldado numa nova enunciação, produzindo novos efeitos sobre o presente, num fluxo constante.

Já no terceiro capítulo, ao analisarmos os enunciados da editoria de política, percebemos como a informação e sua efemeridade de tempo na apresentação das notícias, reconstruídas a partir de uma estratégia de naturalização, tira a percepção sobre o erro. O problema, então, não será apenas que as pessoas rememorem por meio do que a “memória eletrônica” da mídia registra, mas que só olhem o mundo pelos olhos dessa ferramenta e dessa tentativa de presentificação constante.

A série traz à tona o movimento que oscila entre o linguístico e o registro histórico que contribui para a formação de uma memória social diferente do dizer historiográfico. O registro no formato de série insere o discurso sobre a história em uma condição de circulação específica, uma outra materialidade,

que produz efeitos distintos do que se fosse apresentado como uma simples reportagem ou em qualquer outro gênero discursivo audiovisual.

As reportagens reorganizadas de outra forma, em outro contexto de tempo e espaço nas séries, apagam a mediação direta entre a comemoração e as coisas do mundo, em outras condições de produção e memória (COURTINE [1981] 1999). É como se houvesse o poder de dizer “isto aconteceu, isto é verdade” e não, necessariamente, “teve outro contexto”. O formato série permite que a reportagem se liberte do cânon para formalizar um exercício de (re)criação. Entretanto, essa operação de apagamento das condições de produção de outrora, do momento da produção original das reportagens, materializa uma nova “visão verdadeira” dos fatos da “realidade” que o telespectador não pôde ver, pois não estava lá, ou que, mesmo tendo estado presente, não poderia trazer à luz.

O sujeito-telespectador não corresponde à autoridade, não tem o ônus da prova, nem da verdade. Está francamente em oposição à ideia de factualidade e de verdade dos acontecimentos, já que, na enunciação jornalística, geralmente, volta-se às fontes credenciadas e já ouvidas, gerando efeitos de credibilidade junto ao leitor. Quem pode falar não é, necessariamente, quem gostaria de ser ouvido. Como descrito nos manuais, o sujeito-telespectador é restrito a um “sujeito passivo”, com pouca capacidade de interferência, o que corresponderia a um efeito de transmissão da mensagem.

A “atualização” na série comemorativa dos 50 anos da *Rede Globo* deu, assim como segue proporcionando, consistência de autoridade ao discurso jornalístico. A série não ocupa um lugar determinado no jornalismo de televisão, mas se opreme a uma pauta e a um modelo narrativo, derivado de outras materialidades não jornalísticas, como também descrevemos. No caso específico analisado da comemoração, embora se divulgue que ela seja feita para os telespectadores, participam apenas jornalistas, reafirmando aos interlocutores o que já sabe – por um suposto saber universal – sobre fatos históricos. A série, portanto, constitui-se como mais uma forma de garantir o efeito de verdade.

No Capítulo 4, por meio da definição dos processos utilizados pela emissora para abordar o erro, fica nítido que, do ponto de vista da circulação, a retomada dos fatos de 1984 e 1989 estruturam-se de modo distinto: trata-se

não mais da cobertura, mas da rememoração, no contexto comemorativo. Na perspectiva da formulação, foi necessário que a emissora encontrasse maneiras para dizer sobre o “erro”, sem evidenciá-lo ou nomeá-lo. Por fim, a análise das regularidades, a partir dos fatos ocorridos em 2018, demonstra que a emissora, seja ao fazer suas coberturas nos anos 1980, ao retomar os erros ou ao enunciar sobre a política contemporânea, mantém-se fiel às características de constituição do discurso, que vem produzindo efeitos sobre a sociedade brasileira desde a fundação nos anos 1960.

A leitura sobre o erro na série comemorativa dos 50 anos da *Globo* permitiu que questionássemos o que se (o)põe como naturalizado. A leitura do arquivo faz emergir a regularidade nas estratégias. Como proceder à documentação de uma história contada pelo mais influente dos meios de comunicação no Brasil e repassá-las para os futuros telespectadores? Como reavaliar a história e a memória tal qual nos foi contada pela televisão e analogamente retida na memória social? É evidente que a história não sorve apenas na fonte da televisão, mas parece-nos fundamental registrar como essa materialidade deflagra discursos e transformações sociais.

Como fomos gradualmente mostrando na análise do *corpus*, os erros examinados, cada um à sua maneira, construíram o que podemos chamar de meta-realidade, uma dramatização sobre o erro que deu origem a uma abordagem naturalizada e minimizada, a despeito de estarem sugeridas, na teia discursiva, conexões e interpretações alheias aos fatos como mostrados.

Muito daquilo que apresentamos na exposição teórica pôde ser observado no engendramento da série: as formas de designação do erro que, por consequência, reorganizam os discursos sobre o real, os elementos impostos pelos novos contextos e as novas condições de produção, trazendo o que podemos chamar de termos-erros: designações como “polêmica” e “mal-entendido” ou sintagmas verbais como “estávamos aprendendo”.

A reconstituição interpelativa de vozes anônimas, como dos diretores da emissora, da família detentora, do presidente das *Organizações Globo*, soa como uníssona. O discurso formulado pela emissora na série apaga, inclusive, disputas internas. Além das imagens que funcionam como argumento e documento histórico, o controle simultâneo entre palavra e imagem, a pouca ou a falta de informação sobre o todo para o telespectador, que não sabe se

entendeu mal ou foi realmente um erro, faz com ele fique satisfeito com que recebe, funcionando como um conjunto de elementos para a naturalização e a regularidade das estratégias.

A Análise do Discurso, assim, trouxe a contribuição de pôr à luz conceitos, vozes e posições que antes estavam disfarçados e ocultos, por posições de desculpas sem que realmente tivessem ocorrido. Trata-se de uma preocupação falaciosa da emissora, comprometendo-se a estabelecer sentimentos de verdade e confiança.

Enfim, esta tese faz-nos questionar quais memórias somos levados a rememorar e comemorar. Quais memórias ganham estatuto de comemoração? As análises em suas descrições conduzem-nos a desnaturalizar a imposição de uma dada memória e esse é o exercício do analista do discurso, mas também do jornalista e do leitor a ser convocado. Ausências, amnésias e memórias serão sempre parte de uma política do esquecimento e da lembrança, materializada em um suposto jornalismo de informação.

Referências Bibliográficas

- ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: _____ et al. **Papel da memória**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007, p. 11-17.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.
- _____. **Para que vivemos?** Lisboa: 90 Graus, 2006.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas** – as não-coincidências do dizer. Campinas: Unicamp, 1998.
- _____. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BAKHTIN, M. [1978] **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BENVENISTE, E. [1958] **Problemas de linguística geral**. Campinas: Pontes, 2005.
- BERNARDES, E. S.; SARGENTINI, V. O corpo no arquivo jurídico: uma análise discursiva sobre a prostituta. **Moara**, v. 1, p. 213-232, 2017.
- BORGERTH, L. E. **Quem e como fizemos a TV Globo**. São Paulo: A Girafa, 2003.
- CABRAL, N. L. S. O jornalismo frente à censura e à liberdade de expressão: discurso e história. 9º Encontro Nacional de História da Mídia. UFOP/Ouro Preto, 2013. **Anais...** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/o-jornalismo-frente-a-censura-e-a-liberdade-de-expressao-discurso-e-historia>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- CALABRESE, O.; VOLLI, U. **I telegiornali**: istruzioni per l'uso. 2. ed. Gius. Lateza & Figli Spa, 2001.
- CARVALHO, P. H. **A voz que canta na voz que fala**: poética e política na trajetória de Gilberto Gil. Cotia: Ateliê Editorial; Aracaju: Edunit, 2015.
- CASTRO, E. **Introdução a Foucault**. São Paulo: Autentica, 2013.
- CERTEAU, M. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 1995.
- CHAPARRO, M. **Pragmática do jornalismo**. São Paulo: Summus, 1994.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.

- CHARLOT, B. **Sujeito desejante**. São Paulo: EdUnesp, 2000.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- CORACINI, M. J. **A celebração do outro na constituição da identidade: arquivo, memória e identidade de línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução**. Campinas: Mercado de Letras, 2012.
- COULDRY, J.; POPPER, K. **Televisão: um perigo para a democracia**. Lisboa: Gradiva, 1999.
- COURTINE, J.J. ; MARANDIN J-M. Quel objet pour l'analyse du discours? In: CONEIN, B. et al. (éds.). **Matérialités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. p. 21-34.
- COURTINE, J.J. Le tissu de la mémoire: quelques perspectives de travail historique dans les sciences du langage. In: **Langages**, 28^e année, n°114, p. 5-12, 1994.
- _____. [1981]. O Chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M.C. (Org.). **Os múltiplos territórios da Análise de Discurso**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999.
- _____. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, M. do R. V. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 21-34.
- _____. Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.
- _____. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (orgs.). **Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 11-19.
- _____. [1981]. **Análise do Discurso: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- COUTINHO, I.; MUSSE, C. Telejornalismo, narrativa e identidade: a construção dos desejos do Brasil no Jornal Nacional. Revista Altejor, n. 1, v. 1, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88191>. Acesso em: 21 jun. 2016.
- DAMASCENO, A. A prática do testemunho no telejornalismo: memória, história e justiça. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4118>. Acesso em: 21 out. 2018.
- DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 2007, p. 23-32.
- DELA-SILVA, S. C. **O acontecimento discurso da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem,

Universidade Estadual de Campinas, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/271055>. Acesso em: 16 out. 2016.

DELCLÓS, T. Fe de erros. **El País**, 10 nov. 2013. Disponível em: http://elpais.com/elpais/2013/11/08/opinion/1383940231_744533.html . Acesso em: 21 abr. 2019.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FABBRI JR; D. **A tensão entre o global e local**: os limites de um noticiário regional na TV. Campinas: Akademika, 2006.

_____. O dito e o não dito: um suposto pedido de desculpas pela Rede Globo. V Encontro Internacional de Ciências da Linguagem (Enelin), 2015. **Anais...** Pouso Alegre: Univás, 2015. v. 1. p. 186-193

_____; ORMANEZE, F. A narrativa na série de TV *Sessão de Terapia*: entre um novo jeito de contar e a memória da telenovela no Brasil. II Jornada Internacional Geminis, 2016. UFSCar/São Carlos. **Anais...** 2016. Disponível em:

FARGE, A. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

FLORES, V. N. et al. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia Historia**. Belo Horizonte, v. 28, n. 47, pp. 43-59, jan/jun 2012.

FOUCAULT, F. [1975] **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. [1969] **Arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. [1978] **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2003.

_____. [1971] **A ordem do discurso**. Tradução de L. F. de Sampaio. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. [1982] **O sujeito e o poder**. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

_____. [1973] **Em defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2009b.

_____. [1968] **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. [1979] **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2015a.

_____. [1972-1973] **A sociedade punitiva**. São Paulo: Martins Fontes, 2015b.

GADET, F; PECHEUX, M. [1983] **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Campinas: Pontes, 2004.

GERBASE, C. A elipse como estratégia narrativa nos seriados de TV. **Significação**. v. 41, n. 41, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/83420>. Acesso em: 18 jul. 2017.

GREGOLIN, M.R.V. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007, p. 11-25.

_____. AD: descrever-interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, P. (org.). **Estudo do texto e do discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 19-34.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JEUDI, P.-H. Tout commémorer. **Libération**, 6 jun. 1994, p. 9.

JOLY, M. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papirus, 2007.

KEHL, M. R. Eu vi um Brasil na TV. In: COSTA, A. H. **Um país no ar**: História da TV brasileira em 3 canais. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KOVACK, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**. O que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração editorial, 2004.

KESSEL, Z. **Memória e memória coletiva**. 2009. Disponível em: http://www.museudapessoa.net/pt/zilda_kessel_memoria_e_memoria_coletiva.pdf. Acesso em: 18 jun. 2018.

LAGAZZI, S. A equivocidade na circulação do conhecimento científico. **Linguagem em (dis)curso**. v. 11, n. 3, set-dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322011000300003. Acesso em: 01 nov. 2018.

_____. Metaforizações metonímicas do social. In: Orlandi, E. (org.) **Linguagem, sociedade, políticas**. Campinas: RG Editores, 2014, p. 105-112.

LINS da SILVA, C. E. **Muito além do Jardim Botânico**: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores. São Paulo: Summus, 1985.

MACHADO, T. **Narrativas sem fim?** Serialização em Desperate Housewives. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1074/1/ThaianeMachado.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2016.

MACIEL, P. **Jornalismo de televisão**. Porto Alegre: Sagra-DC-Luzzato, 1995.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2013.

MALDIDIER, D.; GUILHAUMOU, J. **La mémoire et l'événement: le 14 juillet 1989**. Langages. 28e année, n. 114, p. 109-125, 1994.

MARIANI, B. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, E. (Org.). **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 1993, p. 31-42.

MEDINA, C. **Notícia: um produto à venda**. São Paulo: Summus, 1988.

MENDES, D. F. **Série não é novela**. s/l, 2014. Disponível em: <https://davidfmendes.wordpress.com/2014/05/04/serie-nao-e-novela/>. Acesso em: 18 jan. 2017.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MURCHO, D. **Pensar outra vez**. São Paulo: Edições Quase, 2006.

MUZZI, K. P. **Memória e produção discursiva do sentido: a mulher-professora em foco nos jogos enunciativos**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL). Centro de Ciências Humanas e Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo, 2011. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3713/1/tese_3454 DISSERTA%C3%87%C3%83O%20KARLA%20PERIM%20MUZZI.pdf. Acesso em: 12 maio 2017.

NAVARRO-BARBOSA, P. L. O papel da imagem da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, M. R. (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 111-124.

_____. Contra o que lutamos, como lutamos e de qual lado estamos? Discurso, poder e resistência. In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (orgs.). **(In)subordinações contemporâneas**. São Carlos: EdUFSCar, 2016, p. 31-46.

NEVES, F. **Telejornalismo e poder nas eleições presidenciais**. São Paulo: Summus, 2008.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo/PUCSP, v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 18 jun. 2018.

ORGANIZAÇÕES GLOBO. **Princípios editoriais**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>. Acesso em: 01 jul. 2016.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ORMANEZE, F. **O sujeito de palavras**. Tese. Doutorado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem/ Unicamp. Campinas, 2019.

PADRÓS, E. S. Usos da memória e do esquecimento na História. **Letras**, Santa Maria, n. 22, p. 79-95, jan./jun. 1991.

PÊCHEUX, M. [1983] **O discurso: estrutura ou acontecimento?** Campinas: Pontes, 1990a.

_____. [1982] Delimitações, inversões, deslocamentos. In: ORLANDI, E. P.; GERALDI, J. W. (Orgs.) **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, p. 25-42, jul.-dez. 1990b.

_____. [1983] **O poder da memória**. Campinas: Pontes, 2007.

_____. [1969] **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010a.

_____. [1975] **Semântica e discurso: uma crítica à reafirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010b.

PENA, F. **Teorias do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PERRONE, C. Políticas de Memória e do esquecimento: as ruínas do sentido. In: RAUTER, C.; PASSOS, E.; BENEVIDES, R. (orgs.). **Clínica e Política: Subjetividade e Violação dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Editora Te Cora, 2002, p. 101-110.

PICARD, R. **A criação de valor no futuro das organizações jornalísticas**. Lisboa: Media XXI, 2010.

PIROLA, N. **Temas de investigação: o processo dialético entre razão e experiência**. São Paulo: EdUnesp, 2010.

PRIOLLI, G. **O campeão de audiência**. São Paulo: Best Seller, 2006.

ROSEN, Jay. Para além da Objectividade. **Revista de Comunicação e Linguagens**, n. 27, Lisboa, 2000, p. 27-38.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A história, a memória, o esquecimento**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SANTOS, W. R. B.; SARGENTINI, V. A democracia nas malhas do embate político-partidário: o discurso midiático da *Folha de S. Paulo* sobre a regulação da mídia. In: SARGENTINI, V. **Mutações do discurso político no Brasil:**

espetáculo, poder e tecnologia de comunicação. Campinas: Mercado de Letras, 2017, p. 309-337.

SARGENTINI, V. O arquivo e a circulação de sentidos. **Conexão Letras**, v. 9, p. 23-30, 2014.

_____. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: _____; NAVARRO-BARBOSA, P. (orgs.). **M. Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. 2004. São Carlos/SP, Claraluz, pp. 77-96.

SILVA, H. R. Rememoração/comemoração: os usos sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. v. 22, n. 44. São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008. Acesso em: 12 jun. 2018.

SILVA, V. V.; BAPTISTA, L. M. T. R. Discurso político: legitimação, naturalização ou banalização da corrupção? **Discurso e Sociedad**. v. 5, n. 4, p. 723-748, 2011. Disponível em: <http://www.dissoc.org/ediciones/v05n04/DS5%284%29Valney&Livia.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.

SIMINONI, R. L. Arquivo, história e memória: possibilidades de diálogo entre Luhmann e Foucault. **Lua Nova**. n. 97, jan-abr. 2016.

SIMMEL, G. **Sociologie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

SOSTER, D. A relação entre velocidade e precisão no webjornalismo. **Em questão**. v. 2, n. 2, p. 353-363, jul-dez. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/viewFile/79/39>. Acesso em: 17 out. 2018.

STARLING, C. **Em tempo real**: Lost, 24 Horas, Sex and the City e o impacto das novas séries de TV. São Paulo: Alameda, 2006.

STOLZ, S. **A ordem do discurso e suas relações com o poder**: vertigem e quebra de certezas, 2008. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/juris/article/download/3173/1835>. Acesso em: 01 jun. 2018.

TESCHE, A. Gênero e regime escópico na ficção seriada televisual. In: DUARTE, Elizabeth B.; CASTRO, Maria (orgs.). **Televisão**: entre o mercado e a academia. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 74-87.

VENTURINI, M. C. **Rememoração/comemoração**: prática discursiva de constituição de um imaginário urbano. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

ZOPPI-FONTANA, M. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.